

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Erise Veloso de Amorim Padilha

**TERRITÓRIO E SUBJETIVIDADE: UMA PESQUISA SOBRE A COMUNIDADE DE
PESCADORES DO JARAGUÁ**

Maceió

2017

ERISE VELOSO DE AMORIM PADILHA

TERRITÓRIO E SUBJETIVIDADE: UMA PESQUISA SOBRE A COMUNIDADE DE
PESCADORES DO JARAGUÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Maria Hüning.

Maceió
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

P123t Padilha, Erise Veloso de Amorim.
Território e Subjetividade: uma pesquisa sobre a Comunidade de Pescadores do Jaraguá / Erise Veloso de Amorim Padilha. – 2017.
112 f.: il.

Orientadora: Simone Maria Hüning.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 105-112.

1. Territorialidade. 2. Subjetividade. 3. Narrativa. 4. Comunidade de pescadores de Jaraguá – Maceió (AL) – Memória. 5. Psicologia social. I. Título.

CDU: 316.6 (813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

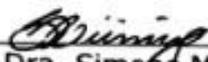
TERMO DE APROVAÇÃO

ERISE VELOSO DE AMORIM PADILHA

Título do Trabalho: "Território e subjetividade: uma pesquisa sobre a Comunidade de Pescadores do Jaraguá".

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

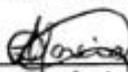


Prof. Dra. Simone Maria Hüning (UFAL)

Examinadores:



Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (PPGP/UFAL)



Prof.ª Dr.ª Lisandra Espíndula Moreira (UFMG)

Maceió-AL, 14 de agosto de 2017.

A todas as pessoas que cotidianamente são expulsas de suas casas e afastadas das moradas de suas memórias e afetos. E em especial, aos pescadores e às marisqueiras da Vila dos Pescadores de Jaraguá.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, **Simone Maria**, pela sensibilidade e disposição ao encontro. Agradeço pela parceria dedicada e cuidadosa ao longo desses anos e por estimular, em mim, a desacomodação, o incômodo e a vontade de transformação, apontando sempre a possibilidade e a necessidade de uma prática militante, afetada e implicada ética e politicamente. Obrigada pela escuta e pelo olhar atentos, por entender e acolher minhas angústias, por respeitar meu tempo e meu ritmo. Obrigada pela amizade.

À **Enaura, Francinete**, dona **Lena** e **Neide**, participantes e também autoras dessa dissertação, por terem topado construir conosco esse trabalho. Obrigada pela parceria, confiança, amizade, e pelo compartilhamento de suas histórias de vida. Agradeço também à **Cecília**, 'seu' **Dioclécio**, **Erivelton**, **Graça**, **Juarez**, **Marina**, **Mariana** e dona **Odicéia**, pelo acolhimento carinhoso de sempre. E a **todas/os as/os demais moradoras/es da comunidade**, meu agradecimento pela sua resistência e luta por uma cidade melhor e mais justa.

Ao Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação: **Aline**, **Alison**, **Alisson**, **Bárbara**, **Carlysson**, **Dayse**, **Felipe**, **Graciele**, **Larissa**, **Leonardo**, **Lucas**, **Luiza**, **Rosy**, **Rodrigo**, **Tathina**, **Vanderli** e **Wanderson**, pela parceria, pelos momentos de descontração, pelas angústias compartilhadas e pelas contribuições a esse trabalho.

Ao professor **Marcos Mesquita**, pela parceria afetuosa. Obrigada por todas as contribuições ao longo da minha formação, dos grupos de pesquisa e extensão até mais esse trabalho, e por carinhosamente ter aceitado fazer parte da banca de defesa.

À professora **Lisandra Moreira**, pelas inúmeras contribuições feitas ao trabalho, pela parceria no Grupo de Pesquisa e por generosamente ter aceitado participar da banca de defesa.

Ao professor **Frederico Costa**, pelas contribuições atentas e afetuosas a esse trabalho. Obrigada por abraçar a mim e à Vila. Às professoras **Maria Auxiliadora** e **Marília Silveira**, pelas generosas contribuições durante o percurso do mestrado. E à **Anna Júlia Giurizatto**, por estar sempre disposta a ensinar e a aprender.

Ao **Wanderson**, pelas contribuições ao logo do mestrado, desde o auxílio na elaboração do projeto de pesquisa até as sugestões cuidadosas na construção, reconstrução e desconstrução da dissertação e de mim mesma. Obrigada pela amizade e por olhar a lua comigo. E à **Aline**, pelas críticas e sugestões sempre competentes e generosas. Obrigada pela amizade, pelas palavras de apoio e incentivo, por dividir angústias e compartilhar conhecimento.

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFAL, em especial à **Liliane**, pelas conversas e pelos socorros.

À minha mãe, **Sônia**, agradeço pela vida. Por sempre ter dado todo o suporte e investimento (material e afetivo) necessários para o meu crescimento; pelo amor, cuidado e dedicação incansáveis e incondicionais. Obrigada por ser minha melhor amiga e meu porto seguro.

Ao meu pai, **Celso**, pela serenidade, pelas palavras de incentivo, pelos gestos de amor e carinho e pela sensibilidade com que olha a vida. Obrigada por me estimular a acreditar e construir um mundo melhor. Agradeço também pelas mensagens para destravar depois de horas de escrita e pelas caronas até o Sobral.

Aos meus irmãos, **Eric** e **Emerson**, por sempre me apoiarem, acolherem e fortalecerem. E às minhas irmãs, **Maiara** e **Sofia**, pela alegria do reencontro e pelos abraços apertados e sem pressa.

À **Ia**, por todo o cuidado e carinho de sempre; pela ternura e sensibilidade que envolvem e inspiram. Por ser uma das criaturas mais lindas que eu conheço. Obrigada por ser uma segunda mãe para mim, um anjo da guarda. Obrigada por ser só amor.

À **Anna**, pela “sorte de um amor tranquilo”. Agradeço pelo companheirismo; pelas palavras e pelos silêncios sempre acolhedores e cuidadosos; pelo apoio e incentivo nos momentos de desgaste, pela paciência e compreensão nos momentos de estresse e pelo colo nos momentos de angústia. Obrigada pela presença (mesmo quando distante) e por me trazer paz.

Ao **Ademário**, pelo bom humor diário, pela disposição em ajudar e pelas caronas salvadoras.

À tia-mãe-amiga **Solange** e ao **Hélcio**, pela acolhida cuidadosa, afetuosa e silenciosa nos momentos de fuga dos barulhos da minha casa. E também pelas conversas para descontrair e repor as energias, pelo cafezinho para levantar o ânimo e pelas comidinhas para alegrar a taurina faminta.

À prima, meio irmã, meio mãe, **Layse**, pelo apoio, cuidado e amor de sempre. Agradeço, ainda, por inspirar através do exemplo. E à **Isadora**, pelos abraços demorados, pelo socorro generoso e cuidadoso durante a dissertação e por também abraçar a Vila e a cidade.

Ao **Juliano**, pelo (re)encontro lindo dessa vida, por ser o irmão que eu escolhi. Por ouvir e acolher minhas angústias e medos e por me incentivar a superá-los; por estar sempre aqui, ali e onde mais eu precisar; por me trazer de volta para realidade nos momentos de divagação, por me empurrar para voos quase forçados nos meus momentos de covardia e hesitação e por torcer para que eu voe sempre mais alto. Obrigada por ‘entender essa minha transição’.

Ao **Anderson**, por estar sempre ao meu lado, ‘até quando eu tenho uma dor de barriga’; por sempre me acolher, proteger e comprar todas as minhas brigas. Obrigada pela torcida incansável, pela cumplicidade e amizade de sempre; obrigada por rir meu riso e chorar meu choro como se fossem seus.

Às ‘supermelhoresamigas’, **Ana, Laís, Laísa e Rita**, pela amizade que me acompanha há tantos anos; pelas conversas sem pressa, pelos abraços apertados e pelos reencontros sempre gostosos, que trazem leveza aos dias.

À **Drika** e à **Belinha**, por tornarem as coisas sempre mais alegres. Obrigada pelo companheirismo e afeto de todas as horas, pelos sorrisos e pelos brindes pela vida afora.

À **Wanessa (B2)**, pela parceria e sintonia que deram alegria e força em tantos momentos. Obrigada pelas vezes que complementou meus pensamentos, traduziu meus sentimentos e compartilhou minhas angústias. “O barco que nos leva é um”.

A todas/os as/os companheiras/os que abraçaram a Vila, por acreditarem e lutarem por uma cidade melhor. Em especial: **Amanda Duarte, Ana Luiza Azevedo, Ávila Menezes, Belinha Rocha, Dalmo Almeida, Danielle Henrique, Emersom Padilha, Everaldo Dantas, Felipe Miranda, Frederico Costa, Gabriel Magalhães, Gaio Buendía, Gustavo Marinho, Juliana Sousa, Liana Barradas, Marcos Mesquita, Marcus Vinícius, Marluce Cavalcante, May Honorato, Nichole Dellabianca, Nicolle Freire, Parmênides Justino, Rafael Soriano, Simone Maria, Sirlene Gomes, Vanessa Lima, Viviane Rodrigues, Wanessa Oliveira e Yuri Gabriel**. Agradeço por tantas batalhas que lutamos lado a lado ao longo desses anos. Foi muito enriquecedor caminhar com vocês.

Aos colegas da turma de mestrado, **Adriano, Carol, Fabíola, Héliida, Kaanda, Karine, Karoline, Priscila e Renatinha**, pelas contribuições generosas em sala de aula, nos corredores e até nos banheiros, pelo apoio e pelas angústias compartilhadas e aliviadas. Em especial, à **Lara**, pela amizade que vem desde a graduação; e à **Lívia**, pela amizade e pela companhia em tantos momentos de estudo e escrita.

À **turma 2009.1**, pelos momentos de aprendizado e companheirismo, pelos laços que surgiram e que permanecem. Agradeço em especial à **Anielly, Jonathan, Leilane e Mariana**, por me estimularem a estudar para seleção do mestrado. E, ainda: Anielly, obrigada por correr até a reitoria para fazer nossas inscrições. Jonathan, obrigada por não me deixar desistir.

Aos membros do **Núcleo Edis**, pelos anos de aprendizado e parceria. Em especial, à **Ana Cecília**, pela amizade e pelos momentos de descontração.

Aos amigos que a vida me deu, que de uma forma ou de outra, se fazem presentes e seguem comigo: **Amanda Barros, Bel, Bereva, Bilu, Bruno Chaves, Camila Figueiredo, Carlysson, Carolina Correia, Carolina Lins, Clara Alana, Diana Sarmento, Héliida, Héilton, Kátia Regina, Laila, Lívia Barbosa, Luna Oliveira, Mirelle Camargo, Paulinha, Pedro Luger, Raísa Bittencourt, Valéria, Vitinho e Walkíria**.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – **FAPEAL**, pelo apoio financeiro.

*Quem vem pra beira do mar, ai
Nunca mais quer voltar, ai
Quem vem pra beira do mar, ai
Nunca mais quer voltar*

*Andei por andar, andei
E todo caminho deu no mar
Andei pelo mar, andei
Nas águas de Dona Janáina
A onda do mar leva
A onda do mar traz
Quem vem pra beira da praia, meu bem
Não volta nunca mais
(Dorival Caymmi)*

RESUMO

Essa pesquisa buscou problematizar a relação existente entre territorialidade e subjetividades, considerando o contexto histórico e político da Comunidade de Pescadores do Jaraguá. Essa comunidade foi, durante os últimos 20 anos, alvo de um conflito relativo ao direito de permanência no território onde se situava há mais de 40 anos, no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió-AL. Conflito que resultou, em junho de 2015, no despejo das famílias que ali residiam e trabalhavam, e na demolição do espaço físico da comunidade. Diante desses acontecimentos, considerou-se importante o registro das histórias de vida e de memórias de moradores da antiga comunidade através de suas narrativas, buscando conhecer suas relações de pertencimento com o território, bem como discutir como a mudança de território e a demolição da antiga comunidade tem afetado a vida dessas pessoas em aspectos como trabalho, relações sociais e práticas culturais. Dessa forma, consideramos a relação entre territorialidade e produção de subjetividades a partir dos seguintes aspectos: a) elementos da história da comunidade e da vida das pessoas; b) território pensado a partir dos modos de viver, habitar e trabalhar e c) território pensado como espaço de produção de modos de subjetivação. Situada no campo da Psicologia Social, essa pesquisa parte do diálogo com o pensamento de autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter Benjamin, destacando a importância de trabalhar com as histórias e memórias dos sujeitos assumindo o compromisso ético e político de uma narrativa que se preocupe em lembrar e contar as histórias dessas/es trabalhadoras/es da pesca que tiveram suas vozes ignoradas ou mesmo silenciadas em diversos espaços. Assim, apontamos para a importância de se pensar e produzir conhecimento e práticas de intervenção que façam ecoar essas vozes, sem deixá-las cair no esquecimento. Compreendemos território e subjetividades a partir de sua relação de coprodução, ou seja, território e subjetividades se constituem na medida de suas relações. Tomamos o território como lugar de vida, de produção de subjetividades, de cultura e de relações sociais entre sujeitos, ao tempo em que esses sujeitos produzem e instituem o território ao habitá-lo. Nele, se situa uma história possível a partir da lembrança. Deste modo, a partir dos autores mencionados, tomamos a memória como um importante analisador e problematizador das condições sociais, colocando em análise práticas que, em nome do progresso, desfazem relações sociais de forma violenta ao desconsiderar a produção cultural e de memória dos sujeitos e seus territórios de habitação.

Palavras-chave: a) território; b) subjetividade; c) memória d) narrativas.

ABSTRACT

This research sought to problematize the relation between territoriality and subjectivities, considering the historical and political context of the Jaraguá Fishermen's Community. During the last 20 years, this community has been the target of a conflict regarding the right to remain in the territory where it was located for more than 40 years, in the Jaraguá neighborhood, in the city of Maceió-AL. Conflict that resulted, in June of 2015, in the eviction of the families who lived and worked there, and in the demolition of the community's physical space. In view of these events, it was considered important to record the life stories and memories of the inhabitants of the old community through their narratives, seeking to know their belonging relations with the territory, as well as discussing how the change of territory and the demolition of the old community has affected the life of these people in aspects such as work, social relations and cultural practices. Thus, we consider the relation between territoriality and production of subjectivities from the following aspects: a) elements of the history of community and people's lives; b) the territory studied from the ways of living, inhabiting and working and c) territory conceived as a space for the production of modes of subjectivation. Located in the field of Social Psychology, this research starts from the dialogue with the thought of authors such as Michel Foucault, Giorgio Agamben and Walter Benjamin, highlighting the importance of working with the stories and memories of the participant subjects assuming the ethical and political commitment of a narrative that is concerned with remembering and telling the stories of these fishing workers who had their voices ignored or even silenced in various spaces. Therefore, we point to the importance of thinking and producing knowledge and intervention practices that echo these voices without letting them fall into oblivion. We understand territory and subjectivities from their relation of co-production, i.e., they are constituted in the measure of their relations. We comprehend the territory as a place of life, production of subjectivities, culture and social relations between subjects, at the time when these people produce and institute the territory by inhabiting it. In it, there is a possible story from the remembering. Thus, from the mentioned authors, we take memory as an important key to analyze and problematize social conditions, analyzing practices that, in the name of progress, undo social relations in a violent way by disregarding the cultural and memory production of the subjects and their territories of habitation.

Keywords: a) territory; b) subjectivity; c) memory d) narratives.

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.2 Território e subjetividade.....	20
2. Aspectos teórico-metodológicos	22
2.1 Desacomodar é preciso – Diálogos entre a Psicologia e o pensamento foucaultiano	24
2.2 Narração: uma potência de lembrar no/com o escuro	26
2.3 Pesquisadora no escuro - Sobre o meu lugar de pesquisadora-narradora.....	28
2.4 Sobre a aproximação com as narrativas	29
3. Uma rede de histórias – A Comunidade de Pescadores, sua gente e suas memórias	31
3.1 O bairro de Jaraguá e sua história.....	32
3.2 Os pescadores <i>em</i> Jaraguá	36
3.3 A comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá.....	39
4. A luta pelo território	48
4.1 A remoção da Comunidade de Pescadores de Jaraguá.....	68
4.2 Um território sem sua comunidade.....	85
4.3 Uma comunidade sem seu território.....	87
5. Considerações Finais	102
REFERÊNCIAS	105

1. Introdução

Decidi começar pelo começo: Que comunidade é/era essa? O que me levou até ela? O que me fez ficar? Assim, inicio essa dissertação falando um pouco sobre a Comunidade de Pescadores na qual e com a qual a pesquisa se realizou, descrevendo suas geografias, suas cores, sua gente... contando um pouco sobre como cheguei até ela e sobre as pessoas e histórias de vida que tive a oportunidade de conhecer. Situarei, ainda, brevemente o contexto histórico e político da comunidade e me localizarei nesse meio de caminho. Importante pontuar que o que contarei nesse primeiro momento é a minha narrativa a respeito da comunidade, sua história e contexto, uma narrativa que se constrói a partir das experiências e vivências que tive, dos encontros que esse lugar me proporcionou. Assim, não tenho a pretensão de trazer a definição ou verdade absoluta sobre a comunidade e seus moradores, mas de compartilhar uma narrativa entre várias possíveis, essa que trago na memória.

Durante aproximadamente quarenta anos, existiu, em Jaraguá, bairro histórico da cidade de Maceió-AL, mais especificamente em sua orla marítima, uma comunidade de pescadores, conhecida como Comunidade de Pescadores do Jaraguá ou Vila dos Pescadores de Jaraguá, com suas casas e gente simples, seus barcos e materiais de pesca, e suas histórias de vida unidas e banhadas pelo mar de Jaraguá.

Era 2009, ano em que acabara de entrar na faculdade de Psicologia na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió. Naquele mesmo ano aconteceu o XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (XV ENABRAPSO) na cidade, no qual fui monitora cultural sob a orientação/coordenação dos professores Marcos Ribeiro Mesquita e Simone Maria Hüning, que recentemente haviam conhecido a comunidade e sua situação política: a comunidade era alvo de um conflito com a Prefeitura Municipal de Maceió, relativo ao direito de permanência no território onde se situava. Assim, a partir do diálogo com a direção da Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (AMAJAR), resolvemos, juntos, compartilhar a situação da comunidade com os participantes do encontro. A ideia foi montar uma exposição de fotografias para apresentar a comunidade e apresentar um abaixo-assinado que solicitava sua permanência no território onde se localizava. Foi nesse momento que tive oportunidade de conhecer a Vila dos Pescadores de Jaraguá, que até então era, para mim, apenas um aglomerado de barracos à beira-mar, uma favela.

Fui até a comunidade para tirar fotos para a exposição e lá, pude conhecer Enaura¹, trabalhadora da pesca, nascida na comunidade e presidenta da AMAJAR. Bastou alguns minutos de conversa para que ela começasse a contar um pouco sobre a história de sua luta junto à comunidade. Enquanto falava, Enaura me levava por entre as casas simples e ruelas estreitas. Era um dia ensolarado e ela dizia ser algo bom, pois se tivesse chovido, o lugar estaria cheio de lama e eu poderia sujar os meus pés. Olhei para o chão, cuidadosa, e ela sorriu. Seguimos. Eu era uma pessoa ‘de fora’ preocupada em não melar os pés, mesmo sem tanta lama.

Conversar com Enaura e fotografar aquela comunidade me fez enxergá-la de outra forma. Não era simplesmente um aglomerado de casas à beira-mar. Não era uma ‘favela’, no sentido pejorativo comumente utilizado sem grandes cuidados por pessoas tão ou mais ‘de fora’ quanto eu. Era uma comunidade de pescadores, de pessoas simples e trabalhadoras, que dividiam o dia a dia umas com as outras, que cuidavam dos filhos enquanto trabalhavam tratando o pescado nas portas de suas casas ou na beira da praia. Era a comunidade sobre a qual Enaura falava com orgulho e carinho. Parei de olhar para o chão e passei a olhar para as pessoas, para as crianças brincando, para as marisqueiras descascando camarão, para os pescadores que chegavam da maré, para aquele lindo mar azul e para os barcos coloridos, que davam ainda mais cor ao horizonte. Um cenário tão bonito e cheio de cores, que parecia uma pintura, com aquele azul brilhante do mar, o verde, vermelho, amarelo e laranja dos barcos, as peles negras e queimadas de sol daquelas pessoas. Meus olhos se adaptavam a uma nova forma de olhar pra aquela gente.

O diálogo com a comunidade se manteve após o encontro da ABRAPSO. Os professores Marcos e Simone permaneceram indo à comunidade durante algum tempo, vivenciando e conhecendo seu cotidiano de luta, suas demandas e construindo junto com a comunidade possíveis estratégias de ação e parceria. Pensou-se que seria importante formalizar esse contato institucionalmente, através de projetos de extensão viabilizados pela Universidade Federal de Alagoas, onde ambos eram professores do curso de Psicologia. Assim, nos anos seguintes (2010, 2011, 2012 e 2013), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação (PIBIP-AÇÃO), fiz parte da equipe de trabalho dos

¹ Os nomes presentes ao longo da dissertação são os nomes verdadeiros das pessoas que participaram direta ou indiretamente da pesquisa. Seus usos foram autorizados pelas participantes em gravação de áudio, meio escolhido para a obtenção do Termo de Consentimento, conforme resolução nº 501/2016-CNS. Número de protocolo de registro da pesquisa na Plataforma Brasil: 50773415.1.0000.5013

projetos de extensão realizados na e com a comunidade, podendo acompanhar de perto a luta dos moradores pela permanência em seu território e pela reurbanização de sua comunidade.

Guiada por Enaura na maioria das idas à comunidade, pude conhecer ao longo dos anos que se seguiram muitas personagens que compunham a história da Vila. Pessoas que dividiram comigo suas experiências, suas memórias, seu dia a dia de trabalho e luta. Aos poucos, fui me familiarizando com aquele lugar e com sua gente. Pude me aproximar mais daquele contexto que até pouco tempo parecia tão distante de mim e da minha realidade e conhecer melhor algumas mulheres que, hoje, constroem comigo essa dissertação. Dona Lena, Neide, Francinete e Enaura são as testemunhas que narram aqui, comigo, suas histórias e uma história da Vila dos Pescadores de Jaraguá.

São muitas as pessoas que poderiam estar aqui (e de certa forma, estão, já que as narrativas dessas mulheres encontram coro e eco em muitas outras vozes da comunidade, mesmo não sendo unânimes), mas alguns motivos especiais colocam essas mulheres à frente dessas narrativas: questões de afeto e de luta. De afeto, porque criamos, ao longo desses anos, fortes vínculos que facilitaram o contato e o convite para participarem dessa pesquisa, bem como o acolhimento e o aceite para construírem a dissertação conosco. De luta, porque são mulheres que sempre estiveram e estão na frente de batalha contra as dificuldades cotidianas que uma cidade e sociedade excludentes, machistas, racistas e classistas lhes impuseram e impõem sempre que tentam lhes dizer quais os seus lugares no mundo por serem mulheres, negras e marisqueiras. De luta, sim, porque decidiram resistir diante dessas dificuldades e imposições e não permitir que seu gênero, sua cor, seu trabalho e sua pobreza definissem ou limitassem os lugares por onde poderiam circular, morar e trabalhar. Pelo contrário, seriam condições que lhes fariam sentir pertencentes a uma comunidade e dariam ainda mais impulso para lutarem pela sua gente e pelo seu território.

Essas mulheres de luta vêm contar suas histórias e trazem seus nomes verdadeiros como assinatura de suas falas. Orgulhando-se de sua história, quando perguntadas sobre como gostariam de ser chamadas na dissertação, optaram por seus nomes ou apelidos, como quem diz ‘eu não tenho porque me esconder’, ou como elas mesmas disseram: “*eu não tenho nada a temer a Prefeitura, pode colocar meu nome.*” (Francinete), ou “*é bom que eles tenham mesmo [acesso ao meu nome], para eles se conscientizarem da burrice que eles fizeram.*” (Neide).

Francinete e Neide são as “irmãs teimosas”, como Francinete fala em tom de humor e orgulho, se referindo a forma como são conhecidas pela Prefeitura devido ao fato de sempre terem se recusado a sair de Jaraguá. Naturais do estado do Rio Grande do Norte, vieram para Alagoas ainda pequenas (com nove e três anos de idade respectivamente). O tio, pescador e

dono de barco, veio antes e se instalou no município de Piaçabuçu-AL, onde seguiu desenvolvendo suas atividades de pesca. Gostando do lugar, convidou o pai das irmãs, 'seu' Dioclécio, para vir trabalhar com ele. Dioclécio veio, também gostou da cidade e voltou para buscar o restante da família. Dois anos depois, a família Oliveira de Souza veio para Maceió, se instalando em Jaraguá. Na época com onze e cinco anos, Francinete e Neide, junto com mais três irmãs (Marina, Cecília e Ingrácia), começavam a fincar suas raízes no novo lugar.

Agora com quarenta e cinco anos, Francinete, mais conhecida como Pepeta, é mãe de quatro filhos, duas meninas e dois meninos, e avó de dois netos, todos nascidos em Maceió e criados na Vila até a remoção. Trabalhou como marisqueira da infância até a remoção da comunidade, quando arrumou um emprego fora, já que permanecer trabalhando em Jaraguá em meio a tantas lembranças, saudades e dores era difícil para ela, que escolheu Jaraguá para chamar de lar. Mas apesar da tristeza que sente ao se deparar com o vazio que agora está no lugar de sua comunidade, vez ou outra Francinete vai até Jaraguá para tratar camarão com a irmã, já que sente falta do ofício. A caçula, Francineide, mais conhecida como Neide, segue trabalhando com a pesca em Jaraguá. Marisqueira desde muito cedo, não se vê fazendo outra coisa da vida, embora estar no espaço onde ficava a comunidade antes da remoção lhe desperte, também, sentimentos bastante dolorosos, já que lá fincou suas raízes, como o pé de amêndoas plantado na casa de sua mãe, que ainda permanece no local: *"A única coisa que sobrou do terreno foi o pé de amêndoa da casa da minha mãe. Quer dizer, então quando eu vejo aquele pé de amêndoa, só Deus sabe como meu coração fica..."* Hoje com trinta e nove anos, é mãe de um casal de filhos que, assim como os primos, nasceram em Maceió e foram criados na comunidade até a remoção. Ambas as irmãs fizeram parte da Associação de Moradores da Vila, lutando ao lado de Enaura pela permanência da comunidade em Jaraguá.

Dona Lena, também se juntou à luta pela permanência da comunidade em Jaraguá. Hoje com cinquenta e cinco anos, nasceu na comunidade e desde então só se sente verdadeiramente em casa naquele pedaço de terra. Mãe de nove filhos (dos quais três faleceram logo cedo) e avó de dez netos. Teve seu primeiro filho aos vinte e um anos de idade e desde então foi pai e mãe ao mesmo tempo, como ela diz orgulhosa, se desdobrando para suprir as necessidades de sua família: *"Eu fui mãe com vinte e um anos, tive nove filhos. Dos nove, o Senhor deixou seis pra 'mim' cuidar. Os três, Ele tomou conta dos três. Dois com meses e um com três anos e pouco, que foi uma coisa que ele comeu e acabou passando mal. E aí ficou os seis pra 'mim' cuidar. Eu sempre fui pai e mãe dos meus filhos, continuei na minha luta, trabalhando pra cuidar deles."* Embora com pouco estudo, sempre buscou aprender, lutar e trabalhar incansavelmente para cuidar dos seus. Chegou a trabalhar na

construção de um dos principais shoppings da cidade, o antigo Shopping Iguatemi, hoje Maceió Shopping, enquanto trabalhava também como marisqueira na comunidade, somando as rendas e tendo no mar sua principal fonte de renda: “*E assim, estudei até o oitavo ano e não terminei os estudos. Mas tinha o cuidado, né, tive o cuidado de aprender. Não tive muito incentivo, mas aprendi o que pude. [...] Trabalhei na construção do Shopping Iguatemi, hoje é Maceió Shopping. Trabalhei lá. Mas aí não dava pra suprir, né, porque o salário naquele tempo, em 1988, me parece... Que o Iguatemi tem trinta anos, né? É, eu acho que é. Minha filha da época, ela tem vinte e nove, ela tinha um ano e alguns meses... Pronto, minha vida foi virada, assim... Foi dedicada pra vila, porque era minha fonte de vida, né, de renda, de tudo. E voltada pros meus filhos, porque eu sempre fui pai e mãe, sempre fui tudo deles. Voltada nisso.*”

Tal qual dona Lena, outra filha da terra é Enaura, nascida e criada na comunidade de Jaraguá, sequer existia quando os pais vieram do município de Maragogi, no litoral norte de Alagoas, para Maceió. Logo que chegaram à capital alagoana, se instalaram num bairro não tão longe de Jaraguá, mas distante para quem se deslocava a pé. Seu pai, pescador, todos os dias enfrentava longa caminhada até o mar de Jaraguá para seguir com seu trabalho. Em pouco tempo fez amizade com os moradores da comunidade e logo conseguiu comprar fiado (sem dinheiro) uma casinha. Já com um lugar de moradia garantido, trouxe a mulher e as duas filhas para morar na comunidade de pescadores, em Jaraguá. E foi nessa casinha que, em 1969, Enaura nasceu.

Crescendo na comunidade, desde muito cedo começou a aprender o ofício de marisqueira com a mãe. Seu pai comprou um barco, também fiado, e para pagar a dívida, ela, a mãe e as irmãs ajudavam tratando peixes. Quando tinha aproximadamente dezoito anos, seu pai voltou para Maragogi. Enaura permaneceu em Jaraguá com o restante da família, trabalhando como marisqueira para ajudar a mãe. Tempos depois, por volta de 1996, quando a Prefeitura começou a ameaçar a remoção de famílias da comunidade que não fossem de pescadores, sua mãe, sem o marido pescador, vendeu a casa em que morava e foi embora. Enaura, casada com um pescador, permaneceu na comunidade, onde teve seus dois filhos. Separou-se do primeiro marido mas, ainda assim, permaneceu na comunidade trabalhando como marisqueira. Para complementar a renda, passou a vender frutas e alguns objetos, como roupas e brinquedos na comunidade. Sempre trabalhou bastante. Passou a dar aulas de reforço para as crianças da comunidade e foi aí que recebeu convite para se tornar alfabetizadora de jovens e adultos da Vila, o que fez durante quase três anos. Foi também convidada para participar do Programa Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes (PELC), sendo monitora

do projeto na comunidade em 2008. Nesse tempo, fez alguns cursos de formação de educadora, conheceu alguns projetos e foi a partir daí que percebeu a importância de se retomar a associação de moradores da comunidade (que existia desde 1988 mas que à época estava pouco atuante), para dar seguimento a projetos na comunidade de forma mais organizada. E foi assim que se tornou presidenta da Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá.

Ainda não me apresentei. Eu sou Erise, mulher, branca, de classe média, solteira e sem filhos. Moro na casa da minha mãe num condomínio fechado não tão 'chique', estudei em colégios particulares a vida toda, me graduei em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas e, hoje, estou concluindo o mestrado em Psicologia na mesma instituição. Moro no mesmo lugar desde que nasci e nunca sofri ameaças de despejo ou expulsão. Não sei pescar. Aprendi a tratar camarão recentemente, na comunidade de pescadores de Jaraguá, mas ainda demoro um bocado para descascar o crustáceo se comparado às mulheres que me ensinaram a fazê-lo. Pois é, não era e não sou moradora da comunidade de pescadores, sequer trabalho com a pesca. Não perdi minha casa, não fui expulsa do lugar que vivia. Não pertencço ao mesmo lugar de experiência ou de fala daquelas pessoas. Por mais que eu estivesse e esteja ali, próxima, vivenciando diversos momentos e sentimentos com elas, eu não pertencia e não pertencço aquele lugar. Mas aquele lugar e aquelas pessoas me afetaram.

Me afetaram de muitas formas, mas gostaria de compartilhar, nesse texto, ao menos um pouco dessas afetações, porque penso que são importantes para pensarmos sobre nossas práticas dentro e fora da universidade e para pensarmos sobre as violências cotidianas a que somos submetidos e que também reproduzimos em nossas ações e/ou omissões. Violências que agem quando fechamos os olhos ou quando olhamos sem o real interesse de enxergar.

Aquela comunidade existiu durante mais de quarenta anos ali em Jaraguá. Eu nasci e vivi em Maceió toda a minha vida até então. Passei incontáveis vezes pelo bairro, olhei várias vezes a orla, os prédios históricos, mas nunca enxerguei a comunidade. Eu a olhava muitas vezes, mas nunca me ocupei em realmente entender o que meus olhos viam. Aquelas pessoas foram historicamente submetidas a uma série de violências, foram abandonadas pelo Estado e pela cidade. Foram abandonadas por nós, que passamos sem enxergá-las.

A comunidade foi, durante os últimos vinte anos, alvo de um conflito relativo ao direito de permanência no território onde se localizava. Conflito este que resultou, em junho de 2015, na expulsão das famílias que ali residiam e trabalhavam, e na demolição do espaço físico da comunidade. Parte dessas famílias foi transferida para um conjunto habitacional no bairro do Trapiche da Barra, distante cerca de quatro quilômetros do local onde a comunidade

se localizava anteriormente. O restante das famílias se dispersou por diversos outros bairros da capital alagoana. Diante desses acontecimentos, cabem as perguntas: por quantas Enauras, donas Lenas, Francinetes e Neides passamos sem conhecer, sem sequer olhar no dia a dia de nossas cidades? Quantas remoções violentas de comunidades pobres já aconteceram e acontecem sem que nos demos conta de que esses eventos também são responsabilidade nossa, dizem respeito a um modelo de cidade que vivemos e construímos? E dizem respeito, também, ao nosso não olhar para a cidade.

Benjamin (1989) nos ajuda a pensar na importância de passar pelos lugares com um olhar atento, ocupado em realmente enxergar a vida nos espaços das cidades. Para ele, é necessário que haja um investimento no nosso modo de olhar, uma mudança na forma como nos relacionamos com esses espaços para que possamos investigar a vida urbana na medida em que a vivenciamos.

Eu não enxerguei aquela comunidade até o ano de 2009. Só passei a enxergá-la quando, na universidade, me deparei com professores que se interessaram em conhecê-la e me conduziram até ali. E digo isso para lembrar a mim, a esses professores e a quem mais estiver nesse lugar privilegiado que é a universidade, o lugar do saber-poder científico, o peso de nossas práticas, e a importância de sairmos de nossas salas de aula em direção ao encontro com o outro. E a importância também, de fazermos algo relevante socialmente com nosso lugar privilegiado de fala.

A partir de nossa experiência com a comunidade de pescadores de Jaraguá, com Enaura, dona Lena, Francinete e Neide, acreditamos que um caminho possível e potente para construirmos algo realmente relevante é, de fato, o encontro. Sobretudo o encontro disposto a conhecer o outro e a trabalhar junto com ele. E foi conhecendo a comunidade e essas mulheres, suas histórias de violências, lutas, resistências e afetos, que percebemos a importância de contar essa história e de pensar, a partir dela, sobre territórios e subjetividades.

Construir essa pesquisa e escrever essa dissertação não foi fácil. Falar sobre o que considero umas das maiores violências e injustiças que já aconteceram na história da minha cidade, lembrar e reviver (porque trazer à memória não é simplesmente lembrar um passado, mas tem implicações e afetações num presente vivo) tantos sentimentos fortes em cada linha que escrevi, tanto as coisas boas de que sinto falta, quanto as ruins, que doem até hoje, foi um processo bastante pesado e doloroso, mas escolhemos transformar essa dor em luta através dessa dissertação, reconhecendo a potência de contar essas histórias trazendo-as para o presente e possibilitando um compartilhamento de experiências. Queremos registrar

um pouco dessas vidas que, conhecendo uma história diferente da que conhecemos, têm a possibilidade de mudar nosso presente (SCISLESKI; HÜNING, 2016).

Assim, tomando a concepção de história como ciência e como possibilidade de rememoração (PINHO, 2008), escolhemos contar uma história sobre a comunidade de pescadores de Jaraguá através das narrativas de algumas de suas moradoras. Queremos, a partir dessas narrativas, registrar histórias de vida e memórias da comunidade e, através desses registros, problematizar as relações existentes entre território e subjetividades. Pretendemos, ainda, investigar como a mudança de território tem afetado a vida dessas pessoas.

1.2 Território e subjetividade

Desde o século XVIII, com a derrubada das cidades medievais para a construção de um novo modelo de cidade, a sociedade ocidental vem se deparando com o fenômeno urbano. Nessa mesma época, graças a esse novo fenômeno, as cidades passaram a ser tomadas como objetos de interesse para o conhecimento científico positivo e racional (RODRIGUES; BAPTISTA, 2010), mas não apenas na esfera da concepção físico-espacial, mas articuladas a “uma mudança nos modos de existência, no campo da subjetividade ou, mais especificamente, na construção da individualização da subjetividade.” (RODRIGUES; BAPTISTA, 2010, p. 422). Nesse sentido, espaços e subjetividades passam a se articular, mas ainda como numa relação entre duas realidades distintas epistemológica e ontologicamente, já que a subjetividade permanece sendo compreendida como fenômeno individual, presente numa concepção de sujeito racional, dotado de uma essência a priori, e o espaço, como uma materialidade objetiva, racional e ainda “palco onde o indivíduo e a sociedade seriam alvos e agentes de modificações” (RODRIGUES; BAPTISTA, 2010, p. 423).

Assim, é comum encontrar materiais que abordem as temáticas do território e da territorialidade considerando apenas suas dimensões espaciais geográficas, bem como a sua relação com os processos de subjetivação numa perspectiva de relação entre dualidades. No Brasil, pode-se dizer que essas temáticas se configuraram como campo de interesse recentemente para a Psicologia, inseridas nas discussões sobre os espaços urbanos e sobre os processos de urbanização e os fenômenos a eles relacionados (HÜNING, 2015b).

No presente trabalho, compreendemos território como construção social, considerando suas dimensões social, política, econômica e cultural (ALBAGLI, 2004). Ou seja, é tomado como um fenômeno que só existe e é pensado/concebido de determinadas formas se inserido

numa determinada sociedade e cultura. Expressa, assim, um mundo particular e suas condições específicas, próprias de sua constituição (VILHENA, 2002).

Dito isso, torna-se importante pensar o território para além de delimitações espaciais geográficas, buscando compreendê-lo como um “campo de construção da vida social” (VILHENA, 2002, p.49), a partir do qual ocorrem os processos de subjetivação, bem como um campo resultado de construção social atravessado por relações de saber e poder. Pode-se dizer, então, que a configuração territorial ocorre situada em um contexto histórico e político vinculado às formas de governo das populações e a ações políticas, ocupadas em constituir modos de ser administráveis (FOUCAULT, 1979; 2008). Assim, pensar o território implica pensar sua relação de coprodução da emergência e do funcionamento dos processos de subjetivação (FOUCAULT, 1995).

Koga (2003) nos ajuda a pensar na apropriação do território a partir da intervenção realizada pelos sujeitos. Nesse sentido, a autora utiliza também o termo territorialidade, entendido como uma maneira singular de apropriação do espaço, de uso da terra e do território. Segundo ela, “[...] a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território.” (p. 38). O conceito de territorialidade relaciona-se, também com o sentimento de pertencimento e a relação dos sujeitos com o espaço geográfico que ocupam (ALBRAGLI, 2004). Destaca-se, assim, a importância de considerar a relação de pertencimento de um sujeito situado em um território quando se pretende compreender os espaços locais - ou territórios existenciais (“sítios”) – (ZOAUAL, 2006), ao mesmo tempo em que compreender esses espaços nos auxilia a entender os sujeitos que ali constroem a si mesmos e ao lugar (CAVALCANTI, 2012). Nessa direção, Paula (2004) afirma que “todo desenho territorial é uma construção subjetiva, [...] depende da ação de um “sujeito” que institui o território.” (p. 76), e, acrescentamos aqui, de um território que institui um sujeito.

Nesse sentido, consideramos as articulações entre território e subjetividade a partir de sua “tessitura co-constitutiva” (RODRIGUES; BAPTISTA, 2010, p. 423), nos aliando a proposta de Rodrigues e Baptista (2010), que se propõem a pensar as articulações entre espaço e subjetividade a partir “dos processos que narram as tramas e embates que constituem o indivíduo – enquanto suporte hegemônico da experiência moderna – e o espaço ordenado e racional das grandes cidades.” (p. 423). Assim, a presente pesquisa pretende pensar sobre a relação “co-constitutiva” entre território e subjetividade, considerando o contexto político, histórico e cultural da Comunidade de Pescadores de Jaraguá.

2. Aspectos teórico-metodológicos

Desde a formação do pensamento Ocidental Moderno o conhecimento é concebido como produto da luz da razão, apontando para a necessidade de se iluminar algo para descobrir a verdade. De lá pra cá, muitas certezas foram produzidas no campo da ciência a partir dessa ideia de uma necessidade de ‘enxergar com clareza’, postulando, assim, a importância das evidências na construção do conhecimento. Nessa lógica, o que importa, o que deve ser considerado para comprovar ou provar algo é o que a luz mostra e revela aos nossos olhos (SCISLESKI; HÜNING, 2016).

Assim, esses caminhos iluminados e iluminadores têm sido encarados e percorridos como forma única de se produzir conhecimento. Arrisco dizer que nos acostumamos a conduzir nossas pesquisas (assim como a nós mesmos) pelos caminhos iluminados. Talvez por nos sentirmos mais seguros e confortáveis, talvez pelo desejo do reconhecimento entre nossos pares de que estamos fazendo algo ‘realmente científico’. Consequentemente, aprendemos a iluminar para ver melhor, para acessar melhor determinado objeto de conhecimento e não deixar passar qualquer detalhe, qualquer evidência. E nos relacionamos com o outro – aquele que nosso conhecimento ilumina – nos distanciando, ocupando lugares distintos e assimétricos: nós, pesquisadores, detentores do saber e eles, os sujeitos pesquisados ou objetos de pesquisa sobre os quais produzimos conhecimento através da iluminação.

Mas os efeitos dessa epistemologia das luzes não se restringem a forma como pensamos e produzimos conhecimento, mas se relacionam, também, com as formas de organização das cidades:

A epistemologia da luminosidade, para além dos modos como pensamos a produção do conhecimento, nos constitui e relaciona-se às formas como habitamos diferentes espaços e nos relacionamos com outros seres que habitam zonas de luzes ou escuridão. Relaciona-se assim, a formas de inteligibilidade e produção de sentidos sobre espaços e seus habitantes, que produzem, entre outras coisas, realidades de violência e segregação. Constitui-nos como seres com uma capacidade seletiva de ver e não ver. (SCISLESKI; HÜNING, 2016, p. 14)

Um dos efeitos da epistemologia da luminosidade é a produção de sombras, de zonas de invisibilidade e marginalidade, e consequentemente, de subjetividades também invisíveis. Na presente dissertação, tomamos a Vila de Pescadores do Jaraguá como uma dessas zonas sombrias, invisíveis, e propomos uma outra relação com essa comunidade, uma outra forma de produzir conhecimento, reconhecendo o escuro como um lugar possível e potente de

caminhar. Escolhemos nos afastar de nossa zona de conforto e segurança e seguir em direção ao desconhecido não para iluminá-lo, mas para nos embrenharmos em seu escuro, tendo em mente que ‘nós podemos’, sim, apagar as luzes.

Chega para todo homem o momento em que ele deve pronunciar este “eu posso”, que não se refere a uma certeza nem a uma capacidade específica, e que, no entanto, o compromete e o coloca inteiramente em jogo. Este “eu posso” além de qualquer faculdade e de qualquer *savoir-faire*, essa afirmação que não significa nada, coloca o sujeito imediatamente diante da experiência talvez mais exigente – e, no entanto, ineludível – com a qual lhe seja dado medir-se: a experiência da potência. (AGAMBEN, 2006, p. 13).

Assim, na presente pesquisa nos lançamos em direção ao escuro com a proposta de construir uma pesquisa que, em vez de lançar luzes à escuridão em busca de uma verdade última, lance a pesquisadora em direção ao escuro, transformando a luminosidade dos tons quentes e frios em tons de preto e cinza, tendo em vista que o escuro é a cor da visão em potência (AGAMBEN, 2006).

Para adentrarmos esse escuro, partimos do diálogo com o pensamento do filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben, do filósofo francês Michel Foucault e do filósofo e ensaísta alemão Walter Benjamin, que embora se situem em tempos e lugares distintos, têm em suas obras, elementos que nos afetam e ajudam a pensar e construir essa pesquisa no e com o escuro, nos conduzindo a um olhar diferente, a um movimento de ‘não-ver’.

Para Agamben (2006), o princípio da visão traz consigo tanto a potência de ver quanto a de não-ver, sendo essa última não simplesmente uma ausência de toda potência, mas a existência de uma possibilidade de privação. Nas palavras do autor: “Aquilo que é assim ‘tido’ não é uma simples ausência, mas tem na realidade a forma de uma privação [...], ou seja, de algo que atesta a presença daquilo que falta no ato. Ter uma potência, ter uma faculdade significa: ter uma privação” (p. 15). Ou seja, a potência de não-ver é aquela que ‘escolhe’ não ser colocada em prática (ao menos não de forma usual), ela não passa ao ato não por uma incapacidade, mas por uma opção. Assim,

Quando, pela ausência de fontes luminosas ou porque estamos com os olhos fechados, não vemos objetos externos, isso não significa para a retina a ausência de todas as atividades. O que acontece, ao contrário, é que a falta de luz coloca em função uma série de células periféricas chamadas off-cells, que produzem aquela auto-afecção particular da retina que nós chamamos de escuro. A escuridão é realmente a cor da potência, e a potência é essencialmente a disponibilidade de uma *steresis* [privação], potência de não-ver. (AGAMBEN, 2006, p. 19)

Assim, a potência de não-ver surge no contexto da pesquisa como a possibilidade de ‘colocar em função’ uma outra forma de olhar e de construir a nossa prática, que se desenrole à/na sombra, tomando-a como possibilidade criativa que nos permite conduzir a algo diferente, que talvez precise de uma espécie de adaptação dos sentidos para se fazer perceber

e exercer. Escolhemos nos privar da luminosidade para, então, reaprender a olhar e a guiarnos a partir e em direção ao escuro, para enxergarmos a Comunidade de Pescadores de Jaraguá, seus moradores e suas narrativas através desse escuro. Mas como produzir conhecimento fora da luminosidade? Como orientar-se no escuro? Não pretendemos dar respostas conclusivas a essas perguntas, mas de certa forma, mostrar que é possível e necessário apagar as luzes e pensar outras possibilidades de produção de conhecimento, que se coloquem lado a lado com o escuro “e com aqueles que o habitam” (SCISLESKI; HÜNING, 2016, p. 10), sem a pretensão de iluminá-los, mas de se deixar afetar e escurecer por/com eles.

2.1 Desacomodar é preciso – Diálogos entre a Psicologia e o pensamento foucaultiano

Adotando como posicionamento epistemológico esse diálogo com o escuro, trazemos Foucault em nossa caixa de ferramentas (Foucault, 1979) para pensar alguns aspectos da pesquisa, desde a escolha do tema e a construção do problema até a produção e a análise dos dados, além da própria forma como compreendemos o ato de pesquisar, considerando as implicações éticas e políticas dessa ação. Nesse sentido, seu pensamento possibilita que nos questionemos permanentemente sobre nossos objetos/temas de interesse e sobre a nossa prática e relação com eles, constituindo o que Hook e Hüning (2009) chamaram de “metodologia de desconfiança e crítica” (p. 103).

Pode-se dizer que o pensamento do filósofo gera uma ‘confusão’ que nos leva ao estranhamento do hoje, a um movimento de questionamento sobre o mundo a nossa volta. Assim, surge uma “atitude de permanente reflexão e transgressão” (VEIGA-NETO, 2003, p. 31) que nos possibilita ser, fazer e pensar de uma forma diferente da que aprendemos (FOUCAULT, 2000), contestando o que está dado como verdade e os diversos mecanismos que constituíram e constituem essa verdade. Em outras palavras, o trabalho de Foucault é “desterritorializar, desfamiliarizar, levar ao estranhamento” (VEIGA-NETO, 2003, p. 30).

Assim, na presente pesquisa o diálogo com esse autor aparece como uma possibilidade de refletir acerca de nossas práticas de pesquisa em psicologia - que tem historicamente se construído na perspectiva de iluminar nossos objetos de conhecimento - questionar sobre como enxergamos determinados assuntos como problemas e sobre o que e como pensamos sobre eles, levando-nos a problematizar como determinados objetos tornam-se problemas numa dada sociedade e como passam a aparecer no discurso científico (HÜNING, 2014b).

O reconhecimento do e a atenção ao caráter histórico da constituição dos objetos e problemas de pesquisa, significa em não tomar tais problemas ou objetos como

dados para a ciência, mas interrogar sobre sua entrada no campo do conhecimento, o que, por sua vez, permite o questionamento das soluções/práticas engendradas por tais problemas (HÜNING, 2014b, p. 134).

Através desse movimento de autocrítica, ou melhor, de “crítica da crítica” (VEIGA-NETO, 2003, p. 28) ou hipercrítica (VEIGA-NETO, 1995) é possível questionar se podemos pensar diferente do que pensamos e perceber diferente do que vemos - um momento indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 1998). E é nesse momento que nos deparamos com a possibilidade da potência de olhar para e através do escuro.

Nesse movimento de “desacomodação” de nossas formas de pensar e produzir conhecimento (HÜNING; GUARESCH, 2009) nos colocamos frente a possibilidade de questionar a forma como historicamente temos produzido pesquisas que se constroem seguindo a lógica das luzes da qual falávamos há pouco. E, na medida em que nos questionamos sobre nossas práticas, nos deparamos com a possibilidade/potência de fugir dessa lógica, de apostar no trabalho com e no escuro.

Assim, longe das luzes, o trabalho com Foucault não pretende a prescrição de soluções para os problemas pesquisados, ao mesmo tempo em que se recusa a buscar uma única resposta correta e conclusiva para situações consideradas problemáticas (HÜNING, 2014b), ou a construção de um *conhecimento verdadeiro* acerca da *realidade*, uma vez que o conhecimento e as noções do que é verdadeiro e real são construídos social e historicamente, através de relações de saber e poder (VEIGANETO, 2003). Mas não se quer com isso negar a existência do conhecimento, de discursos de verdade e da realidade, mas apontá-los como construções sociais e dessa forma, dizer que são plurais e mutáveis e que só existem e se sustentam de determinadas formas se inseridos num determinado contexto. Contexto esse que deve ser constantemente interrogado.

Assim, pode-se dizer que Foucault nos convida a pensar diferente do que pensamos (NARDI; SILVA, 2014), mas sem prescrever como fazê-lo. Não existe *o* caminho nem *um* lugar aonde chegar (VEIGA-NETO, 2003), mas a possibilidade de uma liberdade de se chegar a vários lugares. Uma liberdade que Veiga-Neto se refere como homeopática, ou seja, uma liberdade “concreta, cotidiana e alcançável nas pequenas revoltas diárias, quando podemos pensar e criticar o nosso mundo” (2003, p. 26):

Meu papel [...] é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam ser; que elas têm por verdadeiros, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que essa suposta evidência pode ser criticada e destruída. (FOUCAULT, 2006, p. 295)

Nesse sentido, pode-se dizer que uma das principais potências de se trabalhar com

Foucault, que é uma potência política² e ética, é essa possibilidade de liberdade a que seu pensamento conduz.

2.2 Narração: uma potência de lembrar no/com o escuro

O caminho que escolhemos seguir ao encontro desse escuro foi orientado pela escolha da narração, tal como pensada por Walter Benjamin (1987a), como possibilidade de construção e de condução da pesquisa. O diálogo com esse autor nos possibilitou pensar a relação entre história, memória e narrativa frente ao contexto histórico, social e político da comunidade de pescadores de Jaraguá. Um contexto onde se tenta apagar violentamente as histórias e memórias de seus moradores, que na lógica das luzes foram relegadas ao silenciamento e ao esquecimento.

É no escuro que encontramos essas histórias que não foram contadas ou que foram contadas mas não ouvidas e os destroços que foram deixados para trás na edificação de uma história iluminada, falsamente universal. Falsamente universal, porque constrói uma história que não contempla a rememoração do passado em sua integralidade, mas elege o quê e como contar, e sobre o que, deixando de lado a história dos “vencidos” (BENJAMIN, 1987b). Essa aparente universalidade remete para Benjamin, segundo Gagnebin (2013), “à dominação de uma classe e às suas estratégias discursivas” (p. 17). Assim, a autora sugere que essa história deve ser “interrompida, desmontada, recortada e entrecortada” (p. 17).

Para Benjamin (1987b;), o caminho para construir uma história verdadeiramente universal é a integração dos “pequenos” na universalidade que os excluiu. Mas não uma integração pacífica, que consistiria em incluir o excluído numa história já constituída, mas uma integração conflituosa, que traga à tona as histórias dos “pequenos” não para reconciliar com a “grande história” – falsamente universal – mas para romper com a continuidade histórica, destruindo a ideologia dos vencedores e promovendo uma universalidade que atribuiria “valor absoluto à vida do indivíduo” e que veja “o todo em cada parte”, construindo, assim, uma universalidade não reacionária. (MATE, 2011).

Rememorar o passado não implica simplesmente restaurá-lo, mas também uma “transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado” (GAGNEBIN, 2013, p. 16; BENJAMIN, 1987b). Apenas restaurar o passado implicaria na manutenção da forma dominante de fazer história, colocando o presente como herança, reconstrução e continuidade

² Nardi e Silva (2014) fazem uma discussão sobre a potência política do trabalho de Foucault para se pensar os modos de fazer pesquisa, mais especificamente na Psicologia Social.

de um passado que lhe serve como selo e garantia (MATE, 2011), o que não é a nossa proposta.

A história da Vila de Pescadores de Jaraguá tem vários personagens, narradores, testemunhas, interlocutores, mas quem tem contado sobre ela, ou melhor, que tem sido ouvido a seu respeito não são os protagonistas (moradores). O acontecimento da remoção/transferência de seus moradores e da demolição do espaço físico da comunidade, por exemplo, foi e ainda é contado pelos ‘vencedores’, contadores da grande história que se torna oficial. Diante desse contexto, a narração surge como possibilidade de contar uma(s) outra(s) história(s), que foi ignorada ou silenciada pela gestão municipal e por boa parte da mídia e da sociedade. Assumimos, aqui, o compromisso de rememorar essas histórias que foram deixadas para trás, trazendo as narrativas que foram ofuscadas pela luminosidade das histórias dos vencedores, a fim de estabelecer uma “nova ligação entre passado e presente” (GAGNEBIN, 2013, p. 16) reconhecendo a atualidade das injustiças do passado para denunciá-las e promover algo de justo no presente, tendo em vista que “o que torna a justiça justa não é o juízo justo, mas a presença de todas as injustiças. [...] a consciência que a humanidade tem de todas as injustiças cometidas, de todas as causas abertas, de todos os direitos pendentes.” (MATE, 2011, p. 121).

Compreendendo que rememorar e contar uma história é uma ação política e ética, que tem como possibilidade e responsabilidade fazer justiça aos vencidos, não deixar que suas experiências caiam no esquecimento (SCISLESKI; HÜNING, 2016), seguimos compartilhando, contando juntas essas histórias e buscando fazê-las ecoar. Histórias que falam de violências e de resistências, de afetos, de luta, que falam da Vila dos Pescadores de Jaraguá. Esperamos que as narrativas de Enaura, dona Lena, Francinete e Neide irrompam o presente, a história oficialmente contada pelos vencedores, que venham à tona como os detritos do passado regurgitados pelo solo, dos quais nos fala Didi-Huberman (2013) (BAPTISTA, 2016). Que possibilitem uma continuidade no contar a história, não permitindo seu esgotamento. (BENJAMIN, 1987a; BAPTISTA, 2016). Que anunciem a memória que tem a potência de editar, montar, desmontar e interromper a continuidade de uma narrativa em direção ao futuro (BAPTISTA, 2016). Queremos, assim, recolher e registrar essas histórias que falam da não unidade da vida, das infâmias, infelicidades e desgraças produzidas pelo conhecimento e pelo progresso, e trazê-las para o campo de produção de conhecimento no escuro (SCISLESKI; HÜNING, 2016). Esperamos que essa pesquisa sirva como uma denúncia ao que aconteceu e que possibilite que essas histórias existam, vivam e nos afetem no presente.

No contexto dessa pesquisa, os pescadores e as marisqueiras da Vila dos Pescadores de Jaraguá são pensados como os infames de Foucault (2003), os vencidos de Benjamin (1987b). Como essas vidas que, “animadas por uma violência” (FOUCAULT, 2003), ganharam destaque na sociedade pela sua tragédia, pela sua derrota, pela sua exposição cotidiana ao abandono e à morte. Modos de vida que, no contexto de nossa sociedade e cidade, são dispensáveis, e por isso puderam ser jogados para o lado, como entulhos sem serventia na construção de uma cidade do progresso, de uma cidade para o turismo. São os escombros de uma história que dispensa olhar para seu passado e para o seu presente de violências.

Essa comunidade teve e ainda tem suas histórias ignoradas, marginalizadas, numa tentativa de silenciá-las. E foi na busca por esse não silenciamento, por fazer ecoar essas histórias, que escolhemos trabalhar com as narrativas e memórias de moradoras da comunidade, para que elas contem um pouco de suas histórias e despertem em nós “um certo efeito de beleza e de terror” (FOUCAULT, 2003). Entendemos que diante dos silêncios, da prevalência dos discursos da classe dominante, dos vencedores à frente das histórias, lidar com a memória significará “lidar com uma substância presente, mas em muitos casos desconsiderada” (CAVALCANTI, 2012).

A história tantas vezes falha, incompleta, parcial, manipulada, não exclui da existência aquilo que ela porventura não transcreve, aquilo que “não entra” em sua escrita, mas que é tacitamente transmitido, no próprio viver humano. Nesse sentido podemos mencionar os registros orais, as tradições, as práticas cotidianas, a memória dos lugares. (CAVALCANTI, 2012, p. 15)

2.3 Pesquisadora no escuro - Sobre o meu lugar de pesquisadora-narradora

Compreendo, aqui, a narração não somente como uma forma de contar histórias, mas como um formato de pesquisa e como uma postura de pesquisa. Nesse sentido, ao mesmo tempo que ela dá forma a essa investigação, ao texto e à escrita, também dá forma a mim, a minha prática e postura enquanto pesquisadora. Assim, não sou mais apenas pesquisadora, mas sim uma ‘pesquisadora-narradora’ e tive de aprender a sê-lo. Explico melhor: quando me propus a ouvir as histórias daquelas mulheres, a ouvir suas narrativas para a partir daí, compartilhá-las nessa dissertação e narrar, eu também, uma história e construir essa pesquisa, fui levada a uma série de posturas necessárias para a realização do que propunha. Não se tratava de fazer perguntas, mas de conversar; e mais do que conversar, ouvir. Não tinha um roteiro estruturado ou semiestruturado. O roteiro que se seguia era o delas. E nós não costumamos aprender a conversar ou a ouvir na universidade, ao menos não sem um olhar clínico, sem um *setting*, sem o controle de uma série de variáveis. Então foi necessário

aprender algo novo para construir algo novo. Precisei conduzir e adaptar minha visão ao escuro, o que demandou um estranhamento, um desconforto inicial diante de uma prática que eu não tinha familiaridade.

Ainda assim, escolhi trabalhar com a narração porque reconheci nela a possibilidade de fazer uma pesquisa diferente das que vêm sendo realizadas mais comumente na academia, uma pesquisa que ao trabalhar com as falas dos sujeitos, não o faz como quem ‘dá voz’ aos ‘entrevistados’, mas que reconhece a existência e potência dessas vozes que não precisam ser dadas, mas ouvidas e compartilhadas. Uma pesquisa que assume o compromisso ético e político de ouvir essas várias vozes (incluindo a minha) e fazer ecoar as histórias contadas como uma possibilidade de registro e denúncia do que aconteceu àquela comunidade, tendo em vista que a narrativa, assim como pontuou Benjamin (2012) jamais se esgota e, conservando suas forças, é capaz de desdobramentos ainda depois de muito tempo.

Desse modo, me aproximo das histórias e narrativas da comunidade reconhecendo que existem diferenças entre nossos lugares de experiência e de fala, entre os lugares de pesquisador e pesquisado, mas apostando e reconhecendo, também, a possibilidade e necessidade de diminuir as assimetrias existentes no processo da pesquisa (HÜNING, 2014b). Assim, procuro me alinhar às figuras do cronista e do catador de Benjamin (1987; 2006), buscando, através da escrita desse trabalho (uma escrita que se faz *com* as narradoras), possibilitar que os acontecimentos e os vencidos apareçam e contem, aqui, suas próprias experiências e memórias, trazendo suas histórias para o presente e expondo a atualidade das injustiças e violências sofridas.

2.4 Sobre a aproximação com as narrativas

Procuramos nos aproximar das narrativas dessas mulheres como quem conversa com alguém que desperta nossa curiosidade, nosso interesse em conhecer sua história. Ou como alguém que, já conhecendo um pouco das histórias de alguém e por considerar essas histórias bastante importantes e potentes, quer registrá-las para contar também para outras pessoas. A ideia era ouvir o que elas tinham para contar sobre suas histórias de vida, sobre seu dia a dia na comunidade antes e depois da remoção e o que mais surgisse nesse meio de conversa.

Nos encontramos no Residencial Vila dos Pescadores, novo local de moradia da comunidade após a remoção. As conversas foram gravadas em áudio com a devida autorização de cada uma. Não utilizamos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) escrito, entendendo que seu uso, em uma comunidade formada em sua maioria por

pessoas de baixa escolaridade, que poderiam ter dificuldades para ler e/ou assinar o documento, poderia gerar desconforto e constrangimento nos participantes. Além de que o uso de um documento que necessitaria de assinatura poderia gerar desconfiança nos moradores, visto que durante o processo de conflito com a Prefeitura Municipal, muitos tiveram problemas referentes a assinatura de documentos que não conseguiam ou tinham dificuldades para ler e entender e tinham de assinar mesmo sem ter certeza quanto ao seu conteúdo. Assim, solicitamos dispensa do termo escrito, mas não do consentimento, que passou a ser realizado através de gravação de áudio. Para tanto, ao início de cada conversa, prestava esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, método etc., falava sobre o uso dos nomes, perguntando como elas gostariam de ser chamadas, e sobre a possibilidade delas pararem a conversa a qualquer momento e mesmo desistirem de participar da pesquisa, explicava que outras pessoas teriam acesso ao material produzido e tirava dúvidas. Após esses esclarecimentos iniciais, pedia pra que elas contassem um pouco de suas histórias e seguíamos conversando. Em alguns momentos fazia perguntas mais específicas, que surgiam a partir das próprias falas das narradoras. Assim, seguimos sem roteiro preestabelecido.

Quanto ao uso das narrativas na dissertação, escolhemos trazer as falas das narradoras da Vila no corpo do texto, junto ao que eu, pesquisadora, escrevo e conto. Sem recuo e sem tamanho de fonte reduzido, mas em itálico e entre aspas, para sinalizar que a fala não é de minha autoria. A proposta é que nossas narrativas se encontrem e complementem, para que contemos juntas, uma história da Vila dos Pescadores de Jaraguá. Suas vozes não aparecerão aqui simplesmente como citação ou ilustração de uma história que eu estou contando. Mesmo porque de certa forma, essas mulheres e suas memórias e narrativas é que são a própria história da comunidade, a história que queremos contar.

Assim, trazer as narrativas de Enaura, dona Lena, Francinete e Neide junto à minha não é uma escolha meramente estética, mas uma escolha que aposta numa proposta de pesquisa que se constrói, se realiza e se escreve junto. Queremos, com isso, diminuir a distância de nossas vozes e a verticalidade dos nossos lugares de fala, diminuindo as assimetrias existentes na escrita da pesquisa.

Importante pontuar que a história que contaremos não tem a pretensão de ser a história verdadeira e absoluta sobre a comunidade e sobre o que aconteceu. Ela dá conta apenas dos nossos olhares, dos nossos pontos de vistas, meus e das narradoras, sem a pretensão de esgotar o assunto ou as tantas outras possíveis histórias que ainda podem ser contadas. Contaremos, assim, a partir de nossas experiências e vivências na comunidade, um pouco

sobre a história da Vila dos Pescadores de Jaraguá, sobre o cotidiano dos moradores, sobre a luta pela permanência e sobre os desdobramentos da remoção.

3. Uma rede de histórias – A Comunidade de Pescadores, sua gente e suas memórias

“[...] a Vila acordava cedo, porque os pescadores acordam cedo.”

(Dona Lena)

Dona Lena fala de seu lugar, do lugar que dividiu durante cinquenta e três anos com homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras da pesca, que acordavam cedo para seguirem seu ofício, acordando, assim, também a sua comunidade, em Jaraguá. Falar do lugar é falar também das pessoas, e a história da comunidade de pescadores de Jaraguá se mistura com as histórias e memórias dos pescadores e das marisqueiras que constituíram aquele lugar, que construíram suas vidas naquele ‘pedaço de terra’ e que deram um significado além, tornando-o uma ‘comunidade de pescadores’, seus lares.

Mas afinal, o que faz de um dado espaço um lugar singular, com histórias a serem contadas? As pessoas e suas memórias. A história tem a memória como matéria prima e a memória do lugar é a própria memória dos sujeitos, que transformando o espaço para o seu viver lhe atribuem um significado. O espaço, quando recortado pelos sujeitos para habitar o mundo, é que configura o lugar (CAVALCANTI, 2012). Assim, tendo em vista que a realidade dos lugares se estabelece a partir dos rastros do humano (LE GOFF, 2003), de suas memórias, nos ocuparemos em contar um pouco desses rastros e desse humano que transforma o lugar e se transforma no ato de fazê-lo.

Tendo em vista que um dos objetivos desse trabalho é registrar histórias de vida e memórias de moradores da comunidade, contaremos um pouco da Vila dos Pescadores de Jaraguá presente nas memórias de nossas quatro narradoras. Compartilharemos um pouco da história da comunidade, das histórias de sua gente e de sua luta pelo lugar. Mas essas histórias não serão contadas somente por mim, mas também por essas mulheres com quem tive a oportunidade de conversar.

Para tanto, partiremos do início: o surgimento da Vila dos Pescadores de Jaraguá. Para contar essa história, precisaremos contar, também, um pouco sobre a história do bairro de Jaraguá, já que a história do lugar conta um pouco de sua gente.

3.1 O bairro de Jaraguá e sua história

Essa história começa antes mesmo da existência de uma Alagoas independente de Pernambuco. Acontece que, embora a historiografia tradicional alagoana aponte o surgimento de Alagoas como um território delimitado a partir de 1817, com a emancipação em relação à capitania de Pernambuco, existe uma outra leitura dos fatos, apontada pelo historiador Dirceu Lindoso (2005), que fala de uma Alagoas enquanto realidade autônoma desde um período muito anterior a esse. Uma autonomia que se deu gradativamente e teve como balizadora a presença significativa das águas, que viriam a determinar a configuração de uma espacialidade antes mesmo de se tornar oficialmente reconhecida e independente (LINDOSO, 2005; CAVALCANTI, 2012).

Ainda segundo o autor (2005), a delimitação de 1817 teria serventia apenas para formalização de um território que, na prática, já era bastante definido por seus ocupantes/habitantes, que tiveram as águas como fator determinante na instituição do lugar: “É a água, e não as montanhas e terras secas, que faz das Alagoas uma realidade geográfica distinta do resto da capitania de Duarte Coelho. A hidrografia alagoana criou a autonomia geográfica das Alagoas antes que um ato real estabelecesse a autonomia política” (LINDOSO, 2000, pp. 45-46).

Segundo Cavalcanti (2012), a constituição dos primeiros povoados em solo da futura Alagoas data do século XVI, e estariam relacionados ao resguardo de passagens de vários rios importantes, ao norte, e à defesa do território, ao sul. Esses povoados atuaram como indutores das ocupações da futura província das Alagoas. Posteriormente, já no século XVII, o povoamento seria consolidado abarcando, agora, as imediações das lagoas Mundaú e Manguaba. A autora acredita que a ocupação portuguesa na região tenha se dado, inclusive, devido tanto a “abundância do solo encharcado do tipo massapé” (p.43) quanto pelo “potencial de navegação das lagoas, associado à existência de portos naturais na faixa costeira, configurando um território facilmente acessível por meio de rotas lacustres e terrestres, de modo a facilitar o escoamento da produção” (p. 43).

Aqui Jaraguá começa a se destacar, sendo, dentre os ancoradouros, o mais importante: “entre os ancoradouros, o mais importante viria a se firmar na enseada de Jaraguá, em terras da futura cidade de Maceió” (CAVALCANTI, 2012, p. 43). Assim, a expansão do território em torno da região lagunar, somado ao movimento em busca de Jaraguá, possibilitaram o surgimento de Maceió, ensaiados nesse período.

Os primeiros registros de ocupação no território atestam a existência de uma escritura

de 1611, que declaram a existência de uma casa de telhas em Ioçara (parte do atual bairro da Pajuçara), enseada vizinha a de Jaraguá, de propriedade do português Manuel Antônio Duro, que em 1609 recebera a doação de uma sesmária (COSTA, 1981; CAVALCANTI, 2012). Contudo, segundo Pereira (2015), índios Caetés já ocupavam a região, utilizando a enseada de Jaraguá como porto. Barros (2009) afirma que existem evidências que indicam a presença de grupos indígenas ao longo de toda a costa do estado de Alagoas, que desde a época colonial “se valiam das boas condições do ancoradouro de Jaraguá para o desenvolvimento de suas práticas. Entre elas, a da pesca. (p. 6).” Para Pereira (2015), o estabelecimento da residência do colonizador português e o registro desse feito como a primeira ocupação no território revelam um processo histórico que, desde a época colonial, possibilita a substituição da comunidade local por “setores da elite colonizadora” (p. 34), que apropria-se do espaço para finalidades econômicas.

Existem, pelo menos, duas versões sobre o surgimento de Maceió: uma delas associa o início e crescimento da cidade à existência de um engenho de açúcar, localizado no centro da cidade; outra, aponta Jaraguá como ponto central no desenvolvimento da capital alagoana, incluindo aí, a presença de pescadores neste processo, tanto na composição da população quanto como parte constituinte da classe trabalhadora (PEREIRA, 2015; BARROS, 2009).

Segundo Barros (2009), o historiador Moacir Medeiros de Sant'Ana contesta a versão sobre o engenho, afirmando que o surgimento de Maceió teria acontecido a partir de uma pequena aldeia de pescadores, em Jaraguá, e que em suas pesquisas teria encontrado um documento que provava que, por estar localizado em uma área indevida para o cultivo de cana-de-açúcar, o engenho Massayó teria moído apenas duas vezes, o que demonstraria que sua participação não foi decisiva para o crescimento da cidade. Coadunando com essa afirmação, a museóloga Cármen Lúcia Dantas, em entrevista para o portal de notícias online Gazetaweb sobre o bairro de Jaraguá³, afirma que “Não se sabe quando isso aconteceu, mas o historiador Moacir Sant'Ana encontrou documento de 1724 que já fala em um pequeno comércio que existia nessa área de pescadores.”

O que percebemos em relação a essas versões, é que, na verdade, elas falam a partir de pontos de vistas diferentes. Acontece que se falamos sobre o surgimento de Maceió enquanto 'cidade', temos que levar em consideração o que se entende por cidade, seu conceito; nesse sentido, não é incorreto falar que Maceió surgiu no Centro, graças, em parte, à edificação do engenho, visto que é a partir daí que surge o núcleo embrionário da cidade, com a praça

³ Matéria do site de notícias Gazetaweb em 26 de maio de 2013, intitulada “Jaraguá: do apogeu à decadência” Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=223660>

cívica, os poderes, dando forma ao que seria um núcleo urbano. O fato é que economicamente esse núcleo não se sustentaria sozinho.

Assim, Cavalcanti (2012) defende que o povoado começa a surgir no século XVII graças, em parte, à edificação do engenho, mas fundamentalmente “à consolidação da rota para transporte de mercadorias em direção à enseada de Jaraguá.” (p. 45). Existiam, ainda, outras rotas além da principal, que se destinavam ao transporte de pessoas e coisas variadas, que seguiam em direção às saídas ao sudeste e ao norte de Maceió, o que possibilitou o surgimento de diversos povoados. Esses novos núcleos, somados aos de Jaraguá e do Centro, constituirão a futura cidade. Assim, pode-se dizer que o povoamento de Maceió fincou suas raízes não a partir da tradição colonizadora dos senhores de engenhos, mas a partir da destinação comercial da cidade (CAVALCANTI, 2012).

Mas se pensamos no surgimento de Maceió a partir de sua ocupação territorial, entendemos que Jaraguá foi, sim, um dos principais núcleos de povoamento do território, formado por um povoado de pescadores, que participou de forma bastante ativa e relevante no crescimento da futura ‘cidade’, antecedendo até mesmo o núcleo central, formado pelo engenho. Assim, temos, de um lado, a importância de Jaraguá como porto, que garantiu a sustentação econômica do território, e, de outro, a importância como um dos núcleos de povoamento mais antigos no sítio da atual cidade de Maceió, a partir de sua enseada natural, o que demonstra sua inegável importância pra cidade. E aqui, cabe um adendo: é importante lembrarmos que antes mesmo dos colonizadores portugueses invadirem⁴ o Brasil, essa terra já era habitada.

Embora não existam registros oficiais, seguiremos a partir da versão que coloca Jaraguá no centro dessa história, já que é essa história que queremos contar: uma narrativa que conta das águas e dos pescadores, não dos engenhos e seus senhores. Essas histórias “oficiais” já são largamente contadas (mesmo que também sem registros oficiais que as comprovem) e são, desde sempre, em sua maioria bastante excludentes. Poderíamos nos perguntar “por que, não havendo registros oficiais de nenhuma das versões, a mais contada é a do engenho Massayó?”. Ambas são baseadas em histórias orais, mas pode-se dizer que aparentemente é mais interessante contar as histórias que trazem os senhores como protagonistas, o que não seguiremos fazendo. Na verdade, é importante problematizarmos sobre a importância que é dada aos registros chamados “oficiais” em detrimento das falas dos sujeitos, das histórias contadas e, principalmente, das histórias contadas e/ou protagonizadas

⁴ Utilizamos a noção de 'invasão' porque entendemos que a chegada dos portugueses e sua permanência no território não se deu de forma pacífica, havendo grande conflito com a população que já se encontrava no local.

pelos vencidos.

Independentemente da versão que se tome como verdadeira sobre o surgimento de Maceió, o que podemos observar é que os pescadores estiveram desde muito tempo em Jaraguá e foram parte importante no processo de povoamento e desenvolvimento do bairro e, conseqüentemente, da cidade. Segundo Pereira (2015), “a pesca era atividade mais antiga do bairro, na verdade, o que deu origem ao lugar” (p. 39). Craveiro Costa (1981), se referindo ao início do povoamento de Jaraguá, nos diz que “da margem esquerda do riacho afora, além do alagadiço, diante do mar, uma ou outra habitação rústica de pescadores e gente de labores marítimos. O bairro de Jaraguá começa a surgir.” (CRAVEIRO COSTA, 1981). O riacho citado chama Salgadinho, que fica cerca de 1 km do local onde a Vila se localizava até mais recentemente, antes de sua remoção e demolição. Assim, é notório que a história dos pescadores de Jaraguá se encontra e se confunde com a própria história da cidade, tendo em vista sua importância na formação e configuração social da capital (antes mesmo de ser capital), a partir do bairro de Jaraguá.

Tendo em vista que, como nos diz Walter Benjamin (1987), habitar é deixar rastros, entendemos que conhecer a história do lugar nos aproxima das pessoas que ali viveram e de suas histórias, de seus rastros. E agora que contamos um pouco da história do lugar-bairro, contaremos, também, um pouco da história do lugar-comunidade, contando, assim, um pouco das pessoas de que o lugar nos fala, tendo em vista que, como nos diz Cavalcanti (2012), conhecer o lugar possibilita que conheçamos também os sujeitos que o habitam ao mesmo tempo em que conhecer os sujeitos nos conduz a uma compreensão do lugar e de suas relações com ele.

A análise do lugar permite ver os traços do homem, que condiciona o espaço e é condicionado por ele, no ato de fazê-lo. É preciso, então, entender o homem de que o lugar nos diz. Contar a história de um lugar significa investigar o humano que o constituiu, compreender suas motivações. (CAVALCANTI, 2012, p. 8)

Assim, contaremos um pouco das histórias das mulheres que, construindo e vivenciando o lugar, narrarão sobre ele, sobre o lugar que ao habitar, transformaram em comunidade, em uma Vila de pescadores. Essas mulheres narrarão uma história diferente da que vem sendo contada e tomada como oficial (falsamente universal), já que contada pela Prefeitura e por boa parte dos veículos de comunicação, pelos vencedores, enfim. Entendemos que as pessoas que melhor podem falar sobre o que aconteceu, sobre o cotidiano da comunidade, sobre a luta pela permanência e sobre as conseqüências da remoção em suas vidas, são os próprios moradores, que vivenciaram e vivenciam os acontecimentos

diariamente. Assim, a história que contaremos é uma história dos vencidos e contada também por/com eles.

Para tanto, contaremos um pouco sobre a chegada dos pescadores em Jaraguá e sobre alguns movimentos que resultaram na ocupação do território e na formação da comunidade.

3.2 Os pescadores *em* Jaraguá

A aldeia de que falava Sant'Ana e as habitações de que fala Craveiro Costa não se localizavam exatamente onde encontramos a comunidade de pescadores até mais recentemente, antes de sua remoção e demolição - mesmo porque aquela área só passou a existir por volta de 1940, a partir do assoreamento proveniente da construção do cais do Porto de Maceió; antes, a área não existia como solo seco e a maré adentrava até onde se encontra a Praça Dezoito de Copacabana (Figuras 1 e 2). Por volta da década de 1940, os pescadores se encontravam nas proximidades da Associação Comercial, que se localiza também em Jaraguá, cerca de quinhentos metros do Porto.

Figuras 1 e 2 – Vista da Praça Dezoito de Copacabana



(Fonte: <https://culturaeviagem.wordpress.com/2013/03/02/situacoes-inusitadas-ii-a-estatua-da-liberdade-de-maceio/>)



(Fonte: <https://culturaeviagem.wordpress.com/2013/03/02/situacoes-inusitadas-ii-a-estatua-da-liberdade-de-maceio/>)

Acontece que desde o surgimento de Jaraguá até 2015, os pescadores ocuparam diferentes espaços pelo bairro, se reorganizando e reconfigurando, numa dinâmica marcada pelo “vai e vem das migrações, ora espontâneas, ora forçadas” (PEREIRA, 2015, p. 34). Com o crescimento da cidade e a valorização econômica de Jaraguá, os pescadores, que outrora foram essenciais para o desenvolvimento socioeconômico da capital, passam a ser relegados e a ter seu território espremido e empurrado em detrimento das novas edificações. Até que por volta dos anos 1970, se estabelece, enfim, a ocupação mais recente - localizada ao lado do Porto de Maceió até sua remoção - que no futuro, passa a ser conhecida como Comunidade *de* Pescadores *de* Jaraguá, ou Vila *dos* Pescadores *de* Jaraguá. É importante marcar a diferença quando falamos em *pescadores em* Jaraguá e *pescadores de* Jaraguá, e mais ainda, quando falamos em *comunidade de pescadores de* Jaraguá.

Trazemos essas diferenciações para falar de algo que não trata simplesmente de formas diferentes de falar da mesma coisa, mas sim de momentos distintos, que dizem respeito, primeiro, a uma ocupação e sua localização *em* um bairro (Jaraguá), e posteriormente, a uma *comunidade*, apontando para uma questão identitária quando fala em comunidade *de pescadores* (não comunidade de outra coisa) e *de Jaraguá* (não de qualquer outro lugar). Falar 'Comunidade de Pescadores de Jaraguá' ou 'Vila dos Pescadores de Jaraguá' nos aponta para uma relação de identificação e pertencimento com o trabalho (de pescadores) e com o lugar (de Jaraguá), e para uma delimitação territorial que se estabelece a partir dessa identificação e do afeto pelo e com o lugar, e não apenas por uma questão geográfica.

A noção de comunidade sofreu várias transformações ao longo dos anos, sendo influenciada sobremaneira pelos contextos históricos e políticos que a atravessavam. Segundo

Scarparo e Guareschi (2007) o termo comunidade é polissêmico e tem fornecido amplas e diversificadas possibilidades de problematização para diferentes campos de saber. No campo da Psicologia, o conceito de comunidade passou a figurar como referencial analítico apenas nos anos 1970, com o surgimento da Psicologia Social Comunitária, o que constituiu um aspecto epistemológico importante, uma vez que representou a opção por uma teoria crítica que interpreta o mundo com a intenção de transformá-lo. (SAWAIA, 2008).

Nessa relação com a psicologia, comunidade vem sendo delineada por uma “hipervalorização romântica do passado que reforça uma identificação única e homogênea” (PRADO, 2008, p. 210), trazendo a noção de comunidade sempre a partir dos “limites da dimensão individual e da vontade geral, da liberdade pessoal e da igualdade social” (id.). Para Prado (2008), a utopia que permeou o ideário de comunidade na psicologia deve transformar-se numa utopia menos totalitária e abstrata, buscando seu conteúdo nas mudanças ético-afetivas, apontando para formas de relação que rompam com a dicotomia entre indivíduo e coletividade.

Para Scarparo e Guareschi (2007), restringir a questão das relações comunitárias em dicotomias antagônicas que polarizam conceitos (como por exemplo individualismo e coletividade), possibilita o fortalecimento das lógicas de naturalização que adotam e impõem modelos fechados, impedindo o surgimento dos processos de criação humana. Segundo as autoras, essas dicotomias “traduzem universos fechados, sem possibilidades de problematizações e, conseqüentemente sem produção de pensamentos e modos de existência.” (p. 103) Concordamos com as autoras, quando dizem que o conceito de comunidade precisa ser pensado a partir dos contextos em que está inserido, tendo em vista os sentidos que produz e, conseqüentemente, as práticas que abriga. Para elas, poder-se-ia falar na comunidade como um não-lugar, uma utopia, mas também como modo de falar de um lugar no qual pessoas convivem e contam com a alteridade. Nesse sentido, trazemos a noção de comunidade considerando o contexto da Vila dos Pescadores, um contexto que fala de uma convivência a partir de um território, que fala de uma prática em comum relacionada a pesca, e, mais tarde, sobre uma luta em comum pelo território.

Assim, cientes dos apontamentos e críticas a respeito da noção de comunidade e de seus usos, seguiremos utilizando o termo não para definir ou delimitar uma identidade homogênea, centralizada ou totalizante, mas para fazer eco com a definição que uma de nossas narradoras trás de ‘sua’ comunidade, uma definição que não pretende ser universal, mas que fala a partir de um lugar e de uma experiência; do lugar e da experiência de Enaura: *“Viver em comunidade é totalmente diferente de quando você mora num bairro, que você*

Segundo relatos de moradores⁵, a comunidade começa a aumentar à medida que se intensifica o fluxo migratório dos trabalhadores rurais e da pesca de outras cidades para a região, que não tendo condições financeiras de se manterem em outras localidades, foram acolhidos na comunidade. Há relatos de famílias que já trabalhavam com a pesca quando chegaram à comunidade, e ali continuaram a exercer o ofício (CAVALCANTE, 2016), como é o caso de Francinete e Neide e de suas famílias: “[Minha história] *Começa há uns aninhos atrás quando eu vim pra cá, né. Na verdade, eu não sou alagoana, sou natural do Rio Grande do Norte, mas adotei Alagoas como minha terra natal. Eu amo Alagoas, né. Onze anos de idade eu vim pra cá. Meu tio tinha barco de pesca, irmão da minha mãe. Aí, ele convidou o meu pai para vir pescar com ele, meu pai veio, gostou, aí, com o tempo, ele foi buscar a família e trouxe a família toda. Foi quando a gente veio pra cá, a nossa infância... A gente só não nasceu, se criou aqui, né. Aí, todo mundo veio. Crescemos, casamos, construímos família. Nós, irmãs, todas nós somos do Rio Grande do Norte, potiguar, mas a nossa família, nossos filhos, é tudo alagoano. Mariana é alagoana, filhos alagoanos. (Francinete).*” “*Cheguei lá na Vila com cinco anos de idade. Nós somos do interior do Rio Grande do Norte. O meu pai... Por ser pescador, meu tio veio primeiro, né? Ele saiu lá do Rio Grande do Norte, a gente veio. Só que a gente veio não pr’aqui pra Maceió, [veio] pra praia chamada Pontal do Peba, que é também uma beira de praia, né? [...] Mas, a gente morava lá. Com cinco anos de idade me mudei pra cá. Aí, a gente começou a morar aqui, eu comecei a me desenvolver, né? Casei, tenho dois filhos, né, a Maria Eduarda e o José Vinicius, uma de nove anos e um de treze anos agora.*” (Neide)

Além da questão das migrações, outro fator que colaborou para o crescimento da comunidade foi o crescimento das famílias que ali residiam, como também podemos perceber nas narrativas supracitadas e na fala de mais uma de nossas narradoras, Maria Enaura, que nos diz: “*a comunidade tinha poucas famílias, com o tempo ela foi crescendo porque eles casavam entre si, então foi assim que a comunidade cresceu, né?*”. Assim, os moradores se relacionavam, tinham filhos, os filhos cresciam e tinham outros filhos, a família crescia e formava outros núcleos familiares, o que levava à construção de novas moradias e novos barcos para que os filhos, já adultos, morassem na comunidade e trabalhassem com a pesca, que era passada de pais para filhos.

⁵ Relatos dos moradores da Comunidade de Pescadores do Jaraguá, presentes no material elaborado pela AMAJAR para solicitação de inscrição da comunidade no livro de Registro, Ofícios e Modos de Fazer dos Ofícios de Pesca Tradicional, via procedimento administrativo no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob nº 01403.000171/2010-49.

Muitos moradores nasceram na comunidade e, permanecendo no lugar, fincaram suas raízes e seus afetos, numa relação de pertencimento com o território que eu não conseguiria traduzir, me limitando, assim, a apresentar dona Lena e sua fala sobre seu ‘lugar de vida’: “*Vou começar dizendo que eu sou filha da terra. Nasci e me criei em Jaraguá. Toda a minha vida eu vivi ali, né? Trabalhei fora algum tempo, já bem adulta. Mas assim, a minha vida foi a Vila, né? Se eu posso assim dizer. Foi a Vila. Porque eu cresci... Eu nasci, cresci, casei, tive filhos, criei os meus filhos, né? E assim, pra mim, falar da Vila, eu sou até suspeita, vamos dizer assim, né? Porque assim, o meu carinho por aquele lugar é grande demais. Por ser o meu natural e assim, por tudo que a gente vai vivendo, né, vai vivenciando, vai gostando, né, e assim, vai acrescentando na vida da gente, no dia a dia e assim, pra mim, a Vila é tudo. É a minha vida. E assim, se eu pudesse estaria lá ainda, né?*”

Enaura é também uma dessas pessoas que nasceram na comunidade: *Eu sou Maria Enaura, morei toda a minha vida na comunidade, né, até os quarenta e cinco anos... E falando da minha história de vida, assim, eu, quando eu cheguei na comunidade a minha mãe tava grávida de mim, quando ela foi pra lá, dois meses depois eu nasci. Ela chegou em 1969 e a minha vida toda foi na comunidade, toda a infância...* Com orgulho do seu lugar de nascimento, Enaura com frequência mostra sua certidão de nascimento, onde consta que nasceu na praça em frente à comunidade. Ela explica que como a Vila não era reconhecida oficialmente, como um endereço nos registros, não seria possível colocar o local de nascimento exato, então a alternativa foi colocar a Praça Dezoito de Copacabana, já que era o lugar oficialmente reconhecido que ficava mais próximo. Enaura mostra a certidão também para afirmar a relação que tem com Jaraguá e com a comunidade e mostrar que essa história é antiga, explicitando a relação de pertencimento com o lugar.

E mesmo quem não nasceu no lugar, narra esse afeto, construído no dia a dia da infância, como Francinete, que nos diz: “*É, a minha infância, minha filha, eu amei a minha infância ali em Jaraguá. Até hoje quando as meninas falam “Mora onde?”, eu digo “Eu moro no Trapiche, mas a minha terrinha natal é Jaraguá. Porque eu amava, amava não, amo, sou apaixonada por Jaraguá, principalmente ali na Vila, onde eu morava.*”

A comunidade era habitada principalmente por trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, cada qual desenvolvendo suas funções (pescadores, marisqueiras, vendedores de pescado, construtores de barcos, tecedores de redes etc.), atuando de forma tradicional, vivendo quase que exclusivamente das atividades pesqueiras. Os moradores viviam “em dependência direta do vento, das marés e do que o mar pode oferecer de recursos para sua sobrevivência em cada dia, o lugar que essa comunidade vive é uma extensão do mar, o canto

de recolhida para descanso e de recomeço diário.” (Dossiê da Vila de Pescadores do Jaraguá, 2011, encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁶).

Podemos entender que se tratava de uma comunidade tradicional, tendo em vista o conceito jurídico apresentado no Decreto 6040/2007 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), que estabelece comunidades tradicionais como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Assim, se tratava de uma comunidade tradicional que tinha na pesca e nas atividades dela decorrentes a sua fonte de subsistência. O ofício da pesca, como conhecimento tradicional, era passado para as gerações mais novas desde cedo, de forma espontânea, através do próprio cotidiano da comunidade e do convívio das crianças e adolescentes com os familiares trabalhadores da pesca, que se desenrolava num ambiente que proporcionava o contato com a atividade de forma muitas vezes lúdica, divertida. *“A minha infância foi toda ali, a gente brincava, trabalhava com camarão, com pesca, era disso que a gente sobrevivia. Ia pro colégio, quando chegava, sempre ali na praia. O mundo da gente era ali. Pra você ter uma ideia, a gente só veio descobrir, assim, negócio de Centro, outros bairros, a gente já tava mocinha, quando começou as paqueras, né, que saía, que fugia dos pais, sem os pais saber. Mas enquanto isso, minha filha, enquanto criança era lá, tomando banho de praia, pulando daqueles barcos, aquele cais não era... aquele muro era todo aberto, a gente tinha acesso a ele, a gente ia até pro outro lado, tinha uma ponte lá, a gente escalava tomando banho, né, Marina? [Marina é outra das cinco irmãs, que também morava na comunidade] Tomando banho, pulando de lá, era gostoso demais. A nossa infância foi assim, de brincadeiras, muitas brincadeiras. Quantas vezes, meu Deus, eu não apanhava mais as minhas irmãs, porque pegava a varinha de pesca do meu irmão, do meu primo e ia pescar escondida. Era, meu irmão, a gente ia pescar escondido lá nos barcos. A gente pegava a linha e ia pescar, aí a gente, como a gente não sabia jogar a linha ainda, aí linhava e ficava aquele nó! Aí, meu irmão com raiva, vinha dizer à minha mãe e minha mãe ia e batia na gente por causa dessa bendita linha. Mas a gente, eu mesma, já pesquei... A única pescaria que eu ainda não fiz lá em Jaraguá foi de arrastão [rede de malha pequena], mas já pesquei sardinha, já pesquei de carceia, tudo lá, agulhinha, tudo lá em Jaraguá.”* (Francinete)

⁶ Procedimento administrativo nº 01403.000171/2010-49 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Mesmo quando as brincadeiras não se relacionavam diretamente com a pesca, o ambiente ocupado pelas crianças para outras brincadeiras era o da Vila, o que lhes proporcionava uma vivência do/no contexto da pesca e o desenvolvimento de uma relação de afeto com o lugar: *“Quando criança, o meu lazer era pular corda, jogar, pular amarelinha, que não era nem amarelinha, nesse tempo a gente chamava avião, pular avião, pular corda. Os meninos era jogar ximbra, que pra os outros é bolinha de gude, né? E assim, a vida era essa. [...] Mas assim, eu lembro da Vila, das coisas que tinha... Dos depósitos que tinha, da fábrica de gelo que tinha. Que quando meu pai chegou, o meu pai tinha onze anos, ela tava em construção a fábrica de gelo, a Cibrazem, ela tava em construção. Dos barcos de pesca, dos pescadores, dos moradores antigos, que pescavam de jangada e pau roliço, que era uma jangada que colocava uns rolos pra ela descer pro mar, uma jangada meio que quadradinha. Era uns tanques que tinturavam as redes de pesca, né, colocavam lá uma tintura e botava a rede e depois colocava pra secar no varal. Das pessoas que secavam peixe, tratavam, lavavam dentro de uma rede com um balaio, uma coisa, e colocava pra secar. E assim, a infância da gente foi, vamos dizer assim, foi aquilo ali, né? Não tinha muita coisa pra gente fazer, vamos dizer assim. Era voltado pr’aquilo ali, pra Vila. Voltado pra Vila. Tudo que a gente pensasse em fazer não é aqui, é ali mesmo. E aí o amor vai se multiplicando, né, pela Vila. Vai se multiplicando e aí vai crescendo e chega a dez, doze anos, chega adolescência, e aí vai chegando a fase adulta... E a outra parte da história vocês puderam acompanhar, que aí já foi a parte do mais triste. Teve a parte alegre, de quando a gente conheceu vocês; teve a parte triste, que foi a da retirada, da nossa luta... Mas fui feliz quando vivi na Vila.”* (Dona Lena)

Os dados levantados pelo Laboratório da Cidade e do Contemporâneo, em 2006, a respeito da Vila dos Pescadores de Jaraguá, confirmam a representatividade da transmissão da tradicionalidade pela convivência cotidiana comunitária: 37,17% das pessoas aprenderam o ofício com parentes, 26,86% com a convivência com os demais residentes e 10,07% com a simples observação. Segundo Cavalcante (2016),

O ofício da pesca é passado para os meninos muito cedo. Ainda crianças dividem o tempo de estudo com a pesca. Outros aprenderam o ofício e repassaram o “saber fazer” para as gerações de descendentes que permaneceram na Vila. Os pais levavam os filhos para pescar, as mães ensinavam às meninas a tratar o peixe e todo esse aprendizado tem sido passado entre as gerações de forma espontânea, sem que a criança se sinta obrigada a trabalhar. Inclusive, há crianças que aprendem o ofício com a mera observação dos adultos, sem que lhes ensinem. De acordo com tais descrições, constatou-se que a passagem do conhecimento tradicional era efetuada no cotidiano da comunidade, das gerações mais antigas para as mais novas, o que só reforça a necessidade do ambiente de trabalho se aliar ao doméstico. (CAVALCANTE, 2016, p. 38)

Essa convivência cotidiana comunitária foi lembrada e contada em mais detalhes pelas narradoras, que falaram do dia a dia na comunidade, desde a infância, contando um pouco da história da comunidade, de suas próprias histórias e lembranças e da relação com o lugar e com a rotina da pesca: [...] *meu pai era dono de barco e a gente, eu com seis, sete anos, a gente tratava peixe, aquele peixinho pequeno pra secar, eu, minha mãe, minhas irmãs... Então a vida da gente foi assim, sempre trabalhando com pescado até eu casar. Então assim, é uma vida calma [...]* *E a gente tem lembranças da praia, que era bastante limpa, do pescado que era muito... Meu pai chegava com muito peixe de dentro do mar, ele pescava de carceia. Quando na época do camarão, ele pescava camarão também, era bastante, camarão era muito, muito mesmo. O barco de arrastão chegava com muito peixinho pequeno, que era o de secar. Então assim, as lembranças que a gente tem é essa, de uma mudança de muito pescado e com o tempo veio a escassez e hoje tá bastante difícil. Mas assim, passei minha vida toda na comunidade, com sete anos fui pra escola, estudava ali perto, no colégio Ladislau Neto, e a gente estudava pela manhã e à tarde chegava produção, os peixes, a gente tratava junto com minha mãe, e era uma comunidade calma... Eu acho que era uma época que os filhos respeitavam os pais e os pais tinham controle sobre os filhos, que trabalhavam junto com os pais... [...]* *Então assim, era uma época boa, a gente estudava de manhã, à tarde chegava produção, a gente tratava até horas da noite, e no outro dia, de manhã, lavava, botava pra secar e ia pra escola. Era um tempo bom, né, a gente se divertia, a gente trabalhava se divertindo, era uma época boa. E várias lembranças a gente tem dessa questão da vida da gente que era só naquele espaço... [...]* *Assim, logo no começo, quando eu era pequena, a rotina da gente era: acorda de manhã, vai lavar os peixes, botar pra secar e depois, logo... Assim, na década de 1970, onde a comunidade nem tinha nem água nem energia, a gente 4h da manhã, minha mãe dizia: “Vamos pegar água”. A gente pegava água dum prédio que era a delegacia do segundo distrito, que é o prédio que hoje é o MISA [Museu da Imagem e do Som de Alagoas]. Então ali era uma delegacia, delegacia de segundo distrito, e a gente pegava água lá. Então toda a comunidade tirava água de lá. Então a gente vinha, e a minha mãe: “4h da manhã”, por conta de que... por conta de carro, que já tinha uma movimentação de carro. Tinha uma pista de barro, aquela pista, a Cícero Toledo, era uma pista de barro e a gente ia pegar água. Então a gente acordava 4h da manhã, pegava água, enchia tudo, aí depois tirava o peixe do sal, colocava no balaio, levava pra praia, lavava – a praia era limpinha, a gente entrava com água na cintura – botava no balaio, balançava, lavava todo o peixe, botava no varal, nas esteiras, estendia, e aí tomava café e ia pra escola. Largava entre 11h30 e 12h, aí a gente ia pra casa e aí a mãe dizia: “tem que virar o peixe”, aí a gente*

tirava a roupa, vestia outra roupa e ia pra praia, virava todo o peixe junto com ela e quando terminava... ou as vezes eu e minha irmã... e quando terminava a gente vinha pra casa. 3h da tarde a gente ia apanhar os peixes pra trazer pra casa, e essa hora era a hora que já tava chegando outros peixes. A gente trabalhava bastante, mas a gente gostava do que fazia e outra coisa... Quando era no dia de sábado minha mãe ia pro mercado, aí comprava meia arroba de batata, meia arroba de inhame, no caso, sete quilos e meio, né? Que a arroba é quinze quilos. Aí minha mãe comprava meia arroba de batata, meia arroba de inhame, meia arroba de macaxeira. Comprava na CEASA [central de abastecimento]. E aí, assim, não faltava nada pra gente. A gente comia bastante peixe, mas era com batata... A gente quase não comia pão. E se alimentava bem, né? E aí meu pai gosta muito de peixe, só come peixe, mas comprava carne, comprava galinha, comprava charque... E aí a gente vivia bem. Trabalhava, mas a gente vivia bem. E isso era todos da comunidade. Então a gente vivia numa comunidade de pescadores, mas que ninguém passava fome porque quem não queria os peixes, vendia pra comprar carne... Então assim, a gente trabalhava, mas também comia, ninguém passava fome, né? Então assim, essa era a rotina. E aí até meu pai vender o barco. E aí a gente já mudou a rotina. E em 2008 começa a associação. Além disso, muitas pessoas... a vida das meninas e das mulheres era fazer filé de camarão de outras pessoas, que tinham na comunidade. Os donos de barco ou daquela pessoa que pegava toda a produção pra vender, e ele mandava as mulheres fazer o filé. (Enaura)

Interessante notar que do outro lado da pista tinha água, mas na comunidade, não. Muitas vezes, quando não era possível pegar água na delegacia, os moradores tinham de quebrar canos na pista, que pouco depois eram consertados pela municipalidade. Ou seja, a Prefeitura sabia do problema de falta de água na comunidade, mas não fazia nada. O que demonstra sua omissão, seu abandono àquela coletividade desde sempre. O Estado ia até a comunidade para empurrá-la para o canto, espremê-la, para fechar os canos quebrados na pista, mas não para agir em benefício daquelas pessoas, porque são vidas que podem ser desinvestidas.

Apesar das dificuldades, a comunidade seguia. As atividades relacionadas à pesca faziam parte do cotidiano das crianças, que estudavam, brincavam, se divertiam trabalhando e trabalhavam se divertindo. Mães e filhas tratavam o pescado juntas, o que possibilitava que as crianças ficassem sob os cuidados das mulheres da comunidade e aprendessem o ofício. E assim os moradores seguiam construindo e vivenciando o cotidiano de uma comunidade de pescadores. *A minha vida lá sempre foi de trabalho, desde os meus sete anos de idade que eu trabalho, né? Eu quando tinha sete anos, eu tratava peixe, tirava camarão dos outros... Com*

meus treze/quatorze anos comecei a secar peixe com a minha mãe, né, que minha mãe secava peixe, então a gente ajudava ela. Com meus quinze anos, fui enfrentar feira, né, pra aprender a negociar, a vender pescado na feira. E sempre, sempre trabalhando, né. Quer dizer, a gente ali em Jaraguá, além de Jaraguá ser próximo ao porto, que é o coração de Maceió, construiu uma comunidade. (Neide)

“Lá, a gente via a hora que o barco saía, a hora que o barco chegava. Mesmo a gente em casa deitada dormindo, a gente acordava com o vizinho “Oh, fulano” gritando “olha a hora da maré, vamo pra maré!”, e a gente tava acostumado já... “Vamo pescar! olha a hora!”, eles riam. Aqueles navios de turista chegavam, a gente ia pra lá olhar, passear de barco, ficar na beira da praia, tomar banho lá na ponte. [...] Tomava banho à vontade.” (Francinete) Era um cotidiano onde o mar e a pesca estavam sempre presentes, desde a hora que os pescadores acordavam até a hora que iam dormir.

“[...] Eu nasci num lugar rico em tudo, né? Rico em tudo. Porque tudo que você procurasse, lá você encontraria. Aí, assim, a gente tinha que levantar cedo, que a Vila, como meu pai dizia, né, (é que ele já está em memória) ele dizia assim, que a Vila acordava cedo, porque os pescadores acordam cedo. E eu quando criança ainda, já me adaptei a esse clima, né, até hoje acordo cedo. Misericórdia, acho que a única no prédio⁷ hoje que acorda cedo sou eu mesmo. É assim, a gente acordava muito cedo e tinha que carregar água porque lá não tinha, e tinha que limpar a frente da casa, tinha que ir com a minha mãe secar os peixes. Você já foi lá, um pouquinho mais na frente. Mas quando não tinha, a gente tinha que carregar água, tinha que tirar os camarões, tratar peixinho... Os costumes que a gente tinha, que era diferente do povo lá de fora, né, da vida lá fora... Que é do saber fazer, como o pessoal sempre colocou pra gente. Era do cuidado de tratar o peixe, de colocar pra secar as pessoas que colocavam, do cuidar da comida, aquela preocupação de ir tratar o peixinho, de ir tirar o camarão, né, de ganhar o seu dinheirinho. As comidas que a gente inventava, né? O lazer da gente...” (Dona Lena)

Dona Lena fala em um “povo lá de fora”, de uma “vida lá fora”, indicando que existiam, entre a comunidade e o restante da cidade, diferenças e distâncias que não falam simplesmente de aspectos geográficos, mas acima de tudo, de aspectos sociais e culturais, que se expressavam nos costumes, nas comidas e no lazer que os diferenciavam de um outro que estava fora da comunidade e que, estando fora, vivia de modos distintos.

Boa parte dos moradores da Vila não circulava muito pela cidade, apenas por alguns

⁷ Referindo-se ao prédio para onde foi transferida após a remoção da Vila.

bairros dos arredores, e construíam suas rotinas ali, naquele território, que era cenário de seus afetos uns com os outros. *“A gente só saía dali pra ir pro mercado, pra ir no centro e sempre tava voltando pr’ali, então ninguém mexia com a gente, a gente conhecia todo mundo, dos pequenos aos mais velhos. Era sempre... Sempre foi assim, né? De estar perto, de cuidar, de cuidar dos outros... [...] E era assim, era uma época onde todo mundo se ajudava e isso foi até agora, 2015, quando houve a remoção. Então sempre foi assim.”* (Enaura)

E Enaura segue a narrativa, atribuindo essa relação de proximidade e de cuidado com o outro a um “viver em comunidade”, que é diferente da forma como as relações ‘lá fora’ acontecem, como pontuamos anteriormente: *“Viver em comunidade é totalmente diferente de quando você mora num bairro, que você conhece seu vizinho, mas muito mal você encontra com ele. Em comunidade você vê todo dia, você conversa todo dia, você conhece os pequenos, os mais velhos, a gente tem uma liberdade de mandar pra casa quando via na rua sozinho ou fazendo alguma coisa errada... E sempre foi assim, uma grande família. Sempre foi assim.”* (Enaura) Para ela, a vida em comunidade é compartilhada, construída pelo contato diário. Tem a ver com convivência, com cuidado e zelo pelos vizinhos, que formam algo como uma família. Viver em comunidade é compartilhar cotidianamente uma vida e um território em comum e ter, nesse espaço, o lugar de suas relações e de seus afetos. Essa vida partilhada num território singular é o que os diferenciava do restante da cidade.

Essas diferenças e distâncias possibilitam pelo menos dois desdobramentos. Quando encaradas como características particulares e comuns aos moradores da Vila, como traços identitários do lugar e das pessoas, entendemos o que possibilitou a ‘construção de uma comunidade’, e mais, de uma ‘comunidade de pescadores’, como Neide pontuou. Mas essas diferenças e distâncias podem construir o que Enaura chamou de “muro invisível”, que separava a comunidade das demais pessoas ‘de fora’, que muitas vezes passavam na avenida onde a Vila se localizava sem sequer olhar para o lado, ou, quando olhavam, era com um olhar carregado de preconceito, fomentado por discursos que colocavam a existência da comunidade como um empecilho ao progresso da cidade, algo como ‘uma favela que não quer deixar de ser favela’, atrapalhando o desenvolvimento urbano.

Importante pontuar que esses desdobramentos não falam de uma comunidade que se afastava intencionalmente da cidade, ou que se excluía de um contexto urbano maior, como se os moradores escolhessem não se incluir ou participar da cidade. Na verdade, esse muro invisível foi erguido não pelos pescadores, mas sim por um modelo de cidade que foi e é construído de forma bastante excludente, delimitando de forma clara qual o lugar da pobreza. A cidade é transformada em cidade-mercadoria, um produto de luxo pensado para consumo

de visitantes e usuários que por ela podem pagar (VAINER, 2002). Assim, ergue muros (visíveis e invisíveis) para manter afastados os ‘não pagantes’. Nela, a pobreza não é bem-vinda, não tem espaço. Aliás, espaço tem, mas longe do alcance dos olhos dos ricos consumidores. E na cidade-mercadoria-Maceió, a pobreza dos pescadores e das marisqueiras era incompatível com a área nobre em que o bairro de Jaraguá se situava e sua presença empobrecia e barateava o bairro-produto.

Durante nossa conversa, Neide questionava, indignada: “*Só o rico tem direito a ficar na beira da praia?*” Para esse modelo de cidade, a resposta é ‘sim’. Então foi decidido que o lugar dos pescadores e das marisqueiras não era na frente do mar de Jaraguá. E como já dizia Chico Science, “a cidade não para, a cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo desce”. Então os pescadores desceram. Foram expulsos de seu território, de suas casas, para dar lugar a esse “crescimento”, que se constrói baseado numa ideia de progresso que se produz e sustenta às custas da existência desses “de baixo”. Foram expulsos para a praia do Sobral, no bairro Trapiche da Barra, porque lá sim é um lugar que pode ser habitado pela pobreza, já que se trata de uma área desvalorizada economicamente. Mas essa expulsão encontrou resistência e luta e é sobre ela que vamos falar a seguir.

4. A luta pelo território

Por ocupar um bairro central, considerado por muitos como berço da capital alagoana e de grande riqueza histórica, cultural, turística e comercial da cidade, a antiga comunidade tornou-se alvo de sucessivas intervenções por parte da Prefeitura de Maceió (em diferentes gestões e parcerias), que visavam, ora sua ‘adequação’ a esse cenário de riqueza e de desenvolvimento do bairro de Jaraguá, ora a remoção de seus moradores, almejando, em ambos os casos, a implementação de um projeto de turistificação⁸ do local. Dividiremos essas intervenções em dois momentos: num primeiro, quando aparentemente planejava-se a permanência da comunidade no território, com sua revitalização e reurbanização; e num segundo, quando a sua permanência passa a ser considerada inadequada e incoerente com o cenário de ‘avanço’ local e, com isso, planeja-se a sua remoção.

Na década de 1980, o bairro de Jaraguá já figurava como alvo das ações do Estado nos projetos de urbanização da capital, visando atender a padrões modernos de urbanização, tendo como intuito transformar Maceió numa cidade moderna e limpa (HÜNING et al., 2017). Mas

⁸ “[Turistificação] consiste no (re)ordenamento ou na (re)adequação espacial em função do interesse turístico. É uma interação entre fixos (território, paisagens etc.) e fluxos (capital, pessoas, padrões e valores culturais) que influencia as diferentes esferas da organização socioespacial.” (Vasconcelos, 2005, p. 49).

os projetos de turistificação começam a ganhar contornos mais claros na década de 1990, com a inserção de Maceió no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur-NE). O Prodetur-NE tinha/tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento do setor turístico na região nordeste, promovendo também a melhoria na qualidade de vida das populações residentes nas áreas a serem beneficiadas. Teve como focos de atuação a promoção de melhorias na infraestrutura (saneamento, transporte, urbanização etc.), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e empresarial e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios. (BNB-PRODETUR, sem data).

Assim, os projetos e ações elencados para Maceió contemplariam o abastecimento de água; a limpeza urbana; melhorias das vias urbanas; esgotamento sanitário; reurbanização; reassentamento de famílias; revitalização do patrimônio histórico-cultural; restauração e revitalização de edifícios e praças de Jaraguá; enterramento das redes aéreas de energia e telefonia; e fortalecimento institucional em âmbito municipal (TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA S.A., 1996, citado por VASCONCELOS, 2005), visando fortalecer/potencializar as atividades turísticas na/da cidade.

E foi nesse contexto que surgiu e se implementou, com recursos do Prodetur-NE, o projeto de revitalização do bairro de Jaraguá, que planejava algumas intervenções a fim de melhorar a infraestrutura turística do bairro. O projeto foi lançado em 11 de agosto de 1995 pelo então prefeito Ronaldo Lessa, e propunha: “a transformação da área urbana do bairro de Jaraguá, provendo-a de todas as condições para o desenvolvimento de atividades de lazer, comércio, turismo, cultura, exposições, entre outras, à comunidade de Maceió e aos seus turistas” (PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DE JARAGUÁ, 2003, citado por VASCONCELOS, 2005). A capital alagoana segue, então, as tendências de outros centros históricos do nordeste, como os de São Luís-MA, João Pessoa-PB, Recife-PE e Salvador-BA, e se prepara para fortalecer o turismo na cidade, enxergando em Jaraguá um grande potencial para atrair e atender as demandas dos visitantes.

Para Vasconcelos (2014), o que houve, na prática, foi a efetivação de um modelo de “urbanização para o turismo” (p. 4), que reproduziu práticas neoliberais, consolidadas em políticas de gentrificação, ou seja, a transformação e a ressignificação das localidades urbanas em função de sua valorização e enobrecimento, que ocorreram baseados numa lógica de mercado para atender às demandas de classes e setores economicamente favorecidos, o que termina afetando e alterando as dinâmicas das composições dos lugares e excluindo e expulsando as populações locais de baixa renda, além de incentivar o controle dos espaços

pelos aparatos de ordenamento, limpeza e segurança, que visam ao uso das áreas “enobrecidas” para as classes sociais médias e altas (VASCONCELOS, 2005; LEITE, 2004, 2010).

Segundo Santos (1987; 1996), Coimbra (2001), Outtes (2003) e Hüning (2015b), desde o final do século XIX e começo do século XX, os modos de planejamento urbano no Brasil são baseados em um higienismo físico e moral, que costuma se concretizar a partir de estratégias de produção de preconceito e medo relacionados a determinados espaços e grupos sociais. Nessa direção, o estigma de favela/favelado desempenha papel fundamental e norteador nos processos de remoção de moradores de determinadas áreas (BRUM, 2012), já que serve como justificativa para as intervenções de remoção e limpeza, como no caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá (HÜNING, 2015b).

A partir do momento em que a remoção da comunidade de pescadores passou a ser de interesse do Estado, uma série de discursos desfavoráveis começaram a ser produzidos em relação aos moradores, forjando na mídia e no senso comum da população posicionamentos higienistas, que apontavam a necessidade de remover a comunidade para um lugar melhor, mais “digno” (HÜNING; MESQUITA, 2015), ao mesmo tempo em que apontavam a presença da ‘favela’ em Jaraguá como um empecilho ao desenvolvimento do bairro. Não à toa, a comunidade, como era chamada pelo próprio poder público até então, passa a ser chamada de “favela” (HÜNING et al., 2017).

Interessante notar que, na mídia, há também essa mudança na forma de se referir à comunidade, que antes era chamada de “Beira-mar”, como é possível ver em matéria de 1980, e de Vila dos Pescadores, em outra matéria, de 1991 (HÜNING et al., 2017). A primeira, falava sobre o cotidiano dos pescadores, sobre o comércio de pescados e, ainda, das dificuldades enfrentadas pelos moradores da comunidade, que solicitavam ao poder público investimentos em saneamento, saúde e segurança. O jornal registrava a falta de ação do poder público voltada para os pescadores, apontando-os como pessoas simples, pouco instruídas, sem assistência e vítimas da falta de infraestrutura e da violência local. (HÜNING et al., 2017). Já em 1995, numa matéria que fala sobre o lançamento do Projeto de Revitalização de Jaraguá, intitulada “Lessa lança hoje o projeto da revitalização de Jaraguá”, fala-se na construção de uma Vila de Pescadores (sem especificar em qual local) para remanejamento dos pescadores que habitavam a “favela” próxima ao porto (HÜNING et al., 2017).

Importante pontuar que não se trata simplesmente de uma mudança na forma como se referiam a essa coletividade e ao espaço ocupado por ela, não se trata da nomeação, mas da intenção de seu uso, que busca desqualificar os moradores e o lugar por eles habitado, já que

as ‘favelas’ e os ‘favelados’ são comumente encarados de forma negativa e preconceituosa. Nesse caso, há um uso pejorativo do termo. Segundo Brum (2012), existem vários mitos sobre as favelas, que foram secularmente construídos baseados em acusações contaminadas por “argumentos preconceituosos, vazios e/ou sabidamente falsos, que lançavam sobre seus moradores acusações referentes à raça, à origem, aos hábitos, etc.” (p. 28), assim, os moradores de favelas são vistos como “alheios à vida urbana, vagabundos, perigosos, criminosos, alienados...” (id.), ou seja, como sujeitos que de certa forma não fazem parte e ameaçam a sociedade. Esses mitos sustentam as remoções de diversas comunidades/favelas, supostamente em nome da segurança do restante da população. Nesse sentido, a produção do estigma de favela/favelado funciona muitas vezes como política de Estado que objetiva pôr cada vez mais à margem essas pessoas “perigosas”.

Nesse sentido, a comunidade passa a ser chamada de ‘favela’ ao tempo que se transforma, na grande mídia, em um lugar de tráfico e prostituição – também usados na tentativa de desqualificar os moradores, já que comumente são ocupações vistas também pejorativamente –, iniciando-se, assim, todo um processo de marginalização da comunidade, que começa a sofrer os estigmas produzidos pelos discursos de discriminação (HÜNING, 2014; HÜNING; MESQUITA, 2015). Há, ainda, a tentativa de desqualificar a luta dos moradores, que, segundo a mídia, teriam interesse em permanecer no local para dar continuidade às atividades de tráfico de drogas e prostituição. Francinete se defende: *“a gente tava lutando não era pra viver no tráfico, que nem eles falavam, que era traficante, era prostituta, que nem eles diziam. Nosso sonho era lutar pra conseguir nossas casinhas ali, nossa Vila urbanizada.”*

É posta em prática uma associação entre pobreza e criminalidade, que cria bandidos e vilões, as chamadas “classes perigosas” (COIMBRA, 2001). Nesse sentido, Coimbra (2001) chama atenção para o importante papel da mídia de massa na produção de significados e interpretações sobre o mundo e determinados grupos de pessoas, uma vez que de certa forma, nos orienta sobre o que pensar e sentir diante de determinados acontecimentos, estimulando e alimentando esse preconceito e medo do qual falávamos há pouco. A mídia enuncia e faz circular em nosso cotidiano determinadas práticas e discursos, materializando-os como verdades e produzindo simultaneamente sujeitos e modos de governo desses sujeitos (COIMBRA, 2001; SILVA, 2013; TOIA, 2013).

Os discursos veiculados pela mídia sobre a comunidade de Jaraguá e seus moradores acompanham esses sujeitos operando como estigma e fator agravante de exclusão social. Nesse sentido, nos faz pensar como esses discursos falam e produzem um território

marcado/relacionado a um modo de ser específico, e vice-versa. Discursos que legitimam formas de governo dos espaços e dos corpos, baseados na lógica da eugenia e da limpeza urbana e social (COIMBRA, 2001).

Assim, dois movimentos complementares aconteciam:

[...] a produção de discursos a partir de imagens negativas em torno da vila e uma série de projetos de reestruturação do lugar com foco na construção de empreendimentos que atendessem aos interesses da elite econômica local. O primeiro legitimava o segundo; o segundo satisfazia os interesses e sonhos de setores econômicos e empresariais médios e altos da cidade. (HÜNING; MESQUITA, 2015, p. 22)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), favela consiste de um “aglomerado subnormal” e se configura como “conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).” Assim, compreendemos ‘favela’ como uma construção social e também do conhecimento e de práticas que são convidadas a definir a subnormalidade de determinados contextos e, colado a isso, de determinadas pessoas.

Tendo em vista a definição de ‘favela’ apresentada, pode-se dizer que as condições precárias de moradia, o lixo e o esgoto a céu aberto presentes na comunidade eram fatores que a caracterizariam como tal. Mas aqui é importante compreender esses problemas não como fatores naturais ou essenciais da comunidade, mas como produtos de um processo de ocupação e governo das cidades que cria territórios de segregação (HÜNING, 2015b). Ou seja, a existência desses problemas não era resultado da ação das pessoas que viviam e trabalhavam no território, era, na verdade, produto sobretudo da ação do Estado, que escolhia se ausentar, dar as costas para a comunidade, e assim, usar a favelização que ele mesmo criou para justificar a remoção. Assim, enquanto o conflito relativo à permanência ou não da comunidade no território se desenrolava, a Prefeitura restringia o acesso dos moradores a serviços públicos essenciais, como saneamento básico e coleta de lixo, usando a “degradação ambiental decorrente de sua própria omissão como argumento para a defesa de seus projetos para a área” (FIOCRUZ, 2010, sem página). “[A gente tava lutando] não era pra viver naquela imundice. Se a gente vivia naquelas condições não era culpa da gente, porque a gente não tava no poder, a gente não tava governando, a culpa é dos governantes. Que verba todos sabem que vem, dinheiro todo mundo sabe que vem pra fazer, e eles nunca tomaram atitude. Só lembravam ali do pobre em época de eleição. A não ser isso, só difamação, mentiras e calúnias pra conseguir os objetivos dele.” (Francinete).

Muitos moradores também se referiam à comunidade como “favela”, mas é interessante notar que ainda assim, reconheciam aquele lugar como seu e lutavam por ele não porque ‘lugar de favelado é na favela’, mas porque aquele espaço - independente da forma como era chamado - não se definia ou limitava pela precariedade estrutural ou material. Embora o Estado e boa parte da mídia reduzissem a comunidade à necessidade e à precariedade, os moradores viam e viviam aquele lugar como seu, como expressão de vida e potência, para além das dificuldades. O valor da comunidade era outro para aquelas pessoas: *“só o prazer de tá ali, minha filha, é uma vida. É uma vida! Ninguém entende isso não? É uma vida. É uma vida de luta, é uma vida de trabalho, uma vida... É uma história que eu não sei nem explicar direito, né, mas só quem vive ali na Vila é que sabe o valor que a Vila ali tem. O valor sentimental, o valor da amizade, o valor de você ter o seu pão de cada dia ali, dignamente...”* (Neide)

Nessa direção, oportuno ressaltar que mesmo sendo submetida a um processo de favelização e de tentativa de desgaste de sua identidade, a comunidade mantinha sua relação com os modos de vida relacionados à pesca e ao território. Assim, um aspecto importante de se observar, como pontuado no Dossiê da Vila de Pescadores do Jaraguá (2011), é que mesmo quando chamada de ‘favela’, era/é “favela *de* pescadores”, ou “favela *de* Jaraguá”, sinalizando que a comunidade resgata e mantém uma identidade pesqueira e uma identidade territorial, mesmo nas condições em que se encontrava.

“Então a gente insistia em ficar porque era a vida da gente ali, a vida. [...] Apesar de eles falarem que era favela, mas... era barraco de tábua, mas o que tinha num apartamento da Ponta Verde, tinha no barraco da gente, a verdade era essa. Ninguém ali morria de fome, que nem eles dizem, muito pelo contrário. Eu acho assim, que a gente por ser pescador, a gente comia bem melhor que quem mora na Ponta Verde. Essa é a ironia, né? A verdade tem que ser dita. Porque você comer o camarão fresquinho, peixe fresco, comer lagosta, o que você quiser, primeiro: sem pagar, é uma grande coisa, né? Então, a sociedade via a gente ali como um favelado, como morto de fome, mas na verdade, quem entrava na Vila, via que era completamente diferente do que eles pensavam, né?” (Neide). Bastava que as pessoas se dispusessem a conhecer a comunidade, para enxergar o que o preconceito embaçava a vista. Mas o preconceito já estava no olhar de quem se mantinha ‘de fora’ da comunidade e aquele lugar e aquelas pessoas seguiam sendo um problema para a cidade.

E para dar prosseguimento ao projeto pensado para revitalizar o bairro e, de fato, turistificar o espaço, era necessário resolver o “problema”, que fora inclusive apresentado pela Unidade Executora Municipal/Prodetur (UEM) – responsável por gerenciar o projeto – em

seu relatório de atividades de março a dezembro de 1996: o “problema ambiental” da antiga Vila dos Pescadores de Jaraguá (PEREIRA, 2005). Assim, em 1997, a Prefeitura de Maceió apresenta à SPU os objetivos do projeto de reurbanização da comunidade, assegurando a permanência de duzentas e setenta e três famílias (número que não contemplava a totalidade das famílias que residiam na comunidade), que tinham relação direta ou indireta com as atividades da pesca e que seriam contempladas com moradias no local caso a União cedesse a área para efetivação do projeto.

[...] As obras contempladas no Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá, situadas na orla ente o porto de Jaraguá e o Coreto da Avenida da Paz, resumem-se à **reurbanização da vila dos pescadores**, que compreende a infra-estrutura da vila, com saneamento, abastecimento d’água, energia elétrica, pavimentação e drenagem e a construção de 273 imóveis residenciais, área de lazer e equipamentos comunitários.

Os recursos necessários estão estimados em R\$ 7.919.000,000; sendo toda a infra-estrutura financiada pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e as construções das habitações sendo contrapartida da Prefeitura Municipal de Maceió. Neste **projeto de Revitalização da Vila dos Pescadores, serão contempladas 273 famílias que dependem direta ou indiretamente da pesca**, sendo as demais remanejadas para outros locais.

Na continuação da revitalização, a orla será urbanizada, no trecho entre o terreno pertencente à Marinha e o riacho do salgadinho, com passeios, arborização e estacionamento, além da proposta da construção de uma marina. [...] (grifo nosso) (Ofício 223/UEM/PRODETUR/97 - procedimento administrativo 10465.000270/98-76 na SPU, p. 07)

O território onde a Vila se localizava é patrimônio da União, desse modo, para uma entidade que não fosse a proprietária realizar qualquer empreendimento no local, seria necessário obter a cessão de uso da área. Assim, em 10 de março de 1998, com o objetivo de realizar o projeto de “reurbanização da Vila dos Pescadores de Jaraguá”, a Prefeitura de Maceió requereu à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a cessão de uso da área então ocupada pela comunidade. O procedimento foi concluído em 18 de outubro de 2004, tendo a cessão da área direcionada sob a forma de utilização destinada ao projeto de “revitalização do bairro de Jaraguá”, com a “reurbanização da Vila dos Pescadores”, que seria abastecida com sistema de água e energia e contaria com melhorias na infraestrutura em seu entorno (CAVALCANTE, 2016):

Assim, o projeto arquitetônico apresentado para revitalização do bairro incluía a reurbanização da Vila em Jaraguá, contemplando implantação de sistema de saneamento básico, coleta seletiva de lixo, abastecimento de água e energia, pavimentação, drenagem, construção de residências térreas e de sobrado. (PEREIRA, 2005). O projeto para a “Revitalização da Vila dos Pescadores”, conhecido como “Projeto Pascoal”, já que se tratava do nome do arquiteto que o elaborou, incluía também a construção de estacionamentos, mercado modelo, fábrica de gelo, cooperativa de pesca, praças, pontos comerciais, área de

lazer e esporte etc., e se configurava da seguinte forma:

Figura 4 – Projeto Pascoal:



Fonte: Ação Civil Pública nº 0004070-23.2012.4.05.800, citado por Cavalcante, 2016, p. 140)

Figura 5 – Projeto Pascoal:



Fonte: Ação Civil Pública nº 0004070-23.2012.4.05.800, citado por Cavalcante, 2016, p. 140)

A Prefeitura teria o prazo de um ano, a partir da assinatura do contrato de cessão, para iniciar a implantação do projeto de reurbanização da Vila dos Pescadores de Jaraguá (ou seja, até 17 de outubro de 2005), e o prazo de três anos para sua finalização (17 de outubro de 2008). No período previsto para início das obras, o Município de Maceió solicita que seja anexado ao procedimento administrativo da SPU um ofício, constando o interesse em dar continuidade ao contrato de cessão, porém com alguns possíveis ajustes (CAVALCANTE, 2016). O fato é que de outubro de 2005 a outubro de 2008 nada foi feito. Com a constatação de que o prazo pra implantação do projeto havia sido descumprido, a SPU solicita, no dia 5 de fevereiro de 2009, através de ofício anexado ao procedimento administrativo já citado, um

posicionamento da Prefeitura. A resposta do Município veio um mês depois, com a sugestão de que o contrato fosse prorrogado por mais um ano, para que fossem concluídas as unidades habitacionais do Conjunto Vila dos Pescadores I e II, no bairro Trapiche da Barra (mapa) (assunto que não havia sido apresentado para SPU no procedimento administrativo) e, na sequência, a execução do projeto de reurbanização da Vila de Pescadores do Jaraguá (CAVALCANTE, 2016), que como veremos mais à frente, não foi planejado para que aquelas pessoas permanecessem ali.

Nesse intervalo de tempo, entre o lançamento do projeto de urbanização do bairro de Jaraguá (1995), a solicitação da posse da área para realizar o projeto de reurbanização da comunidade (1998), a aprovação da solicitação (2004) e o período para início das obras (2005) e para seu término (2008), houve mudanças na gestão da Prefeitura Municipal de Maceió, mas todas (Ronaldo Lessa – 1993-1996 –, Kátia Born – 1997-2004 –, Cícero Almeida – 2005-2012 – e Rui Palmeira – 2013-atual) sempre caminharam em direção a um projeto de urbanização excludente, que não contemplava a comunidade. Mesmo quando aparentemente incluíam sua permanência e urbanização no projeto de revitalização de Jaraguá (como nas gestões de Ronaldo Lessa e Kátia Born), era com o objetivo de tornar a área mais atrativa para o turismo, menos ‘desagradável’ visualmente, não pensando nos moradores, mas nos visitantes que presenciariam a existência de uma ‘favela’ numa área com tamanho potencial turístico. Um fato que indica essa distância entre o projeto almejado pela Prefeitura e a comunidade é que desde o começo, quando se estava elaborando o projeto de urbanização da Vila, diversos órgãos públicos cujos interesses poderiam ser afetados com a cessão da área para execução do projeto foram contatados, como a administração do Porto de Maceió, a Capitania dos Portos de Alagoas (Ministério da Marinha), o IBAMA e o IMA, mas não existe nenhum indício dentro do procedimento administrativo que indique que houve consulta à própria comunidade, principal interessada e afetada (CAVALCANTE, 2016).

O fato é que paralelamente ao processo jurídico, todas as gestões implementaram um amplo projeto de remoção da comunidade (PEREIRA, 2005), e nessa direção, algumas intervenções foram se efetivando, como a remoção de 350 famílias da comunidade, no ano de 2001 (gestão da então Prefeita Kátia Born, sucessora de Ronaldo Lessa). Acontece que a presença da comunidade era um dos problemas que atrapalhavam/impediam o projeto de desenvolvimento do bairro almejado pelas gestões municipais e, segundo Pereira (2005), era “a pedra no calcanhar da prefeita (Kátia Born)” (sem página).

Esta remoção foi financiada pela Petrobras através de convênio com a Prefeitura, uma vez que a motivação/justificativa para a ação foi a existência de moradias construídas sobre o

oleoduto Pilar/BAMAC, localizado entre o Campus Tamandaré e o Cais do Porto, que colocava em risco os moradores de quarenta barracos localizados logo acima do duto e de mais oitenta barracos, localizados na faixa de segurança (área determinada a fim de evitar construções numa distância de cerca de quinze metros do duto). A intenção era resguardar as famílias de possíveis acidentes envolvendo o oleoduto. Mas é importante salientar que além da comunidade, outros imóveis foram construídos na mesma faixa de segurança, como por exemplo, um galpão da Federação Alagoana de Vela e Motor, que permanece irregularmente na área, embora a Petrobras tenha solicitado providências quanto a sua remoção (PEREIRA, 2005), o que sinaliza que para a Prefeitura, importava apenas a remoção da comunidade, independente de questões de segurança, e a existência do oleoduto serviria como uma ‘desculpa’ para colocar em prática a sua real intenção.

Desse modo, cento e vinte famílias seriam removidas e realocadas nas proximidades da praia de Jaraguá ou indenizadas caso preferissem, e para dar início à intervenção, a empresa solicitou que a Prefeitura realizasse o levantamento e o cadastro das famílias que desejariam ser realocadas ou indenizadas. Mas se a intenção da Petrobras era a retirada dessas famílias que ameaçavam o programa de segurança da empresa, a Prefeitura pretendia mesmo remover toda a comunidade e colocá-la longe dos olhos da cidade e dos visitantes turistas. Nesse sentido, o Município, em parceria com a UEM-Prodetur-NE e com assessores do então senador Teotônio Vilela Filho, apresentam uma contraproposta: a remoção de trezentas e cinquenta famílias (incluindo-se duzentas e trinta que não estavam em área de risco) para áreas já construídas, nos conjuntos Carminha e Freitas Neto, localizados nos entornos do Conjunto Habitacional Benedito Bentes, na parte alta da cidade, distante cerca de vinte quilômetros de Jaraguá (PEREIRA, 2005). Para Pereira (2005) por ser uma região isolada e distante das áreas nobres e turísticas da cidade, “a Prefeitura engendrou sua política habitacional no sentido de ali concentrar as populações pobres que habitavam espaços ilegais e irregulares das regiões da cidade” (sem página).

Após um processo de negociação que não envolveu a principal interessada e afetada – a comunidade –, e de posse do financiamento da Petrobras, a Prefeitura iniciou a remoção das trezentas e cinquenta famílias da Vila dos Pescadores de Jaraguá, num processo violento e desrespeitoso:

As famílias que foram levadas para o Conjunto Carminha, em nome da reurbanização, tinham que subir nos caminhões sob comando de policiamento

armado, gente gritando, mulheres e crianças que iam e as que ficavam chorando, e os poucos móveis iam sendo jogados em cima de caminhões.⁹ (AMAJAR, 2009)

Os pescadores não tiveram escolha. Foram levados para longe do mar. E não era um mar qualquer, mas o “seu” mar, como Neide deixa quase em aberto, durante uma pausa em uma de suas narrativas. “Seu...”, porque era o mar onde suas vidas aconteciam, lá na beira da praia; porque era o mar onde construía suas vidas e de onde tiravam o sustento diário de suas famílias. *“Não é de agora que a gente vem sofrendo. Teve a primeira retirada, né? Que foram pro Carminha. E foi também muito doloroso. Foi uma retirada também muito brusca, com policiamento do mesmo jeito. E ainda foi... Eu acho assim, que foi mais doloroso porque as pessoas não tiveram opção pra escolher, tinha que ir. Pescador não tinha essa opção de ficar perto da praia, tinha que ir pro Carminha, e eles foram. Tanto é que voltaram de novo, né? Porque assim, a vida do pescador é tá na beira da praia, é tá perto do seu... Do seu mar. De onde tira o pão de cada dia. Aí, muitos voltaram.”* (Neide) O mar era daquelas pessoas não por uma questão de posse legal, mas por uma posse que fala de uma relação de pertencimento. Aquele mar era significado pelas pessoas que ali habitavam e suas vidas eram significadas a partir da relação. E foi para dar continuidade à vida e ao trabalho, que muitos pescadores retornaram para a comunidade.

Para a sociedade, informada pela imprensa local (que não ouvia a comunidade), a ação da Prefeitura em parceria com a Petrobras estava beneficiando aquelas famílias ao dar-lhes moradias dignas, possibilitando que saíssem da situação de risco (sem considerar que duzentas e trinta famílias sequer estavam sob área de risco) e do contexto de degradação da comunidade (sem ponderar que a situação de precariedade era de responsabilidade do próprio poder público), promovendo o desenvolvimento urbano. Mas na prática, a Prefeitura e a Petrobras estavam tirando famílias de suas casas, de perto do mar, para colocá-las longe dos olhos de famílias que, tendo dinheiro e poder, teriam 'direito' a desfrutar de uma orla sem 'favela' e sem 'pobres', num processo de higienização do espaço.

Enquanto a imprensa noticiava que um convênio entre a Prefeitura e a Petrobras beneficiaria pessoas que estavam sob área de risco com doação de casas, 230 (duzentas e trinta) famílias, que não se encaixavam nessa descrição, também foram removidas. A justificativa para remoção era de que Jaraguá havia se tornado um bairro violento, com assaltos e roubos, práticas atribuídas aos “favelados” que habitavam o lugar, impedindo que se implantasse o projeto de desenvolvimento da área. (CAVALCANTE, 2016, p. 44)

Contrariando o que era noticiado pela mídia, algumas famílias resistiam à remoção, demonstrando de alguma forma a arbitrariedade e truculência daquele processo e que a

⁹ Trecho retirado de publicação do Blog da AMAJAR. Disponível em:

<http://amajar.blogspot.com.br/2009/10/antes-de-tudo-conheca-nos.html> Acesso em: 14 de março de 2017

suposta política habitacional adotada pela Prefeitura não condizia com os desejos e necessidades das famílias, e que era, na verdade, uma política interessada na remoção da comunidade para concretização do projeto de revitalização e turistificação de Jaraguá. Segundo Pereira (2005), para que esse projeto fosse efetivado, seria necessário promover o “enxugamento” da comunidade em cerca de cinquenta por cento, ou seja, das setecentas famílias que ali residiam, apenas aproximadamente trezentas poderiam permanecer em Jaraguá, inclusive esse era o número contemplado pelo projeto de reurbanização da Vila.

A revolta, a indignação, o sofrimento expresso nos rostos dos moradores, sobretudo na ira dos adultos que se comportavam como se estivessem numa guerra, e no choro dos adolescentes [imagens capturadas nas filmagens em VHS da Polícia Militar de Alagoas] expostos à situação humilhante e conflituosa, fez ver que na verdade não estava havendo uma relação harmoniosa entre uma comunidade beneficiada e um poder que estava fornecendo um benefício. Havia na verdade uma disputa pelo local. E essa disputa estava se dando no exercício da violência (PEREIRA, 2005, sem página).

Nos anos seguintes, o projeto de reurbanização da Vila dos Pescadores é deixado de lado e a comunidade passa a ser alvo de sucessivas tentativas de remoção de seus moradores. Em 2005, a imprensa local já veiculava notícias sobre a remoção da comunidade, que seria realocada em um terreno na praia da Avenida (entre a praia de Jaraguá e do Sobral, distante cerca de dois quilômetros da comunidade), o que se daria em contrariedade ao que havia sido firmado com a SPU. Segundo Pereira (2005), naquele mesmo ano, o então prefeito Cícero Almeida havia declarado o fim da “favela Jaraguá” ao jornal Tribuna de Alagoas, afirmando que os pescadores seriam removidos para a praia do Sobral.

Inseguros com a possibilidade da Prefeitura expulsá-los de suas casas, a comunidade procura o Ministério Público Estadual (MPE) para esclarecimentos e proteção. O MPE convencionou que a retirada dos moradores não poderá ser efetivada sem que a discussão com os moradores sobre a possibilidade de sua permanência no lugar de origem (Jaraguá) seja finalizada e, ainda, que a remoção para a Avenida, Sobral ou qualquer outra localidade estaria descartada. (CAVALCANTE, 2016). Mas segundo Pereira (2015), não existia qualquer projeto alternativo da parte da Prefeitura que não incluísse a remoção completa da comunidade, já que a intenção era construir uma marina em Jaraguá, no lugar da Vila. Lembrando que já em 1997, no ofício enviado pela Prefeitura para a SPU solicitando a posse da área para implementação do Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá, já contava o interesse em construir uma marina no trecho entre a área pertencente à Marinha e o Riacho Salgadinho¹⁰, ou seja, entre a área ocupada pela Vila e o riacho. E no mesmo ofício, quando

¹⁰ Riacho distante cerca de 1km do local onde a comunidade se localizava antes da remoção, em Jaraguá.

se fala em “reurbanização da vila dos pescadores”, não se menciona claramente a localidade em que serão construídas as duzentas e setenta e três moradias.

Em 2005, o próprio Plano Diretor de Maceió, situando Jaraguá como área de incentivo ao turismo, sinalizou a construção de um polo de cultura e entretenimento, bem como a instalação de um terminal de turismo no Porto, contemplado com a implantação de uma marina na enseada de Jaraguá (CAVALCANTE, 2016).

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ – LEI 5.486/2005

Art. 17. As diretrizes para o desenvolvimento do turismo deverão ser implementadas mediante: (...)

V – apoio ao desenvolvimento empresarial para constituir um pólo cultural e de entretenimento em Jaraguá;

VI – **apoio à instalação de um terminal turístico no Porto de Maceió e estabelecimento de parcerias para implantação da Marina de Jaraguá;**

Art. 53. Constituem diretrizes específicas para a ZEP de Jaraguá:

I – incentivo à implantação de atividades que otimizem os investimentos no bairro de Jaraguá;

II – incentivo ao uso residencial e de comércio e serviços compatíveis;

III – estímulo às atividades relacionadas ao turismo cultural e lazer;

IV – **estímulo às atividades e implantação de equipamentos de lazer náutico e de pesca;**

V – integração das atividades urbanas com o Porto de Maceió;

VI – destinação de amplas áreas públicas com infra-estrutura adequada para apresentações populares;

VII – integração ao Corredor Cultural de Maceió.

Parágrafo único. A implementação da ZEP de Jaraguá se dará mediante: (...) V – **estudo para implantação de marina na enseada de Jaraguá.** (MACEIÓ-AL, 2005, citado por Cavalcante, 2016, p. 34)

Nesse contexto, os investimentos nas atividades e nos equipamentos de pesca surgem não com o intuito de melhorar a vida das famílias da comunidade ou como forma de valorização da atividade profissional e de subsistência, mas como possibilidade de estimular o turismo e o lazer na região. E, como aponta Cavalcante (2016), se por um lado parece que o estímulo ao turismo e ao lazer da região procuram a integração da comunidade pesqueira de alguma forma, por outro, na prática, vemos que os investimentos em turismo e lazer não são considerados compatíveis com a permanência da comunidade.

Nessa mesma direção, em 2007, o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió previu ações para a orla marítima de Jaraguá, que priorizavam o embelezamento e o investimento em equipamentos públicos com o intuito de estimular o turismo e o lazer na região. Dentre esses investimentos figurava a construção da marina, já mencionada no Plano Diretor de Maceió, além de parque aquático e aquários. (CAVALCANTE, 2016).

CÓDIGO DE URBANISMO E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ – LEI 5.593/2007

Art. 379. Na faixa de praia situada entre a Avenida Major Cícero Toledo e a rebenação, será implantado projeto de agenciamento, **priorizando-se o uso** para:

I – jardins;

II – estacionamento;

III – equipamentos públicos necessários ao estímulo turístico e ao lazer, planejados e executados pelo Poder Público Municipal com o objetivo de prover com áreas de apoio a ZEP 1, tais como: a) **Marina;** b) **Parque aquático;** c) **Aquários.** (MACEIÓ-AL, 2007, p.80-81) (grifo nosso)

Mesmo com o posicionamento do MPE, era noticiado pela imprensa, em 2008, que o então Secretário de Habitação, Nilton Nascimento, afirmava que o local para onde as famílias seriam levadas já havia sido determinado pela Prefeitura, que a remoção seria inevitável e que esse assunto já estava resolvido, sem possibilidade de modificações¹¹. Até que em 2009, com o encerramento do contrato de cessão da área (que foi extinto sem que as gestões anteriores realizassem qualquer investimento para de fato reurbanizar a comunidade), a Prefeitura (gestão de Cícero Almeida, reeleito naquele ano) apresenta uma nova proposta de projeto para a área: a construção de um centro pesqueiro.

Este novo projeto propunha a construção de uma área para exposição de velas, um prédio para a associação de moradores e para um museu em memória à Vila dos Pescadores, um espaço para depósito de materiais e barcos, uma barraca de sorvete, um bar, uma área para secagem de peixes, um bicicletário, uma fábrica de gelo, estaleiros, espaço para oficinas, mercado do peixe e estacionamento (Figura nº 7). E, ainda, na área onde se encontrava a balança de peixe, seriam construídos um palco e uma praça de alimentação (Figura nº 8). Não são incluídas moradias no local, já que a intenção era remover a comunidade de Jaraguá e realocar as famílias de pescadores no residencial Vila dos Pescadores, na praia do Sobral, no bairro Trapiche da Barra, distante cerca de quatro quilômetros de Jaraguá.

Figura 6 – Localização do Centro Pesqueiro (em amarelo e vermelho):



(Fonte: <http://www.maceio.al.gov.br/centropesqueiro/>)

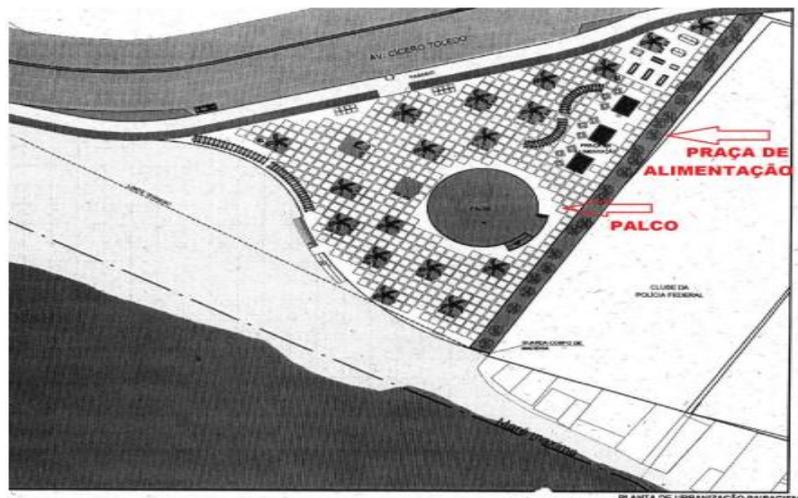
¹¹ Fala do então secretário Nilton Nascimento, sobre a remoção das famílias de pescadores de Jaraguá, em matéria do jornal Gazeta de Alagoas, em março de 2008, intitulada “Prefeitura e União divergem sobre a área”. O trecho completo: “O secretário de Habitação do município, Nilton Nascimento, disse que a Prefeitura não vai mais discutir o local de transferência e que as famílias devem ser retiradas até o fim do ano. ‘A transferência vai ser feita e quem não aceitar vai sair de qualquer jeito’, avisou”. [...]

Figura 7 – Configuração do Centro Pesqueiro:



(Fonte: <http://www.maceio.al.gov.br/centropesqueiro/>)

Figura 8 – Configuração do Centro Pesqueiro (projeto para área da balança de peixe):



(Fonte: Ação Civil Pública nº 0004070-23.2012.4.05.800, p. 27, citado pro Cavalcante 2016, p. 47)

Como apontado por Cavalcante (2016), podemos observar na imagem que as áreas a serem ocupadas pelos pescadores (indicadas nos números 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11 e 12) ocupam menos que a metade da área a ser revitalizada nesse novo projeto, sem contar com a permanência do armazém de açúcar no território (ele pode, a comunidade, não) e das instituições localizadas no mesmo espaço, como o clube da Polícia Federal, a área da Capitania dos Portos e a Federação Alagoana de Vela e Motor (presentes na área, entre a comunidade e a balança de peixe). O que foi questionado por Francinete: “Agora, pra ele [prefeito], tem estrutura pra fazer um centro pesqueiro e pras casa da gente não ia ter. Esse centro pesqueiro foi feito de isopor, pra ter estrutura ali? E aquele galpão [armazém] ali do

lado? Se não era conveniente pra gente, por que aquele galpão [armazém] também não foi demolido? Por que ele ainda tá ali de pé? E ao lado, a marinha tá construindo um prédio, não sei se é dois ou é três andares. Aí, quer dizer, o único naquela área ali, o único local que não tinha estrutura, só era as casas da gente. Era o que ali? E era feito de que ali? Ia fazer o que? Ia botar chumbo, era? E não ia sustentar? E a federação [Federação Alagoana de Velas e Motor], com aquelas lanchas lá dentro e tudo? Olha, isso é tão revoltante, que até hoje não me engana, eu não aceito, eu não aceito.”

E em paralelo a esse projeto, circulava na imprensa que a real intenção do prefeito Cícero Almeida era mesmo a construção de uma marina no local (como já sinalizado de alguma forma no Plano Diretor e no Código de Urbanismo e Edificações), que possibilitaria um visual mais atrativo para os turistas e favoreceria a ancoragem dos “barcos grandes de turismo”¹², além dos barcos dos pescadores. Embora a marina não estivesse prevista no projeto de reurbanização da comunidade apresentado à SPU, sua construção, na enseada de Jaraguá, estava prevista no próprio Plano Diretor da cidade (CAVALCANTE, 2016) e, segundo Pereira (2005), sua construção onde antes se localizava a balança de peixe constava no projeto de revitalização de Jaraguá desde o começo. A permanência da comunidade na localidade era considerada pelos gestores municipais extremamente inadequada e incompatível com o cenário de ‘avanço’ local, já que sua presença empobrecia o bairro e eles almejavam, entre outras coisas, “melhorar o visual da cidade”¹³. Nesse sentido, a edificação de uma estrutura de apoio à pesca e de área para o lazer atenderiam ao interesse de disseminar o turismo na região (PEREIRA, 2005; CAVALCANTE, 2016).

Jaraguá foi o bairro escolhido para receber o Centro de Convenções, atraindo a realização de vários eventos no Estado e, com isso, turistas. A região vem se consolidando como um dos espaços de celebração das prévias carnavalescas, corridas de rua e das festividades de São João, evento realizado no maior dos estacionamentos, defronte à balança de peixe, onde haverá um palco e uma praça de alimentação. Quer dizer, a forma com que o bairro se reestruturou nos últimos anos não comporta a presença de um assentamento humano identificado como precário pelos próprios diplomas legais. (CAVALCANTE, 2016, p. 48)

Segundo o pesquisador Parmênides Justino Pereira, em entrevista ao portal de notícias

¹² Fala do então Secretário Municipal de Habitação Popular e Saneamento, Nilton Pereira do Nascimento, sobre o projeto da marina, em matéria do site de notícias Gazetaweb em 4 de outubro de 2009, intitulada “Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em “guerra fria””. O trecho completo: “Visivelmente entusiasmado, o secretário de habitação expôs com detalhes o projeto da Marina. “Vai ser a coisa mais linda do mundo. Todos esses barcos grandes de turismo que não têm onde ancorar e acabam por ancorar no porto, agora terão um local próprio. [...]” Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=186876&e=13>

¹³ Fala do então prefeito Cícero Almeida, sobre a remoção da comunidade de Jaraguá, em matéria do site de notícias Gazetaweb em 4 de outubro de 2009, intitulada “Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em “guerra fria””. O trecho completo: “Não queremos tirar ninguém de suas casas, apenas melhorar o visual da cidade”. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=186876&e=13>

Gazetaweb, eram vários os motivos que levavam a gestão municipal a planejar a remoção da comunidade do local: “Em todos os estudos que fiz, constatei que há uma pressão por parte de grupos influentes ligados a bares, restaurantes e hotéis, para acabar com a comunidade porque, segundo eles, afugenta turista”¹⁴. Nesse sentido, percebem-se interesses higienistas e sanitaristas, de limpeza urbana e social, motivados por uma lógica financeira e por um projeto de turistificação local (ALBUQUERQUE, PEIXOTO e ALBUQUERQUE, 2012; HÜNING, 2014a; VASCONCELOS 2005).

Podemos perceber que o novo projeto preocupava-se mais em investir esteticamente no bairro, na tentativa de impulsionar o turismo na região, do que em oferecer, de fato, melhorias nas condições de vida das famílias de pescadores. Não se pretendia beneficiar os moradores, reinserindo as famílias de forma ‘digna’ (o que é dignidade?) na sociedade, com moradias melhores e condições de trabalho, como o Poder Público alegava, mas retirá-los de um território potencialmente atrativo para o turismo. Como pontuado por Cavalcante (2016), “a intenção do projeto não teria sido beneficiar a comunidade com uma “moradia digna” e condições de trabalho, mas de retirá-la de uma área que seria reestruturada para um mercado turístico” (p. 49).

“Eu acho assim, se eles queria botar a gente na sociedade, não era longe do local de trabalho da gente, que fizesse ali mesmo, porque espaço tinha. Tinha não, tem! E esse terminal pesqueiro não é pros pobres. Se a gente parar pra pensar, não é, porque ali é pra rico. Porque a partir do momento que a gente saiu dali, eles dizem que vai voltar, mas eu não acredito.” (Neide). E sobre a suposta dignidade que a intervenção da municipalidade promoveria, Francinete pontua: *“Eles falaram tanto de moradia digna, que lá não era moradia digna, de dignidade. Dignidade pra eles é o que? Esse par de coisas? Porque pra mim, dignidade é onde você vive bem, onde você se sente bem ganhando seu pão de cada dia ali, sem precisar de tá incomodando ninguém, com seu esforço ali, no dia a dia. E aqui [Trapiche da Barra] não, qual é a dignidade que tem? Dignidade nenhuma.”* Albuquerque, Peixoto & Albuquerque descrevem o novo local de moradia (in)digna:

[...] perto de uma indústria química, de onde, vez por outra, ocorrem vazamentos de substâncias tóxicas, provocando pânico e a evacuação obrigatória da vizinhança [...] é separado da praia por uma avenida com quatro faixas de rolamento e fica em frente a um trecho de mar aberto. Uma localização que dificulta a prática das diversas modalidades de pesca artesanal. [...] Em função do perigo iminente de

¹⁴ Fala do pesquisador Parmênides Justino sobre as motivações da Prefeitura de Maceió para a remoção dos pescadores, em matéria do site de notícias Gazetaweb em 4 de outubro de 2009, intitulada “Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em “guerra fria””. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=186876&e=13>

vazamentos de gases venenosos, o mercado imobiliário não demonstra interesse pela região, inviabilizando o desenvolvimento da cidade no sentido orla-sul desde a instalação daquela indústria, em 1979 (ALBUQUERQUE; PEIXOTO; ALBUQUERQUE, 2012, p. 13-14).

O lugar escolhido para construção das novas moradias é o lugar onde a pobreza pode estar: lugar que não é de interesse dos riscos, que não fica ao alcance da visão dos turistas. Lugar periférico, às margens da ‘cidade-mercadoria’.

O residencial construído para transferência dos moradores, não é encarado como um novo lar, como a nova Vila de pescadores: “[...] *essa nova Vila, que é no Trapiche da Barra, que pra mim, não é Vila. Pra mim, a verdadeira Vila, tá lá em Jaraguá, porque eu nunca vi ninguém se mudar e levar o mesmo endereço, isso não existe. Só a Prefeitura que quer colocar uma coisa que não existe, porque a verdadeira Vila tá em Jaraguá.*” (Neide) “*Tem gente que diz que aqui é Vila, eu não creio que aqui seja uma Vila, aqui nunca é, nunca foi e nunca será uma Vila. Vila sim, Vila dos Pescadores era lá [em Jaraguá], lá era uma Vila de Pescador, onde todo mundo trabalhava. [...] A verdadeira Vila é lá, sempre foi e sempre será. Isso eles não vão tirar nunca. Nós somos a própria Vila. Eu me sinto a própria Vila.*” (Francinete) Mais que um endereço, entende-se que não é possível levar a mesma experiência de lugar quando se muda de território. A verdadeira Vila é onde se construiu uma história, um dia a dia e uma relação de afeto com o lugar; é onde os pescadores tem seu teto e seu trabalho alicerçados na terra de suas memórias. E os pescadores, na relação com o lugar-Jaraguá é que são a própria Vila.

Assim, em um contexto marcado pela insegurança quanto à permanência ou não da comunidade no território, diante das constantes ameaças de remoção e do novo projeto (ainda mais excludente que o primeiro), a luta da comunidade começa a tomar ainda mais corpo e força, agora, de forma mais organizada, através da reorganização da associação de moradores: “[...] *nessa época, em 2008, começou a luta pela moradia. [...] Havia projeto não pra desocupar, mas pra urbanizar no local [projeto Pascual]. Em 2008 a gente retoma a associação [de moradores] e aí é que vem, com o prefeito, a gestão do prefeito Cícero Almeida, que ele começou a querer fazer a retirada. Que já tinha sido aprovado um projeto pra lá, mas aí ele já viu de maneira diferente e aí veio com a questão da retirada.*” (Enaura)

Nesse momento de insegurança e ameaças, a principal bandeira de luta dos moradores se estabelece: a permanência e urbanização da comunidade em Jaraguá. Mas, como apontado por Hüning e Mesquita (2015), a luta dos moradores “tratou também do reconhecimento da comunidade, de suas práticas culturais como forma de existência daquela população e do próprio direito à cidade.” (p. 23). Não demorou muito para que a luta da comunidade se

desdobrasse em outras ações e projetos, que a fortaleciam e davam ainda mais visibilidade a sua luta e cultura. Como por exemplo, a inserção da Vila no Programa de Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes (PELC) e na rede de Pontos de Cultura, a partir da criação do Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-á-guá, que possibilitou o desenvolvimento de diversas atividades voltadas para o reconhecimento e fortalecimento de suas tradições e práticas culturais e, ainda de sua identificação com o território, fortalecendo, assim, também a identificação enquanto comunidade.

A participação no Programa de Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes (PELC) e na rede dos Pontos de Cultura, a partir da criação do Ponto de Cultura Enseada das Canoas aproxima ainda mais os moradores de uma identidade demarcada por suas práticas e tradições, mas também de seu território. Muitos dos trabalhos e atividades organizados por esses programas colocavam no horizonte as dimensões da cultura e da comunidade: o olhar que tinham sobre o território, seu cotidiano, suas práticas e tradições. As práticas de lazer, o trabalho com a capoeira e o maracatu, a representação da comunidade pelas crianças a partir da fotografia e da pintura traduzem esse processo que fortalece uma imagem positiva de si. A inserção na associação, os projetos desenvolvidos por ela, as questões políticas que emergem do problema da permanência produzem estratégias de luta ao mesmo tempo em que reforçam formas de se ver, de se perceber enquanto comunidade. A luta pelo reconhecimento e registro de suas práticas culturais e de trabalho, mais especificamente a cultura da pesca e a construção de barcos, como patrimônios imateriais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi expressão desse momento que mesclou política e cultura (HÜNING; MESQUITA, 2015).

A necessidade de aliar o ambiente de trabalho ao de moradia, tendo em vista as diversas dificuldades que a remoção geraria no cotidiano das famílias, somado ao sentimento de pertencimento ao território e à comunidade, impulsionaram os moradores a lutarem pelo seu lugar, a lutarem pela permanência no território que viviam e trabalhavam quando se tornaram mais explícitas as investidas da Prefeitura de Maceió na tentativa de retirar a comunidade do bairro de Jaraguá.

“A luta pela permanência é que assim como eu, muitas pessoas não queriam sair de lá, né? Diziam assim: “não, eu não me vejo morando em outro lugar.”. E realmente é tudo bem diferente. E quando a gente diz que não se vê morando... Você mora todo tempo num local, e é difícil você dizer que gostaria de morar em outro lugar. Principalmente se você não vê... Não vê vantagem nenhuma, você vê que só piora a vida do morador. E aí, assim, e não era só eu, eram várias famílias que pensavam dessa forma.” (Enaura)

“A gente insistia em ficar porque além de ser perto do local de trabalho, era... assim, é a vida da gente ali, a vida. Porque eu morei trinta e cinco anos ali, quer dizer, a gente tava acostumado ali: Centro [da cidade] perto, médico, escola, quer dizer, uma vida padronizada, né? [...] A Prefeitura insistiu em tirar, a gente lutando, passamos uns três anos na Justiça, né? Ciente que a gente ia ganhar, e permanecer na área e fazer nossas casinhas ali, porque

espaço tem, o terreno é enorme. Inclusive aquele armazém ali dentro, que todo mundo passa ali no Jaraguá e vê o armazém... quer dizer, o armazém não prejudicava? Só a Comunidade que prejudicava?” (Neide)

A “insistência” em ficar não dizia respeito somente a uma localização cômoda por estar perto do trabalho – o que já seria motivo suficiente –, mas por uma relação de afeto com o lugar e com a memória de uma história e de um dia a dia vivido ali. Pelas relações que as próprias histórias de vida daquelas pessoas tinham com o lugar, bem como de um dia a dia construído e vivenciado no e a partir do território, da comunidade e de seu entorno. Dizia respeito à relação de pertencimento daquelas pessoas com o lugar e aos seus sonhos: “*o nosso sonho era ver a nossa Vila ali, feita, era eles fazerem a nossa Vila. Era o nosso sonho. Era pra isso que a gente tava lutando. [...] Nosso sonho era esse, lutar pra conseguir nossas casinhas ali, nossa Vila urbanizada.*” (Francinete)

A permanência dos pescadores em Jaraguá se justificava, ainda, segundo os próprios moradores, pela necessidade de vigilância permanente das embarcações, que em mudanças repentinas do clima e das marés, podem ser danificadas, além do fato de o horário de trabalho ser indefinido, já que depende do horário da maré para saída dos pescadores ao mar, e da chegada sem previsão das embarcações com os pescados, que mobiliza toda a comunidade pesqueira na divisão dos diversos serviços relacionados à pesca (PEREIRA, 2005).

Ignorando os afetos e as necessidades das famílias de pescadores, a Prefeitura permaneceu investindo na tentativa de remover a comunidade. O que se segue são várias ameaças aos pescadores, relatadas pelos mesmos durante as pesquisas de mestrado (2005) e doutorado (2015) do pesquisador Parmênides Justino Pereira. Segundo os moradores, funcionários da Prefeitura iam à comunidade e afirmavam que os moradores teriam que sair de qualquer forma, que tudo ali seria derrubado, que quem não fosse para os apartamentos no Sobral iria para um conjunto no bairro Benedito Bentes, que os pescadores que resistissem iriam perder o direito aos apartamentos e ficar na rua etc. O medo gerado pelas ameaças constantes, somado à experiência de 2001, levou muitos moradores a aceitarem a transferência.

Assim, em 2012, foram transferidas de forma mais ou menos voluntária cerca de trezentas famílias de pescadores para o conjunto habitacional Vila dos Pescadores. Mais ou menos voluntárias porque, somado ao medo diante das constantes ameaças, houve uma série de relatos de coação nesse processo, desde o período de cadastramento das famílias que seriam transferidas (entre 2005 e 2007) até o momento da transferência propriamente dita (maio de 2012). Segundo Enaura, muitas famílias aceitaram a transferência com medo de

perderem a luta e, ainda, de perderem o direito aos apartamentos no conjunto habitacional, sua única alternativa caso houvesse a desocupação da área: *“Até os que vieram, muitos pensavam dessa forma [não queriam sair da comunidade], só vieram porque... com medo de perder. Medo de perder, foi esse um dos motivos pelo qual eles vieram logo na frente.”* E eu perguntei: *“De perder a luta pela permanência e não ter o local...?”*, no que Enaura continuou: *“De perder o local.”*

Restaram em Jaraguá cerca de cento e cinquenta famílias, que seguiam resistindo e lutando pela permanência no território, o que levou a Prefeitura, em setembro de 2013, a entrar com uma Ação Civil Pública contra a comunidade de pescadores e a AMAJAR, denominados “Coletividade invasora”, com o intuito de expulsar as famílias restantes e desocupar totalmente a área. O conflito com a Prefeitura se agrava. Assim, diante da iminência de uma ação de despejo da comunidade, é criado, em 2014, o Movimento Abrece a Vila, um coletivo articulado por diferentes atores da sociedade civil que apoiavam a luta dos pescadores e das marisqueiras, assumindo que a questão da permanência da comunidade em Jaraguá não dizia respeito apenas aos seus moradores, mas a toda a cidade (HÜNING; MESQUITA, 2015).

O processo durou até 2015 e procedeu favorável à Prefeitura de Maceió, resultando na remoção da Vila dos Pescadores de Jaraguá. É sobre esse acontecimento e sobre suas consequências nas vidas dos moradores que vamos contar a seguir.

4.1 A remoção da Comunidade de Pescadores de Jaraguá

Minha filha, o dia da remoção foi o... Eu posso dizer que foi o pior dia da minha vida.
(Neide)

No dia 16 de junho de 2015, a seguinte mensagem circulava em um aplicativo de mensagens: *“URGENTE: Não transitem amanhã, quarta feira, pelas proximidades da favela de Jaraguá!!! Heitor disse que a partir das 4 da manhã uma força policial composta por Bope, pm, smtt, etc, irá iniciar a desocupação da favela e retirada dos moradores! Com certeza terá muito tumulto! Evitem... e avisem aos amigos! Serão interditadas as avenidas: Próximo a secretária de saúde, o hotel Ouro Branco e adjacências.”* (sic) E foi assim que, por volta das 16h, a notícia chegou a alguns moradores da comunidade.

Sabia-se da sentença favorável à prefeitura, referente à reivindicação do território onde a comunidade se localizava, mas nada havia sido comunicado aos moradores sobre a execução da sentença. Sem saber da veracidade ou não da mensagem, os moradores buscaram

informações junto ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública da União (DPU), que acompanhavam o caso. Nada lhes havia sido comunicado. Cogitou-se que a mensagem não passava de um boato. Na noite do mesmo dia (16), ainda inseguros com a falta de informação a respeito da situação, a comunidade entrou novamente em contato com o MPF e foi através de servidores do órgão que se confirmou: a Prefeitura daria início ao processo de despejo no dia seguinte.

Ao amanhecer, Jaraguá estava com um cenário diferente: enquanto alguns pescadores se preparavam para iniciar mais um dia de trabalho e outros aguardavam apreensivos o que estava por vir, as ruas e vias de acesso à comunidade eram interditadas e recebiam um forte aparato policial, que começou a chegar na comunidade e em seu entorno por volta das seis horas da manhã para garantir o sucesso da operação. De um lado, a comunidade de pescadores e alguns apoiadores de sua luta pela permanência (membros do Abrace a Vila, estudantes e professores da UFAL etc.), do outro, a Polícia Militar e seus vários batalhões (Batalhão de Operações Especiais - BOPE, Batalhão de Polícia de Rádio Patrulha - BPRp, Regimento de Policiamento Montado - RPMon (cavalaria), Batalhão de Polícia de Guardas - BPGd e Centro de Gerenciamento de Crises, Direitos Humanos e Polícia Comunitária - CGCDHPC), Guarda Municipal e Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT). A força policial estava ali para garantir a saída (pacífica ou não) dos moradores; as ruas estavam interditadas para que o restante da sociedade não assistisse às cenas de violência que se seguiriam. Por volta das sete horas iniciou-se o despejo dos moradores.

“Minha filha, o dia da remoção foi o... Eu posso dizer que foi o pior dia da minha vida. Eu não desejo isso pro meu pior inimigo. Porque tava na justiça pra vim, né, só que não foi divulgado. A decisão não foi dada, assim, não chegou no conhecimento da gente. Foi... Eu me lembro como hoje, meu Pai. Foi um dia 16 de junho, que... Veio pela internet. A gente tem uma colega que trabalhava no turismo, ela enviou mensagem no celular que os ônibus de turismo não passassem por Jaraguá naquele dia, no dia seguinte, né, que ia ser interditado da Praça da Capitania até o [hotel] Ouro Branco, no começo da Pajuçara, que ia ser interditado. A gente ficou assustada, sem saber que aquela notícia... A gente pensou que era o que? Que era boato de internet, que o que mais a gente vê é coisa desagradável na internet. “Gente, a decisão não veio ainda, então eles não podem fazer isso.”. E falaram que ia ter o BOPE, que ia ter polícia, forças armadas... A gente pensou que isso não existia, a gente só via isso, até então, em novela, né? Em novela não, em jornal. A gente pensou que nunca isso ia acontecer com a gente, né? Aí a gente... nesse dia a gente não dormiu, preocupadas, né? Quando foi, realmente, quando foi 5h da manhã, que eu olho pra Avenida, lá vem o BOPE.

Eu disse “Misericórdia, lá vem os homens de preto.”. Quer dizer, foi um choque pra comunidade. A comunidade toda sem esperar. [...]Aí na hora da remoção foi que veio o BOPE, aí veio o BOPE, [polícia] militar, [polícia] civil... [comissão] direitos humanos tava lá e não fez nada, promotor tava lá e não fez nada, advogados... quer dizer, tinha muito órgão lá. Muito órgão, não era pouco não. Pra defender quem? A Prefeitura. A verdade é essa. Pra defender o pobre não, pra defender a Prefeitura. Que até quando fala “O Ministério Público é pra defender quem? O povo.”, mas não, nesse caso defendeu a Prefeitura. Porque eles falaram o que? Se a gente não saísse ia usar a força policial. E ninguém é doido de enfrentar o BOPE, até porque tinha criança, né? A minha filha mesmo, na época, há um ano atrás, ela tava com oito anos, ela acordou e disse: “Mainha, eu não vou pra escola.”, eu disse: “Você vai, mainha. A mainha vai levar você pra escola, não se preocupe não. A mainha vai buscar você onze horas.”. Até então, eu atravessei a minha filha na praça, um monte de policial... Quer dizer, a minha filha ficou traumatizada.” (Neide)

Aquela manhã foi um choque para a comunidade, que não havia sido informada formalmente sobre a remoção e não esperava aquela paisagem, preenchida pelos “homens de preto” que, a serviço do Estado, removeriam suas famílias e demoliriam suas casas. O novo cenário era quase incompreensível, mais parecia história que eles viam na televisão. Alguns não acreditavam no que viam, outros não entendiam: “Para que tanta polícia? Não somos bandidos, somos trabalhadores!!! Sabemos que temos que sair.”¹⁵ Surpreendia, ainda, que órgãos que deveriam defender e proteger a comunidade, garantir seus direitos, estavam lá inertes, assistindo à efetivação de uma grande violência sem fazer nada. Fato é que a decisão judicial e seu cumprimento não serviram para garantir que ‘a justiça fosse feita’, na verdade, possibilitaram a efetivação/execução de uma grande injustiça. A remoção dos moradores e a demolição da antiga comunidade, por mais violenta e injusta que tenha sido, aconteceu dentro da lei, com o seu aval, demonstrando o “poder-de-violência” do direito e do Estado (BENJAMIN, 2011).

“Eu lutei, eu ganhei, agora a Prefeitura que roubou o direito que a gente tinha, junto com a justiça, que é de amizade. Eu posso dizer isso porque pelas reuniões que eu fui, por tudo que eu vivi, o que eu ouvi, o que os advogados falaram, que a Defensoria da União falou, que ninguém tinha direito de tirar a gente dali e bláblábláblá e no final eles tiraram a força... É revoltante. É revoltante você saber que, assim, eles não tinham argumento pra

¹⁵ Fala extraída do texto “Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis”, de Andrea Cristina Coelho Scisleski e Simone Maria Hüning.

tirar aquela comunidade dali, a comunidade é em pouco número mas ela tá unida que não quer sair dali. Aí o que que eles fizeram? Usaram a força. Usaram a justiça. Justiça não, porque pra mim foi Injustiça, né? Porque a Justiça prevalece e a Injustiça, ela usa o que ela tem mais de... digamos assim, ela tem mais de ruim, que é a... por trás dos panos, a corrupção, a mentira... E foi isso que a Prefeitura usou. Não usou de... Porque se for jogar limpo mesmo, a gente tava lá. As casas da gente tavam feitas lá com dignidade.” (Neide)

Benjamin (2011), em sua crítica da violência, chama atenção para a relação entre violência, direito e poder. Para o autor, a aplicação do direito tem como fim a instauração e manutenção do próprio direito e, para chegar a esse fim, usa a violência como meio. Ou seja, a instauração do direito se dá, necessariamente, através da violência, e a aplicação da violência instauradora do direito garante o poder.

[...] a violência na instauração do direito tem uma função dupla, no sentido de que a instauração do direito almeja como seu fim, usando a violência como meio, aquilo que é instaurado como direito, mas no momento da instauração não abdica da violência; mais do que isso, a instauração constitui a violência em violência instauradora do direito – num sentido rigoroso, isto é, de maneira imediata – porque estabelece não um fim livre e independente da violência, mas um fim necessário e intimamente vinculado a ela, e o instaura enquanto direito sob o nome de poder. A instauração de poder é, enquanto tal, um ato de manifestação imediata da violência. (BENJAMIN, 2011, p. 148)

Para Agamben (2008), os dispositivos jurídicos são dispositivos normativos que possibilitam um manejo, um ordenamento da vida e da morte e tem, como efeito, a produção de vidas que têm mais ou menos direitos e que valem mais ou menos do que outras. Em concordância com o autor, entendemos que o julgamento e a decisão a respeito do caso da Vila de Pescadores de Jaraguá, seguindo sua lógica normativa, serviu justamente para enquadrar os moradores, seus modos de vida, como vidas que tinham menos (ou nenhuma) importância e, por isso mesmo, menos (ou nenhum) direito àquele território. Eram vidas removíveis, vidas que não poderiam estar naquele espaço, já que ali só deveriam circular as vidas mais importantes, que realmente tinham direito de estar ali. Nesse sentido, o que estava em jogo não era simplesmente a aplicação e o cumprimento da lei, mas o manejo dos modos de vida dos moradores da comunidade, que confrontavam a lógica de investimento e desenvolvimento urbano da cidade (HÜNING, 2014) Assim, embora existissem dispositivos legais municipais (Lei orgânica do Município), federais (Medida Provisória n 2.220, de 4 de setembro de 2001) e internacionais (Convenção Sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989 No. 169) que assegurariam o direito a permanência da comunidade naquele território, o resultado do processo - juntamente com tantos outros casos de remoção de populações pobres no Brasil

-, nos aponta para a prevalência do interesse econômico em detrimento do aspecto humano no planejamento das cidades (HÜNING, 2015a).

Segundo Foucault (2008), é a partir do final do século XVIII, em decorrência das aglomerações urbanas que passam a habitar e a dar forma às cidades, que as políticas de Estado passam a tomar a vida das populações como alvo de investimento, produzindo estratégias que têm como foco a delimitação de quais modos de vida devem ser investidos e em detrimento de outros. O governo das vidas se dá, então, a partir da administração e do controle das formas de viver. Nessa direção, uma série de práticas ocupadas em garantir uma urbanização eficiente são articuladas no intuito de controlar a circulação dos homens nas cidades, atuando sobre os modos de vida e de se relacionar uns com os outros e com o espaço.

É o fato de viverem juntos, de se reproduzirem, de necessitarem, cada um de seu lado, de certa quantidade de alimento, de ar para respirar, viver, subsistir, é o fato de trabalharem, de trabalharem uns ao lado dos outros, em ofícios diferentes ou semelhantes, é também o fato de estarem num espaço urbano de circulação, é (para empregar uma palavra que é anacrônica em relação às especulações da época) toda essa espécie de socialidade que deve ser tarefa da polícia^[16]. (id., p. 437-438)

Portanto, compreendemos a remoção da comunidade, bem como o resultado na justiça contrário à sua permanência, não como acontecimentos isolados, mas como algo que é possível e desejável que aconteça a partir do momento em que elegemos formas de vida mais ou menos qualificáveis que outras, que elegemos quais modos de vida têm mais ou menos direitos de habitar a cidade e quais lugares da cidade. O que aconteceu com os pescadores de Jaraguá deve ser encarado como o resultado, o produto possível e mesmo esperado no modelo de cidade que vivemos.

“Construí minha família ali dentro, e do nada, ali tudo a nosso favor... Tudo a nosso favor... a mesma lei que tirou direito da gente. Eu não entendo isso. E ainda mais aquela humilhação, interditar rua pra ninguém ver o que eles tava fazendo com a gente, disposto a tudo se a gente reagisse... tenho certeza que até matar, eles ia matar a gente. Foi um massacre. Pra mim, eu considero aquilo ali um verdadeiro massacre. Porque eles não só massacraram a Vila, como assassinaram... Eles assassinaram e mataram os sonhos das pessoas. O meu sonho, de todos nós que távamos ali lutando, foram destruídos por eles. Eles acabaram com tudo. [...] A gente sentia... Eu mesmo, tanto eu, quanto o restante, sentimos humilhados, foi um verdadeiro massacre ali, uma humilhação total. Cenas que vamos levar pro resto da nossa vida. Os nossos filhos vendo tudo aquilo... [...] Só... Na minha mente só

¹⁶ Sobre o sentido de “polícia” para essa época, Foucault esclarece que ele não tem a ver com o que hoje entendemos por polícia. No contexto de sua fala, ele é empregado como “conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (p. 21)

vem choro. Pr'onde olhava era choro. Eu fui... Pronto, quando amanheceu o dia, já tava lá pra derrubar tudo. Eu fui levar a minha filha no colégio, e ela sem entender o que tava acontecendo, a minha filha e as coleguinhas dela, a gente foi levar no colégio e aquele monte de policial lá, e os caminhões encostando, chegando e derrubando, às vezes não dava nem chance da pessoa sair toda, já era derrubando. A vizinha lá perdeu móveis, mal ela tirou as coisas já foi derrubando, por pouco não derrubou na cabeça dela o barraco dela. E as crianças vendo aquilo sem entender. O que mais me chocou, o que mais me chamou atenção era as crianças chorando. [...] Pra mim, umas pessoas dessa não tem coração. Fazer o que eles fizeram com criança, jovem, adulto... Destruir a vida de todo mundo assim...” (Francinete).

E em meio a esse cenário caótico, mães levavam suas filhas para a escola, conduzindo-as por entre os policiais armados que, na sequência, as expulsariam e a seus vizinhos de suas casas ou, no mínimo, estariam presentes para garantir suas saídas. Na volta da escola, talvez, essas crianças não encontrassem suas casas de pé. Além delas, muitas outras crianças da comunidade presenciavam aquelas cenas com lágrimas nos olhos. Algumas pareciam não entender o que estava acontecendo ou por que seus familiares e vizinhos estavam chorando, gritando, brigando... Algumas crianças ajudavam a retirar os pertences de suas casas, ora chorando, ora rindo encarando aquilo talvez como uma brincadeira.

E cercada de tudo isso, Dona Lena prendia o choro pra diminuir a humilhação diante da tragédia que atingia sua comunidade: *“No dia da transferência foi uma coisa que chegou assim, tão de surpresa, que eu não acreditava, entendeu? Eu arrumando as coisas e aí eu olhava assim “Mas Deus, eu vou ter que ir mesmo?”, eu sempre dizia isso, né? E a meninas “Mãe...” não sei o que... E o meu filho, ele olhava assim pra mim como quem diz assim “Ela não tá acreditando ainda”, né? No ditado daí dos jovens, ‘não tinha caído a ficha’, vamos dizer assim. Eu não acreditava realmente que eu tava arrumando as coisas pra vim pr’aqui, entendeu? E aí eu olhava e fui lá na Nau [apelido de Enaura] e eu olhava e dizia “Deus, o que é isso?” e a gente via um ar de deboche, né? Eu acho que eu posso dizer nesse tom. Um ar de deboche por parte de uma entidade, que eu não vou citar o nome... Que eles agiam como se a gente tivesse em área deles, entendeu? E assim, foi uma coisa que me magoou demais isso. Mas eu fiquei ali, firme, né? Firme e as minhas meninas olhava pra mim como quem dizia “Eu não acredito, ela é tão... E não chora, nem nada.” Que eu fiquei, olhe, eu fiquei doente com a retirada. Doente. Porque eu não chorei, eu disse a Deus que eu não queria chorar. Veja que situação a minha, eu vendo aquilo tudo e eu disse a Deus “Senhor, eu não quero chorar, eu não quero que ninguém me veja chorando” enquanto as entidades lá que tavam lá*

mexendo com a gente, pra que eles não vissem a gente desesperada com as mãos na cabeça, né? Pra mim, já era humilhação demais. E chorar pra eles presenciarem... Não. Até que um... tinha um policial que ele disse pra... Eu não ouvi ele dizer pra mim pessoalmente não, mas a menina disse “Irmã, o policial tava chorando.”. Olhe, isso foi... “Tava chorando? Hum, conta outra.” com as meninas, né. Aí a menina foi e disse assim: “Tava, irmã. Chorando e dizendo assim, que nunca viu uma coisa daquela na vida dele”. Quer dizer, uma coisa que tocou o coração do policial... Porque naquele momento ele era O policial, não era o homem, era o policial. Que tocou o coração do policial ao ponto dele chorar vendo aquela tragédia toda que tava acontecendo... Porque não tem outro nome pr'aquilo ali, foi uma tragédia que aconteceu com a gente naquele dia. E você imagine... Aí eu me coloquei no lugar de todos aqueles moradores ali e então fiquei dizendo “Deus, se um policial, que jura bater, né...” Eles dizem aí que eles juram bater no pai, na mãe, lá no juramento deles, dizem, é o que dizem, que eu não sei. Mas ele ficou sensível com a nossa luta, né? Com nosso sofrimento. Imagine a gente, imagine... E eu disse a Deus desse jeito, Deus sabe que foi assim, eu disse: “Imagine a gente que tá hoje saindo, imagine o pessoal que lutou, que sofreu junto com a gente... Como é que não tá o coração desse povo?” Você entende? Então foi uma coisa que... Mas aí eu não comentei com ninguém, eu guardei só pra mim. Nem à Nau, né, que é uma pessoa assim, que eu tenho um carinho muito grande por ela, não comentei, guardei só pra mim. Eu acho que isso me fez... Foi tão forte, Erise, que eu adoeci, entendeu? Porque eu não contei pra ninguém, eu guardei, eu não chorei... Fiquei indignada, mas assim, né, forte, de faz de conta. E não contei pra ninguém, entendeu? E aquilo ali, eu fiquei triste, indignada ao mesmo tempo, por conta daquilo ali. Então a retirada pra mim foi uma coisa desumana. Desumana, tá entendo? Porque a gente tinha tudo pra estar lá, tinha tudo pra dar certo, né? Aí a criatura botou a patinha dela lá, né, e acabou que aconteceu o que aconteceu com a gente. Aí assim, pra mim, a retirada... Acho que foi, fora os acontecidos ‘pessoal’ na minha vida, né, foi a pior coisa que me aconteceu, foi a retirada da Vila. Porque eu no ultimozinho que a Nau dizia “Lena, o pessoal tá dizendo que a gente não tem jeito.”, eu dizia “Nau, ainda há um fio de esperança”. Eu ainda tinha um fiozinho de esperança que a gente... As outras saíssem e a gente ficasse. Ainda que um número pequenininho, né, pra lutar. Mas não aconteceu. Pra mim, realmente a retirada foi uma coisa que marcou, marcou muito a minha vida. Deixaram marcas enormes, né? Marcas muito grandes que às vezes... E eu creio que um dia isso vai sair do meu coração, nem vou citar... Existe coisas que Deus precisa tirar do meu coração, porque existe pessoas daquele dia, daquele movimento, que hoje, um ano depois, se

eu ver até na televisão eu me sinto mal. Porque aquela pessoa, eu sei que aquela pessoa fez parte do meu sofrimento.” (Dona Lena).

Sem aviso prévio e sem apresentação de um plano de desocupação (exigido por determinação da justiça), as famílias foram pegas de surpresa e sequer tiveram oportunidade de se preparar para a remoção. Algumas famílias foram mesmo acordadas com a notícia do despejo. *“Não é brincadeira... Você dormir no seu cantinho, mesmo sendo num barraquinho de tábua, mas tinha sua caminha, seu lençolzinho cheirosinho, sua comidinha na geladeira, tudo bonitinho, e no outro dia acordar com a pessoa lá, batendo na sua porta dizendo que você não tem direito mais de ficar ali? Assim, de uma hora pra outra...”* (Neide) Em algumas casas, funcionários a serviço da Prefeitura entravam sem grandes critérios e iniciavam a mudança de qualquer jeito, não dando tempo dos moradores arrumarem seus pertences. As pessoas, tratadas como entulhos, tinham que ensacar seus pertences em sacos de lixo dados pelos funcionários. *“Eles tavam entrando na casa da gente, fazendo a mudança, e não deu tempo nem de arrumar as coisas direito. Não tem aqueles sacos de lixo? Eles deram os sacos de lixo. Quer dizer, tratou a gente como bicho, como se fosse ninguém. Aí é essa a dignidade que a Prefeitura quer dar?”* (Neide).

Não teve diálogo. As famílias receberam, no máximo, oficiais de justiça que chegaram em suas portas acompanhadas de policiais federais e informaram que dariam início ao processo de desocupação e demolição das casas. Segundo Scisleski e Hüning (2016), as oficiais pediam que os moradores se apressassem: *“Se não saírem logo, entra a polícia. Nesse ritmo de conversa não vamos terminar isso hoje.”* (p. 21). Nesses momentos, mais uma vez ficava clara a relação de violência que se estabelecia sobre os moradores, em falas que não dialogavam, apenas informavam em tom de ameaça que aquelas pessoas deveriam sair rápida e pacificamente de suas casas, para evitar ‘maiores transtornos’. Nessa direção, quando perguntada sobre alguma memória forte do dia da remoção, alguma lembrança que a tivesse marcado, Enaura respondeu: *“Do dia da transferência, o poder que eles têm, né? Tinha pra expulsão. E assim, uma coisa que eu não me esqueço é quando uma pessoa que eu não sei se era juiz, que chegou pra mim e falou assim: “dona Enaura, a senhora vai, o seu povo vai sair pacificamente, ou não?” Aí eu falei: “não, a gente vai sair.” Então isso foi uma coisa que doeu bastante. De ver o poder que eles têm sobre a gente, sobre a comunidade. Porque aí, assim, foi baixinho, pertinho de mim, tinha muita gente em volta, e quando ele perguntou: “vai sair pacificamente?” Então assim, a gente sabia que se não houvesse esse... Se o povo de lá não fosse tão pacífico, ia haver uma guerra grande, né? Que ninguém quer perder o que*

tem sem uma moradia, um local, sem ter a garantia de que iria ter uma outra, né? Então...” (Enaura).

Segundo Hüning e Mesquita (2015), agentes responsáveis pelo despejo dos moradores e pela demolição de suas casas utilizavam expressões como “não tem conversa”, “isso já se arrastou demais”, “não temos mais tempo a perder”, “vocês sabiam que teriam que sair”. Ainda segundo esses autores, diversas outras violências e violações à dignidade dos moradores foram impostas naquele dia:

O despejo ocorreu permeado por inúmeras violações de direitos, desde a falta de aviso sobre a data de sua realização, como a falta de informação de para onde seriam levadas as mais de 100 famílias que ficaram sem moradia, violações à dignidade, falta de atenção especial a crianças, idosos, gestantes e doentes, entre outras. (p. 30)

Aproximadamente cento e cinquenta famílias viviam na comunidade após a última remoção em 2012; dessas, apenas cerca de vinte e cinco haviam sido cadastradas pela Prefeitura para receber moradia nas unidades habitacionais no bairro do Trapiche da Barra. As demais não tinham para onde ir. A Municipalidade afirmava que essas famílias não moravam na comunidade na época em que o cadastro foi realizado (2007), o que não correspondia ao relatado pelos moradores:

Após o despejo das famílias que moravam na favela de Jaraguá, nesta quarta-feira (17), muita gente ainda não sabe para onde ir. Por ora, apenas as famílias cadastradas previamente terão direito a moradias no Residencial Vila dos Pescadores, construído na Praia do Sobral em 2012. Mas não é o caso da maioria.

São pessoas como a dona Maria Cícera. “Isso é um absurdo, eu moro aqui há 33 anos e não tenho para onde ir. Tenho três filhos e eles vão acabar ficando sem estudar com a mudança”, lamenta.

Eucina Silva também está na mesma situação. Ela vive no local há 30 anos e não tem outra casa para ficar.

“Eu nasci aqui e não sei mais o que fazer, tenho quatro filhos, um neto, e ninguém sabe qual será nosso destino. Se não conseguirmos nada, vamos terminar morando aqui em frente [na Associação Comercial de Maceió]”, disse.¹⁷

Moradora da Vila há 27 anos, a jovem Doriane Lima diz que está temerosa com a desocupação porque não sabe para onde vai. “A gente não sabe de nada. Acordamos com esse monte de polícia aqui, como se a gente fosse bandido. Estou preocupada”, disse Doriane.¹⁸

Lidiane Maria da Silva, que morava há 10 anos na Vila, diz que está incerta quanto ao seu futuro. “Eu sabia que uma hora eles viriam, mas não sabia o dia nem a hora. Eles poderiam ter avisado. Moro aqui há 10 anos e hoje vão me levar para algum

¹⁷ Trecho de reportagem do site de notícias Tudo no Minuto, intitulada ‘Após despejo, moradores da favela de Jaraguá dizem não saber onde ficarão’. Disponível em: <http://tudonominuto.com.br/?p=25513> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

¹⁸ Trecho de reportagem do site de notícias Cada Minuto, intitulada ‘Famílias deixam Vila dos Pescadores no Jaraguá após decisão da Justiça Federal’. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/270523/2015/06/17/familias-deixam-vila-dos-pescadoresno-jaragua-apos-decisao-da-justica-federal> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

lugar que ainda não sei qual é, pois eu não tenho para onde ir. Sem falar que tenho três filhos que estão sofrendo com isso”, destacou.¹⁹

A Prefeitura sequer havia informado quais seriam seus destinos. A única notícia que tinham era de que teriam que sair de suas casas de qualquer jeito.

Por fim, ficaram sabendo que a proposta da municipalidade era de que fossem abrigadas na escola municipal Nosso Lar, no bairro de Ponta Grossa (distante cerca de quatro quilômetros do bairro de Jaraguá). A proposta não foi bem recebida pelos professores, alunos e seus familiares, já que as atividades da escola teriam que ser suspensas durante a permanência dos pescadores na unidade. Assim, moradores do bairro organizaram um protesto, impedindo a passagem de caminhões que transportavam pertences dos moradores. A diretora da escola afirmava, ainda, que a Prefeitura havia tido tempo para analisar a situação e organizar a desocupação de forma mais apropriada, disponibilizando um local adequado para abrigar as famílias que não estavam cadastradas para receber moradia no Trapiche da Barra. Para ela, abrigar os moradores num local sem estrutura adequada era um desrespeito.²⁰

Diante da reação dos moradores do bairro onde a escola se localizava, a alternativa do Município, pensada em pleno processo de remoção, foi a escola municipal Senador Rui Palmeira, localizada no bairro do Vergel do Lago (distante cerca de 4km do bairro de Jaraguá), que estava com as atividades suspensas, passando por reformas e, assim como a primeira opção de abrigo, inadequada para alojar os moradores. Esta nova proposta também encontrou resistência por parte da comunidade escolar, que foi pega de surpresa. A diretora da instituição alegava que o lugar não estava em condições de receber os moradores e que a Prefeitura teve tempo para resolver a situação antes. O representante da construtora responsável pela reforma da escola alertava que caso as famílias fossem alojadas na escola, parte das obras seriam paralisadas e que, para isso, a Prefeitura teria que se comprometer com os riscos e ressarcimento dos danos.²¹ Novamente houve protesto dos moradores do bairro, que não aceitavam a ida dos pescadores por receio de que as obras da escola atrasassem e adiassem o retorno das aulas.

¹⁹ Trecho de reportagem do site de notícias Cada Minuto, intitulada ‘Moradores resistentes lamentam desocupação após décadas de existência da Vila dos Pecadores’. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/270524/2015/06/17/moradores-resistentes-lamentam-desocupacao-apos-decadas-de-existencia-da-vila-dos-pecadores> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

²⁰ Informações contidas na reportagem ‘Famílias retiradas da Vila dos Pescadores serão colocadas na escola Rui Palmeira’. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/270528/2015/06/17/diretora-de-escola-diz-que-nao-tem-condicoes-de-receber-familias-do-jaragua> Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

²¹ Informações contidas na reportagem ‘Após despejo, moradores da favela de Jaraguá dizem não saber onde ficarão’. Disponível em: <http://tudonominuto.com.br/?p=25513> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

O destino dos moradores desabrigados graças a ação da própria municipalidade permanecia incerto. Após tantas incertezas, improvisado ainda mais às pressas e sem o devido cuidado e planejamento, o local destinado para alojar os pescadores havia sido definido: no bairro do Bom Parto (distante aproximadamente quatro quilômetros e meio de Jaraguá), a creche Tenente Madalena, uma obra com estrutura inacabada e inadequada para receber quem quer que fosse. A creche estava abandonada, já que, segundo Pereira (2015), sua inauguração teria sido vetada por sindicalistas da educação por não possuir estrutura adequada para funcionamento. Como estava sem uso, seria o espaço ideal para abrigá-las, independente das condições precárias, já que o mais importante era que sua presença não ‘atrapalhasse’ ninguém. O local não possuía instalações elétricas ou hidráulicas, que tiveram que ser improvisadas com gambiarras. Não havia banheiros, o que foi remediado com instalação de banheiros químicos. Aqui, cabe a pergunta: Se o local não servia para funcionar como creche, devido às suas condições, por que serviu para abrigar as famílias de pescadores? O tratamento dado a essas famílias era o mesmo que davam aos entulhos largados em qualquer lugar, desde que não incomodasse a vista dos que têm direito a circular numa orla limpa, tanto de lixo quanto de pescadores.

Em meio a essa confusão (que demonstra mais uma vez a violência e o desrespeito com que a Prefeitura efetivou a remoção da comunidade pesqueira), certas de que iriam para rua sem qualquer assistência, num ato de desespero e numa tentativa de pressionar a Prefeitura a atender suas necessidades, parte das famílias ocupou um galpão abandonado pertencente à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que ficava próximo à comunidade de Jaraguá. Se dirigiram para o local levando seus pertences e contando com o apoio de pessoas 'de fora' que apoiavam sua luta. Não demorou muito para que a polícia aparecesse e tentasse intimidar os ocupantes. As famílias resistiam e reafirmavam que só sairiam dali quando a Prefeitura propusesse alguma alternativa viável.

Infelizmente tivemos que vir pra cá, pois aqui estamos guardados. Nós não somos invasores, mas estamos sendo tratados assim. Aqui só tem pescadores. Somos nós quem colocamos a comida na mesa dos ricos. Não merecemos isso. Só saímos daqui se a Secretaria de Habitação vier e propor pagar um aluguel social digno.²²

O galpão não tinha condições adequadas para que as famílias permanecessem por tempo prolongado, mas ao menos elas ficariam perto da antiga comunidade, em Jaraguá. Ajudamos com mantimentos e com palavras de apoio. O fato de estarmos lá, mesmo sendo 'de fora', parecia dar alguma força para aquelas pessoas já cansadas diante de tantas violências e

²² Fala de morador da antiga comunidade, em entrevista para reportagem do site de notícias Gazeta Web, intitulada ‘Famílias retiradas da Vila dos Pescadores ocupam galpão da CBTU’. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=396932&e=13> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

injustiças. As famílias dividiram o espaço do galpão montando uma espécie de moradia sem paredes, com móveis delimitando os limites de cada um. Uma cozinha coletiva foi montada. O portão do galpão ficou fechado para evitar que a polícia entrasse com facilidade e promovesse alguma violência mais direta do que a intimidação, mas a tensão era permanente. Apesar da situação desconfortável, os moradores preferiam a permanência no galpão a irem para o abrigo da Prefeitura, pois na creche, além de terem de lidar com as condições insalubres do local, não poderiam ficar em posse de seus pertences.

Acho melhor aqui (galpão) do que no abrigo porque minhas coisas seriam levadas para um lugar e eu ficaria em outro. Durante a demolição, perdi um aparelho de som e uma TV porque parte de um barraco caiu em cima das minhas coisas. Na Vila, mesmo com a demolição, muita gente ainda procura seus pertences porque não deu tempo de retirar tudo.²³

Mas com a mesma pressa com que retiraram os pescadores da comunidade, retiraram, também, do galpão ocupado. No dia seguinte (18), enquanto a remoção ainda acontecia ali próximo, equipes da Polícia Militar foram acionadas para retirar as famílias do galpão. Policiais, membros da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foram até a área onde o galpão se localizava e tentaram negociar a saída das famílias de forma pacífica. Mas sabia-se que de forma pacífica ou não, aquelas pessoas seriam removidas dali. Militares do Regimento de Policiamento Montado (RPMon) (cavalaria) se posicionaram em frente à entrada do galpão impedindo que mais famílias ou pessoas 'de fora' entrassem no local, isolando os ocupantes.

Encurralados e sem alternativas que não envolvessem uma expulsão novamente violenta, os moradores aceitaram ir para o abrigo improvisado, desde que antes fossem devidamente cadastrados para que futuramente (não se sabia quando) recebessem moradias. Na sequência, família por família foi se dirigindo até assistentes sociais que realizariam o cadastro. Cabe ressaltar, aqui, que diferente da força policial, que foi instalada na comunidade e no galpão, as assistentes sociais convocadas pela Prefeitura estavam em um ônibus mais distante da comunidade, longe do 'show de horrores', realizando os cadastros dos moradores que, pacífica e calmamente (lê-se intimidados pela força policial) assinassem seus nomes e se dirigissem para o abrigo.²⁴

²³ Fala de morador da antiga comunidade, em entrevista para reportagem do site de notícias Alagoas 24 Horas, intitulada 'Vila dos Pescadores: Polícia Militar cumpre reintegração de posse em galpão no Jaraguá' Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/901156/vila-dos-pescadores-policia-militar-cumprereintegracao-de-posse-em-galpao-jaragua/> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

²⁴ Informação colhida em postagem da página Abrece a Vila, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/abreceavila/photos/a.1454549081472130.1073741828.1454090561517982/1724760911117611/?type=3&theater>.

Por fim, parte desses moradores foi ou precária e improvisadamente abrigada na creche municipal, ou se dispersou pela cidade em busca de abrigo em casas de familiares. As famílias de pescadores que se enquadravam no perfil estipulado em lei para recebimento de aluguel social foram informadas posteriormente que teriam o prazo de três dias para saírem do abrigo e alugarem uma casa, recebendo o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para tal. Esse arranjo seria provisório, até que a Prefeitura finalizasse a construção de moradias no residencial Parque dos Caetés.

A remoção dos moradores, fossem eles levados para o Trapiche da Barra, para abrigos, para o Benedito Bentes ou qualquer outro lugar da cidade, foi uma ação arbitrária e injusta, que prejudicou a vida dos moradores em diversos aspectos, inclusive financeiramente. *“Coisa injusta, você ter suas coisinhas e ir pra abrigo, perder tudo pela tora como muita gente perdeu... Quer dizer, gente humilde já não tem nada, e perder o pouco que tem é muita coisa, né? Sem contar com esse conjunto agora, Caeté, que eles [pescadores] vão ter que pagar. É um absurdo uma coisa dessa. Como é que eles tiram a pessoa da comunidade, né, que tá ali, não paga casa, não paga aluguel, entendeu como é? Tá ali sobrevivendo porque já tem aquele orçamentozinho, já sabe o que vai... “Isso aqui é pra feira, isso aqui é pra uma prestação.”, tá entendendo como é? Aí sai daqui, daquela rotina, e vai pra um conjunto agora longe, no Caeté, que é no Benedito Bentes... Como é que tiram uma comunidade, seu local de trabalho, da beira da praia o pescador, e bota pro Benedito Bentes? Isso não existe. A lonjura que é. Só o rico tem direito a ficar na beira da praia? E fazer hotel, fazer pousadas? E o pescador? Cadê o direito do pescador de ficar? Aí muitos vão pro Caetés, muitos ficaram aqui e sem contar que muitos tão no aluguel social. [...] As pessoas vai viver de aluguel a vida toda?”* (Neide)

Para o poder público, pouco importava para onde essas famílias iriam, ou quais as consequências dessa mudança. O interesse era em atender aos ricos que têm direito à beira da praia, era em proporcionar ainda mais espaços na cidade que servissem aos donos de hotéis, pousadas e, claro, às pessoas que, diferente dos pescadores e das marisqueiras, tivessem dinheiro e poder para frequentar e sustentar a existência desses espaços. Os pescadores atrapalhavam, empobreciam um bairro com tamanho potencial turístico e econômico. E a pergunta de Neide ecoa e se mantém no ar: e o pescador? Aparentemente, as famílias da Vila poderiam passar pelas mais diversas violências e violações, desde que longe dos olhares dos turistas e dos ‘cidadãos de bem’.

E as violências e violações se seguiam. No a brigo, a situação era desumana: banheiros químicos sem limpeza e manutenção, ausência de local para banho (que teve de ser

improvisado nos vestiários sem porta do ginásio de esportes ao lado), buracos de galerias de esgoto abertos, com água empossada e mau odor; falta de água potável, de objetos de higiene pessoal e de fraldas para as crianças; salas com objetos pontiagudos da reforma inacabada pondo em risco as famílias; crianças sem ir para escola devido à incerteza daquele cenário. Para amenizar a situação das famílias, pessoas que apoiavam a permanência da comunidade passaram a levar doações para o abrigo, até que foram proibidas de entrar no local e de levar os mantimentos por funcionários da Prefeitura. Não havia espaço para todas as famílias e, para tirar a própria responsabilidade pelo mal planejamento, a Prefeitura alegou que nem todos ali eram moradores da Vila, o que não era verdade. Cinco gestantes foram encaminhadas para o abrigo sem qualquer assistência especial, duas delas entraram em trabalho de parto (incluindo uma adolescente com gravidez de risco), uma permaneceu no abrigo, onde um berço teve de ser improvisado.

Enquanto isso, as vinte e cinco famílias anteriormente cadastradas iam sendo encaminhadas para o conjunto habitacional, onde se depararam com mais situações de violência: os apartamentos que deveriam ocupar não estavam devidamente preparados para recebê-las: *“quando a gente veio morar aqui [apartamentos no Trapiche da Barra], minha filha, foi pela misericórdia do senhor. A gente chegou aqui, os apartamentos tinham sujeira do teto até embaixo, sem porta, sem janela, sem tudo, sem nada! Só as paredes, só as paredes, só não levaram as paredes porque enfim, acho que não dava... Mas se pudesse, tinha levado. Tá arrumado hoje porque a gente gastando aos poucos, a gente que fez. Segundo a fala deles lá, o que eles falaram, do jeito que tá, a gente tem que ir pra lá, querendo ou não, tem que entrar, do jeito que tá. Então tive que vir, não ia ficar na rua, né, não ia dar esse gostinho a eles, de perder a nossa moradia pra eles. Como obrigada, viemos. Mas só Deus e a gente sabe como foi que a gente veio, mas nada pra Deus é impossível.”* (Francinete)

“Os apartamentos não tavam em condição pra moradia. Tava impróprio pra moradia. Porque do jeito que a Prefeitura fez, colocou a gente, colocou o restante da comunidade nos apartamentos sem porta, sem janela, sem fiação nenhuma de energia, muitos sem sanitário, né, com lixo, fezes... Quer dizer, o que mais revolta é isso. Da forma que a gente foi tirado, como bicho. Como que a gente fosse assim, um bando de animal. [...] E outra, ou a gente vinha pros apartamentos assim, ou senão ia pra abrigo igual os outros. A decisão tava na gente. O que foi que a gente fez? Como eu e minhas quatro irmãs – somos cinco, né, mas ficou quatro no mesmo bloco... – Aí eu disse... Eu não queria... Até então, eu disse assim: “Eu não vou guardar um garfo na minha casa, porque eu não vou pra lá. Juiz, ninguém, justiça

nenhuma vai me obrigar eu ir pra onde eu não quero, ainda mais naquela situação.”, a minha irmã disse: “Minha irmã, caia na real. Ou a gente vai pra lá... Não tem mais nada que fazer não. A gente vai pra lá a pulso, ou vai pro abrigo”. Eu não ia pra abrigo com meus filhos. Como é que eu ia pra abrigo com dois filho? Aí o que foi que a gente fez? A gente se reuniu, viemos limpar o apartamento... Tanto é que não deu chance pra gente nem limpar o apartamento direito. A verdade era essa. Você imagina, você gastar dois baldes de cloro puro, em pó, pra limpar, e não sair a inhaca do mau cheiro do apartamento e ser obrigada a entrar do jeito que tava. Eu mesma passei três dias com o compensado na porta, porque eu até então tava sem chão, sem saber o que fazer. Tanto é que eu botei, vim...” (Neide)

Neide complementa, ainda, que os apartamentos não foram construídos de acordo com o que havia sido apresentado no projeto: *“Pra quem tá de fora é muito fácil ver ‘Ah, a Prefeitura tá dando moradia digna’. Não! Ali tá dando nada, é obrigação dela. Se a verba veio, foi pra ela fazer o benefício pro povo, pra comunidade. E isso aí, não fazem benefício. Não faz. Porque se for ver o projeto do começo, esses apartamentos era três quartos, sala, cozinha e área de serviço. Não tem área de serviço. Tem só a cozinha, dois quartos, o banheiro... e onde é que tá a área de serviço e o outro quarto? Quer dizer, são coisas que se for mexer mesmo, aí diz que é mentira.”*

E na comunidade, a remoção continuava. Uma mulher com criança no colo foi agredida²⁵, idosos também.²⁶ Em alguns momentos, bastava que algum morador aumentasse o tom de voz ou questionasse a ação dos ‘homens de preto’ para serem ameaçados ou mesmo violentados de alguma forma. Alguns moradores que tentavam desesperadamente retirar materiais reaproveitáveis de suas casas, como telhas, portas e janelas, e até mesmo bens pessoais, foram impedidos pela equipe que executava o despejo e a demolição das casas. Os policiais chegavam a ameaçar dar voz de prisão enquanto os moradores pediam apenas tempo para retirada de seus pertences. Algumas dessas pessoas sequer sabiam que suas moradias ou lojas faziam parte do território a ser desocupado, mas também tiveram que sair às pressas, muitas vezes deixando para trás objetos de valor material ou sentimental. (PEREIRA, 2015).

Toda essa violência se estendeu também à Mãe Vitória, que não era marisqueira, mas tinha seu templo religioso de matriz africana no mesmo território da comunidade. O templo, que em outros tempos havia servido de espaço para realização de atividades do Ponto de

²⁵ Informação colhida em postagem da página Abrace a Vila, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/abraceavila/photos/a.1454549081472130.1073741828.1454090561517982/1724760911117611/?type=3&theater>.

²⁶ Informação colhida em postagem da página Abrace a Vila, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/abraceavila/photos/a.1454549081472130.1073741828.1454090561517982/1724760911117611/?type=3&theater>.

Cultura da comunidade e para reuniões da AMAJAR era, agora, invadido a base de cotoveladas e empurrões por policiais que levantaram seus santos e demoliram o terreiro. Assim como em tantas casas pela comunidade, os funcionários da Prefeitura iniciaram a demolição enquanto ainda tinham pessoas e objetos dentro da casa, inclusive imagens e utensílios sagrados. Mãe Vitória lamentava, entre lágrimas: “Mais um ato de intolerância. A abordagem foi feia, eles não quiseram acordo! Um desrespeito... O que a prefeitura fez lembra 100 anos atrás, mais uma vez o Quebra!”²⁷. A intolerância religiosa se encontrava com outras, que tinham também destino certo: as negras e os negros, trabalhadoras/es da pesca ou não, religiosas/os de qualquer matriz e segmento. E o ponto em comum era a intolerância à pobreza. Porque, respondendo à pergunta que Neide fez há pouco: sim, para esse modelo excludente de cidade, só o rico tem direito a estar na beira da praia. De preferência o rico branco e cristão.

E alheios a todas as violências que se seguiam, os órgãos envolvidos na desocupação, assim como boa parte da mídia, afirmavam que a operação estava acontecendo como previsto, pacífica e organizadamente. Mas na verdade, a total falta de planejamento da Prefeitura ficava clara a cada família que não sabia para onde ir, a cada criança que presenciava aquelas cenas e chorava de tristeza e medo, a cada pertence perdido e destruído junto com as moradias. E de todo modo, “ninguém é doido de enfrentar o BOPE”, como já pontuado por Neide. Foram três dias de expulsão e demolição. Três dias de violência contra aquela comunidade.

E enquanto os pescadores e as marisqueiras eram submetidos a todas essas violências, no grande estacionamento de Jaraguá iam sendo finalizados os últimos ajustes para realização do principal evento de São João da cidade, promovido pela Prefeitura de Maceió, que teria início no dia 20, um dia após a finalização do processo de remoção e demolição da comunidade, e se estenderia até o dia 29. Se há poucos dias circulava a mensagem de alerta urgente aos cidadãos de bem para que não transitassem por Jaraguá e proximidades, já que haveria muito tumulto devido a desocupação da ‘favela’ e remoção dos moradores, agora a mensagem era de convite ao bairro, devidamente higienizado com a remoção da ‘favela’ e dos ‘favelados’, para aproveitar as festivas noites juninas.

Durante o evento, o espaço do estacionamento ganhou reforço na iluminação e no policiamento para passar a sensação de segurança ao público e o bairro se encheu de gente. Mas não era gente da comunidade, eram, em sua maioria, visitantes de outros bairros e

²⁷ Depoimento recolhido da página Abrace a Vila:

<https://www.facebook.com/abraceavila/photos/a.1454549081472130.1073741828.1454090561517982/1609041646022872/?type=3&theater>

turistas, que estavam ali apenas para aproveitar os dias festivos e depois seguiriam para seus territórios, enquanto Jaraguá seguiria vazio, escuro e perigoso para os pescadores, para as marisqueiras e para os moradores dos arredores. Nos dias que se seguiram, durante a festa, centenas de pessoas se divertiam, enquanto circulava um panfleto, produzido pelo Movimento Abrace a Vila, com o seguinte texto:

A festa está bonita? Não para as 119 famílias²⁸ que, há exatamente uma semana, foram expulsas de forma perversa pela PREFEITURA DE MACEIÓ, bem aqui ao lado. Para quem não sabe, esse projeto de remoção da tradicional Vila dos Pescadores de Jaraguá não é para o bem de “todos”, muito menos dos pescadores e das marisqueiras, que foram violentamente retirados de suas casas e rotina de trabalho.

O proclamado Centro Pesqueiro, da Prefeitura, veio para atender interesses privados de um grupo muito específico, tratorando as necessidades básicas de quem de fato merece – porque precisa – desse pedaço de terra.

Não deixaremos que isso caia na impunidade! A Vila dos Pescadores é a história viva da nossa cidade massacrada sob nossos olhos!

Esse cenário festivo nos faz lembrar a narrativa que Primo Levi (1990) faz sobre uma partida de futebol que ocorreu em um dos campos de concentração de Auschwitz. Os times eram formados entre membros da esquadrilha de proteção nazista (exército nazista) e representantes do “esquadrão especial” (como era conhecido um grupo formado por prisioneiros do campo que ficavam responsáveis pela gestão das câmaras de gás e dos fornos crematórios). Levi narra: “[...] à partida assistem outros soldados SS e o resto do Esquadrão, torcendo, apostando, aplaudindo, encorajando os jogadores, como se a partida se desenrolasse não diante das portas do inferno, mas num campo de aldeia.” (LEVI, 1990, p. 29).

Na festa de São João em Jaraguá, as pessoas dançavam e assistiam às apresentações das quadrilhas juninas e aos shows, sem se dar conta ou ignorando a grande violência que há poucos dias tinha acontecido bem ali ao lado. A vida seguia em sua normalidade.

Sobre a narrativa de Levi (1990) – e trazemos para o contexto da festa junina em Jaraguá – Agamben pontua:

Essa partida poderá parecer a alguém como se fosse uma breve pausa de humanidade em meio a um horror infinito. Aos meus olhos, porém, como aos das testemunhas, tal partida, tal momento de normalidade, é o verdadeiro horror do campo. Podemos, talvez, pensar que os massacres tenham terminado – mesmo que cá ou lá se repitam, não muito longe de nós. Mas aquela partida nunca terminou, é como se continuasse ainda, ininterruptamente. Ela é o emblema perfeito e eterno da “zona cinzenta” que não conhece tempo e está em todos os lugares. Dela provêm a angústia e a vergonha dos sobreviventes [...]. Mas dela também provêm a nossa vergonha, de nós que não conhecemos os campos e que, mesmo assim, assistimos, não se sabe como, àquela partida que se repete em cada partida dos nossos estádios, em cada transmissão televisiva, em cada normalidade cotidiana. Se não conseguirmos entender aquela partida, acabar com ela, nunca mais haverá esperança (AGAMBEN, 2008, p. 35).

²⁸ Lê-se 150 famílias. Houve desencontro de informações quanto ao número de famílias exato.

Eu estava entregando os panfletos durante a festa. Lá, encontrei pessoas conhecidas e elas lamentaram a remoção dos pescadores enquanto aproveitavam a festa. Após entregar os panfletos, pensei em ficar um pouco, me distrair. Fiquei por algum momento, mas logo me senti mal e fui embora. Eu me sentia culpada por ter uma casa para voltar. Me sentia culpada por estar me divertindo (ou tentando me divertir) enquanto os pescadores e as marisqueiras, expulsos de seu território, tentavam recomeçar suas vidas. Esses massacres, dos quais nos falam Levi (1990) e Agamben (2008) se repetiram aqui, não muito longe de nós. Aconteceram com essa comunidade de pescadores. Seus efeitos seguem, sua violência segue ininterruptamente. E é sobre os efeitos desse massacre que falaremos a seguir.

4.2 Um território sem sua comunidade

Com a remoção da comunidade, o que restou em Jaraguá foi um grande vazio. O bairro, que antes contava com a presença de um povo que carrega consigo parte da história da cidade, agora parecia morto, assassinado. *“Na verdade, eles assassinaram o Jaraguá, o Jaraguá tá assassinado, foi assassinado, né. Porque quando eu desço pra trabalhar lá, que eu pego o ônibus, é muito esquisito a rua. Esquisito. Um pé de pessoa não tem mais na rua. [...] Quando a Vila morava... Até pessoas que trabalham lá próximo, já ouvi da boca de pessoas que moram lá, que diz que quem dava vida ao Jaraguá, quem dava vida ao Jaraguá era aquela Vila. Depois que a Vila saiu dali, acabou-se Jaraguá. Jaraguá morreu depois que a Vila foi retirada dali. Eles assassinaram a Vila, a Vila saiu, Jaraguá morreu.”* (Francinete).

O uso dos termos ‘morto’ e ‘assassinado’ não aparecem aqui por acaso, como mera escolha estética ou sonora. O termo que Francinete trouxe numa narrativa carregada de indignação e tristeza aparece também em nossa escrita para demarcar a ação de alguém sobre um outro; nesse caso, a ação da Prefeitura de Maceió sobre os pescadores e sobre o bairro de Jaraguá. Chamamos atenção para a responsabilidade da ação do despejo e para suas consequências na vida daquelas pessoas, no cenário do bairro e da cidade e denunciemos a violência que aconteceu e que vem acontecendo. A Vila foi assassinada e, com isso, Jaraguá morreu.

O que dá vida aos lugares são as pessoas que o habitam e circulam por ele. São as pessoas que, na relação com seus semelhantes, ocupam os espaços e lhes dão significado, afeto e uso. Sem isso, um lugar é apenas um espaço sem qualquer singularidade; na verdade, deixa de ser lugar. Marc Augé (2008) em sua análise acerca do chamado lugar antropológico, afirma que é a presença do homem (dele mesmo e dos outros com quem convive no lugar)

que qualifica o espaço e define o lugar, chamando atenção para sua natureza identitária, relacional e histórica. E é na relação com o lugar e com as pessoas com quem aí convive que os sujeitos se reconhecem, se constituem e reconstituem, numa experiência estratificada pelo tempo.

Segundo Cavalcanti (2012), o lugar é uma porção do espaço qualificada e significada pelo homem quando ele a escolhe, em meio a outras porções do espaço, para o seu “habitar no mundo”. Segundo a autora, pode-se dizer que o lugar é, na verdade, fundado pelo homem no momento em que por ele é habitado e que se estabelecem vínculos afetivos.

Essa porção do espaço é qualificada pelo homem quando ele a destaca em meio às inúmeras outras porções de espaço; quando lança sobre ela o seu olhar, dotando-a de significado, e quando nela se instala, escolhendo-a para o seu habitar no mundo. De diversas maneiras, portanto, podemos dizer que o homem funda o lugar. Quando o habita, certamente, mas também quando estabelece outros tipos de vínculo afetivo [...]. (CAVALCANTI, 2012, p. 22)

Quem dava vida ao Jaraguá eram os moradores da Vila, eram as pessoas ‘de fora’ que frequentavam a comunidade e que desenvolveram relações de afeto e solidariedade com seus moradores. Quem dava vida ao bairro eram os eventos culturais organizados pela AMAJAR e pelo Ponto de Cultura, que levavam capoeira, coco de roda, dança afro e diversas outras atividades para o interior da comunidade e, tantas vezes, de dentro da comunidade para a pista, para as praças, para o restante da sociedade. As praças geralmente vazias de gente ganhavam cores, sons e danças com a presença dos pescadores e das marisqueiras. Quem dava vida ao bairro era também o som dos tambores tocados pelas crianças do Maracatu Mirim da Vila e a vendinha do ‘seu’ Dioclécio’, ponto de encontro ideal para tomar uma cachacinha caseira “pra esquentar o sangue”, segundo o mesmo.

A praça em frente a comunidade ganhava vida quando ocupada pelos moradores e pelos visitantes que se encontravam para abraçar a luta pela permanência da comunidade, nos eventos organizados pelo Abrace a Vila, virando palco de diversas atrações e apresentações de artistas do estado que apoiavam a comunidade. Mas isso não foi considerado no projeto de revitalização do bairro e tudo isso acabou. A Prefeitura assassinou a comunidade e, com isso, o Jaraguá. O lugar se tornou, silencioso, deserto, frio. *“Com essa retirada, Jaraguá... Eles sempre falam em revitalizar Jaraguá, mas isso não existe, é só no papel deles, porque com essa retirada da comunidade, Jaraguá tá morto.”* (Neide). Com a remoção, o bairro se modificou. Aliás, foi modificado por uma urbanização higienista e ‘turistificante’, que além de tirar a comunidade de seu território, afastou das ruas os moradores das proximidades.

As pessoas quase não circulam mais por Jaraguá. Quando circulam, têm de passar por entre as ruas vazias do bairro, com medo, já que agora, com a remoção da comunidade que

dava vida ao lugar, se sentem inseguras. *“Lá, quando a Vila existia, lá era seguro, agora não é mais não. [...] Na semana que a Vila foi retirada, menos de um mês, aí começou assalto lá, assalto constante lá em Jaraguá. As ruas sem segurança. Você chega lá cinco horas, seis horas no ponto de ônibus e não tem um pé de pessoa na rua, eles ficam com medo. Eu mesma dou graças a Deus quando passa uma lotação que eu pego e venho embora, porque Jaraguá não é mais o mesmo. Morreu! Morreu! Sabe o que que é morreu? Um cemitério. É, um cemitério tá com mais vida do que Jaraguá. E não é dito só por mim, porque eu saí de lá não. Eu escuto isso da boca de pessoas que moram lá, de moradores lá da proximidade de lá, que falam pra mim. Não só pra mim, mas como pra outras pessoas. Relatam que o assalto lá tá constante, aumentou o número de assalto, não tem mais segurança.”* (Francinete). E Neide complementa: *“Se você chega lá sete horas da noite, tá um deserto, chega faz medo você passar por Jaraguá. Ali da capitania até o porto, não vê um vivente. Um vivente ninguém vê, a não ser os pescadores que vêm de madrugada, de bicicleta, arriscando a sua própria vida, né, pra pescar...”* (Neide).

A saída da comunidade do bairro mudou completamente o cenário de Jaraguá, mas mudou ainda mais a vida dos pescadores. E é sobre essas mudanças que falaremos a seguir, contando um pouco sobre a vida dos pescadores longe de Jaraguá.

4.3 Uma comunidade sem seu território

Se antes os moradores se sentiam seguros em seus locais de moradia e trabalho, só precisando andar de casa até a praia para dar início aos seus labores diários, sem riscos, agora têm que se expor aos perigos que o caminho entre o Trapiche da Barra e Jaraguá lhes impõe diariamente, já que o trajeto entre os bairros é bastante deserto e inseguro, com relatos frequentes de assaltos. Como os pescadores não têm horário certo para trabalhar, dependendo das condições de tempo e maré, têm muitas vezes que se deslocar durante a madrugada, quando o percurso é ainda mais vazio e arriscado, além de mal iluminado. Um novo cenário para uma comunidade que está, agora, longe de seu território.

“De lá pra cá [de Jaraguá para o Trapiche da Barra], da [Lojas] Americanas pra cá é risco. Tem uns pontos de ônibus ali que se você vem só... É pé de amêndoa, ali se esconde o que não presta. Muitos... O marido da minha irmã já foi assaltado, várias gente já foi assaltado quando vinha do Jaraguá. Levaram bicicleta, levaram o peixe, o próprio peixe que o menino trazia pra casa, levaram dinheiro... E aí? Várias pessoas, tem várias pessoas com relatos que já foram assaltadas ali. Meu cunhado foi um deles. Fora as carreiras que o povo

leva quando consegue ver, perceber que vai ser assaltado e consegue correr, né, e quando não consegue, é assaltado. Aí, isso pra eles é o que? Dignidade, é? Botar a vida do ser humano em risco?” (Francinete).

Os moradores que saem do residencial Vila dos Pescadores em direção a outras localidades da cidade, que não o Jaraguá, também são expostos aos perigos das proximidades. Não existe linha de ônibus que passe em frente ao residencial. Por esse motivo, os moradores precisam se deslocar até o ponto mais próximo, distante aproximadamente um quilômetro do residencial, cerca de quinze minutos andando a pé, sendo obrigados a passar por ruas pouco movimentadas, mal iluminadas à noite e com assaltos frequentes. *“O risco de vida, que também é bem complicado. A gente morando em Jaraguá não se falava que as pessoas foram roubadas. Aqui todo mundo falando “ah, me levaram o celular”. Por quê? Porque quem trabalha ou quem estuda tem que descer no Trapichão [como é conhecido o Estádio Rei Pelé] e vir todo esse percurso que é bastante longe. Eu não sei a distância, não sei falar assim a distância, mas é bastante longe vir do Trapichão até aqui. Então 10h da noite, 23h, 21h30... Dependendo do horário... Eu mesma faço esse percurso todos os dias quando venho da faculdade, e é bastante complicado.”* (Enaura).

Além das dificuldades encontradas para o deslocamento até o trabalho, Neide fala também da dificuldade para ir até a igreja que frequentava e do quanto sente falta de sua rotina religiosa: *“E também que eu mais senti falta em Jaraguá foi a igreja, porque assim, lá na favela, entrava só duas pistas e tava na igreja. A gente saía, ia pra praia, quando chegava 16h, 16h20, 16h40, a missa era de 17h, a gente tomava banho rapidinho, atravessava a pista e tava na igreja. Quer dizer, a gente nunca perdia uma missa. E aqui, no Trapiche, só a distância da gente ir pra [Igreja] São José, pegar essa rua do Pronto Socorro, que é um perigo, assalto direto... Que a violência tá em todo canto, se a gente vai pela frente aqui do Pronto Socorro, é assalto, se vai atrás, aqui pela distribuidora, também é assalto, e ainda é pior. Quer dizer, a gente fica até a mercê dos bandidos, né. Enquanto eu morei trinta e cinco anos em Jaraguá, graças a Deus, nunca fui assaltada, nunca.”*

Para o Estado, não é um problema a vida dessas pessoas estarem em risco, já que, como pontuado anteriormente, são vidas menos importantes e que valem menos que outras. Vidas dispensáveis e, por isso mesmo, extermináveis no que diz respeito ao seu corpo, mas também ao seu modo de vida, sua cultura. Os pescadores e as marisqueiras são o que Agamben (2010) chama de “vidas nuas”, ou seja, vidas desprotegidas que podem ser expostas à morte, vidas matáveis. São vidas que não cabem em nosso modelo de sociedade e cidade. Ou cabem, desde que em seu ‘devido lugar’. Lugar esse que é afastado, escondido dos olhos

das outras vidas mais importantes e de maior valor. Vidas que ocupando seu devido lugar, tem a importância restrita de permanecer aí e abastecer a mesa dos ricos com seu trabalho pouco valorizado e suas vidas desimportantes.

Além do problema da insegurança, o deslocamento afeta diretamente o orçamento das famílias dos pescadores, que para seguir com seus labores diários precisam, na maioria dos casos, gastar com transporte o pouco dinheiro que recebem. Tem também o gasto com deslocamento das crianças para a escola, já que boa parte delas estuda nas proximidades de Jaraguá. *“Eu posso dizer assim, que lá em Jaraguá nunca me faltou nada, a verdade é essa. Porque tudo que a gente queria “não, hoje, eu vou trabalhar e comprar isso”, a gente batalhava e comprava. E aqui no Trapiche não. A gente tem que descer, tirar dinheiro de passagem, né. Quer dizer, aumentou orçamento de passagem, aumentou colégio, é pagar transporte pra menino... Quer dizer, aumentou tudo. Quer dizer, se eu gastava cento e cinquenta lá por semana, aqui eu vou gastar trezentos, quatrocentos. Quer dizer, passar necessidade, a verdade é essa.”* (Neide).

Enaura fala sobre as diversas dificuldades que os trabalhadores da pesca têm enfrentado após a remoção: *“Bom, a gente sabia que ia ser bastante difícil, né? Ia ser bastante difícil pra aqueles que dependem da pesca sair daqui do Sobral todos dias. É o que tá acontecendo. Sair do Sobral pra ir pra Jaraguá é sair de madrugada, é arriscar a vida, é o cansaço, né? Tem pessoas que realmente, assim... A gente já soube... aqui já teve vários casos de pessoas terem derrame, de ter problema de coração, chegar a morrer... Acho que se dá também por esse esforço que não se tinha. Você passa a sua vida toda... acorda e vai fazer aquele trabalho, mas que você não tem o esforço de sair, de se deslocar daqui pra Jaraguá, principalmente de bicicleta. De madrugada é mais bicicleta. [...] Não tem linha de ônibus, aí as vezes de moto ou de coisa [lotação], mas pra quem já roda o dia todo aí não faz a lotação de manhã, de madrugada. Então já é bem difícil. Carro, moto, é bem difícil, mas eles tão fazendo esse trabalho, então é bastante difícil. [...] Acho que pior do que o custo, é o esforço. A gente vê... a maioria deles sai 4h da manhã, 4h30, pra voltar 10h, 11h, no sol quente. [...] Teve um casal que teve AVC um e depois teve o outro, a gente acha que é o esforço, acha que você... Pra ele e ela que vendiam o peixe na balança, aí passaram a comprar comida feita, tudo isso já muda. Você já come sal demais, você já não faz... E toda aquela pressão de você... É brincadeira você ter... Assim, eu sei que muita gente sai de casa de manhã e só volta à noite. Eles já têm o costume. Mas pra pessoa que tem filho... E a maioria que é assim, nem tem filho, né? Quem tem essa rotina que já casa e tem essa rotina, às vezes não quer nem filho, porque sabe que não tem ninguém que cuide. Mas a pessoa que tem filho, sai de manhã*

daqui, vai pra Jaraguá e passa o dia todo e só volta a noite, é bem complicado. Não tem como vir. Você vem: você perde de vender. Você vem pra casa... Se você vem de lá pra cá almoçar, e aí bate aquela preguiça, você não tem nem coragem de voltar mais. [...] Mais o custo. Então as pessoas que... Pior que o custo é todo o sacrifício que a pessoa faz, o cansaço. As pessoas tão estressadas demais, tão doentes, ficaram doentes por conta disso. [...] Então a permanência lá era pelas dificuldades que a gente sabia que quando começasse a derrubar tudo, ficaria bem difícil de tá se deslocando todos os dias e aí ter que ir de manhã e só voltar à noite. Você dizer que ganhou um apartamento que você vem só pra dormir, é bastante complicado. Então você tem gasto da passagem, você tem o gasto do almoço, você tem o gasto do lanche... Você já ganha pouco e você gasta quase tudo em passagem, em comida, porque você não consegue nem cozinhar pra si próprio. [...] Tem todas essas dificuldades. Fora o risco de vida, que também é bem complicado.”

Enaura sinaliza que para além das questões financeiras, há uma outra dimensão do sofrimento, que é ainda pior: o sofrimento gerado pelo esforço e pelo sacrifício que as famílias agora são obrigadas a vivenciar diariamente. Demarca-se, aqui, uma violência que se efetiva sobre um outro, sobre um modo de vida e de organização das rotinas familiares e de trabalho. Uma violência que conduz essas famílias a terem suas rotinas modificadas e prejudicadas, já que agora têm seu dia a dia dividido entre seu local de trabalho - para onde precisam ir mesmo enfrentando diversas dificuldades - e seus apartamentos - que não são lugares de viver, de morar, mas apenas de dormir, já que passam o dia em Jaraguá.

As dificuldades enfrentadas também dizem respeito ao fato de que, precisando do espaço para o trabalho, cotidianamente se deparam com a dor de permanecer o dia no local do qual foram expulsos, de passar o dia trabalhando ali, mas não terem mais suas casas no mesmo território, não terem mais nem acesso ao lugar ao qual ainda se sentem pertencentes: *“A gente veio aqui em junho, 18 de junho a gente se mudou, mas a ficha não caiu ainda. Juro a você, a ficha não caiu. Quer queira quer não queira, todos os dias eu tô em Jaraguá, eu passo o dia todinho lá e só venho pra cá dormir. Adiantou alguma coisa se mudar pra cá? Mudou em que? Eu sempre digo “Não, minha casa é lá em Jaraguá.”, porque eu passo o dia todinho que Deus deu. Só venho pra casa dormir. Seis, sete horas da manhã, eu desço de novo. Eu posso dizer que eu moro no Trapiche? Não. Eu tô o dia todinho em Jaraguá, então por eu tá trabalhando lá todos os dias, então pra mim é mais doloroso. Em passar lá pela frente da comunidade e saber que a gente ficava na calçada sentada conversando, é saber que hoje em dia a gente pode nem pisar, porque é tudo cercado agora. Quer dizer, morei*

trinta e cinco anos num local e hoje em dia posso nem pisar onde eu passei a minha vida toda, é revoltante. É revoltante uma coisa dessa.” (Neide).

As condições de trabalho também impõem dificuldades aos trabalhadores da pesca, demonstrando, mais uma vez, o descaso do Estado com essas pessoas, com seus modos de vida relacionados à pesca: *“Local de trabalho lá não tem estrutura nenhuma. Estrutura nenhuma tem o local de trabalho lá. O... É pequeno demais pra guardar o material do pessoal pra trabalhar. Muita gente já fez puxado pra poder as marisqueira não tirar os camarão no sol. Não tinha água encanada. Depois de muito reclamar foi que botaram água encanada. Mas nem em todo canto chega. É. Horrível, minha filha. É uma condição sub-humana.”* (Francinete). De fato, essas pessoas são tratadas como sub-humanas, como vidas menos humanas porque são menos importantes, como pontuamos.

Um dia a dia que já não era fácil, agora tem suas dificuldades dobradas devido a uma intervenção irresponsável e descompromissada com a realidade da comunidade. *“A luta dobrou. A luta aqui [Trapiche da Barra] é mais. A batalha é maior ainda. É justo você sair daqui, sair de casa, seu local de trabalho não ser próximo? Aí você é removida pra um lugar que pra você ir trabalhar, não tem condições, não tem carro pra lá a não ser que você pague. Muita gente vai a pé, aí vai a pé daqui pra lá, aí chega lá, passa o dia todinho sentada tirando camarão, aí quando vem cansada do dia a dia, do dia que tava sentada tirando camarão, voltar a pé de novo? Tem gente que diz “Ah, é bom que faz caminhada”. Sim, caminhada quando você está na sua casa repousando e você vai caminhar pra sua saúde, mas pra ir trabalhar? Chegar lá cansada? Nem descansar e já pegar no camarão, e depois voltar de noite pra casa, a pé? Correndo o risco de ser assaltada?”* (Francinete).

A intervenção da Prefeitura mudou radicalmente a vida dessas famílias, prejudicando a comunidade em diversos aspectos. O Poder Público, que deveria zelar pelo bem-estar da população, ofertando condições realmente dignas para o povo, não só de moradia e trabalho, mas de segurança, transporte, educação, lazer e vários ‘etcéteras’, é, na realidade, o responsável por criar situações que fazem essas pessoas passarem por dificuldades/necessidades que antes não passavam. E é importante ressaltar, ainda, que se trata, sim, do celular, da bicicleta e do peixe que foram roubados, da insegurança e do risco constantes, do deslocamento desgastante que prejudica no trabalho e no orçamento, da restrição na mobilidade urbana e de uma série de outros fatores. Mas se trata também (e talvez principalmente) das violências e agressões à dignidade dessas pessoas. Os problemas narrados por essas mulheres dizem respeito a um cotidiano que foi transformado contra a sua vontade, abrupta e violentamente. E a pergunta de Francinete ecoa: isso é dignidade?

Francinete desabafa: *“É, Erise, é a realidade. Do nada você vê sua vida transformada. Da noite pro dia. Quando é você que muda, você opta por aquela mudança, aí é você que tá optando por aquilo. Se for bom ou ruim, mas foi você que optou. Mas quando é os outro que toma decisão por você... Então quer dizer que o ser humano, a vida do ser humano não vale nada? Não tem... Eu também tenho sentimento, eu também tenho pensamento. Eu preferia ter optado, assim, eu ter optado, mas não os outro escolher ou optar por mim. Que falta de respeito é essa? Onde é que ficou o respeito pelo ser humano? Pelo próximo? E aí?”* (Francinete). As vozes dessas pessoas foram extremamente negligenciadas e silenciadas, enquanto um outro falava em seu lugar e em seu nome, tomando decisões que afetavam as suas vidas e seu cotidiano.

Se a Prefeitura alegava que o projeto de revitalização elaborado para a comunidade tinha como prioridade o bem-estar dos moradores, proporcionando condições de moradia e trabalho dignas, o que vemos na prática é bem diferente. Antes de mais nada, o projeto não foi elaborado para a comunidade, mas sim para atender demandas do turismo, como já pontuamos. Não sendo para a comunidade, não foi discutido e elaborado com ela, não teve participação dos pescadores e das marisqueiras, nem do restante da sociedade civil. Sem as vozes e mãos dos moradores, o projeto não atendeu às suas demandas.

Não existe dignidade em ser expulso violentamente da casa em que morava, da comunidade que vivia. Não existe dignidade em, sendo expulso, ser obrigado a arriscar a própria vida dia após dia para ir trabalhar, levar as crianças na escola ou circular pela cidade. Não existe dignidade quando não se é consultado a respeito do que é melhor pra sua própria vida, sobre o que é dignidade para si mesmo. Para a Prefeitura e para o juiz que proferiu sentença favorável à municipalidade, o Centro Pesqueiro (que até o presente momento não foi entregue aos pescadores), os apartamentos no residencial longe de Jaraguá, os abrigos extremamente precários/inadequados, o mixuruca/insuficiente aluguel social, a moradia paga no distante conjunto Carminha, podem ser elementos que dão dignidade a alguém, mas para a comunidade, principal interessada e afeta pelas ações efetivadas durante todo esse processo, não dão dignidade nenhuma. *“Pra mim, isso não é dignidade. Dignidade era onde a gente tava [Jaraguá], que a gente tinha o trabalho da gente perto, a gente tinha... porque dignidade não é uma casa de tijolo. Pra mim, dignidade é barriga cheia, e aqui [Trapiche da Barra] a gente não tem. Se a gente não descer pra trabalhar, muita gente aqui passa necessidade, a verdade é essa. E lá [Jaraguá] não. Lá a gente tinha uma vida prática, pegava muito peixe, muito camarão, né? A gente esperava os barcos de madrugada pra fazer um pirão de peixe... Era assim a rotina da gente lá em Jaraguá. A gente dizia: “Oh, fulano vai chegar tal hora.”*

“Que hora?” “Doze hora, uma hora [da tarde]”... A gente esperava, porque a gente sabia que vinha com o peixe e a gente comia aquele peixinho fresco. Aqui a gente não tem essa liberdade.” (Neide).

Como já pontuado, não se trata apenas das dificuldades materiais que a remoção trouxe para essas famílias. Neide sinaliza que dignidade tem a ver com a liberdade de um cotidiano onde não era necessário se dividir entre trabalhar e morar/conviver com as pessoas da comunidade, já que se tinha tudo isso num mesmo lugar. E é dessa liberdade de um cotidiano compartilhado em um território onde se trabalha e se vive que Francinete sente falta: *“Eu sinto falta de tudo. Eu sinto falta de tudo. Principalmente da chegada dos barcos, quando os barcos chegavam da maré, que a gente ficava lá esperando a produção descer, que a gente ia tirar camarão, limpar o peixe. Nada disso a gente faz mais. Faz sim, com sacrifício, né. Não é como você morava lá. Lá, até de madrugada, você se levantava e ia pegar uma produção. E aqui? Não tem mais, não tem mais condições. Ou você fica lá, dorme lá, ou então você perde a sua produção. Tem segurança nenhuma lá. Deus sabe, meu Deus, tudo que eu faria de novo pra voltar pr’ali... Pelo amor de Deus. Não é nem questão de ser mais fácil. Assim, era porque você tinha a sua infância toda num lugar, como eu já falei, perto de tudo, convívio com as pessoas que você gosta, no dia a dia. Lá, todo mundo se ajudava, todo mundo amigo. E aqui, muda radicalmente, da água pro vinho. Lá era tudo mais fácil em tudo.”* Nessa mesma direção, quando pergunto do que Enaura sente falta no cotidiano da Vila, ela responde: *“A praia, as pessoas, que a gente era mais... tinha um contato maior. Não sei nem explicar... O convívio que era melhor e a gente encontrava mais as pessoas, conversava... [...] Agora é muito mais difícil você encontrar as pessoas porque as pessoas sempre tão correndo. Passam o dia lá na comunidade. E aí, assim, bem apressadas em terminar todo o seu trabalho pra voltar.”*

A comunidade, quando em Jaraguá, tinha a capacidade de agregar seus moradores, uma das características apontadas por Cavalcanti (2012) como mais importantes nos lugares escolhidos pelo homem. Lá, os moradores se encontravam, conversavam, conviviam. Acontecimentos que nos remetem ao “lugar praticado” do qual nos fala Michel de Certeau (2008), um lugar que se anima pela presença das pessoas, que existe a partir das vidas que nele se movimentam e acontecem. Com a remoção da comunidade, o lugar ‘deixou de ser praticado’. O novo local de moradia não apresenta a mesma capacidade de agregar as pessoas. A distância entre o novo local de moradia e o local de trabalho gerou uma grande mudança no convívio entre os moradores, que agora têm que se dividir entre o lugar onde trabalham e o lugar onde moram. A mudança no cotidiano e na convivência modificou,

também, as relações, os vínculos e o sentimento de viver em comunidade, que agora se encontram fragilizados. *“Eu acho assim, no meu ponto de vista, a Prefeitura acabou com a Comunidade, acabou com o sentimento das pessoas, do dia a dia. Até os familiares mesmo se afastaram, depois dessa retirada, né, se afastaram. Uns tão morando em aluguel social, muitos não tem onde ficar (como a gente tava na pele deles sofrendo junto com eles). [...] A comunidade acabou, assim, de certa forma. Porque lá era todo mundo vizinho, lá todo mundo tinha uma rotina de todos os dias tá na beira da praia, não só os pescadores, como as crianças, como quem não fazia parte da pesca tava sempre ali na beira da praia, tava sempre na comunidade, tava tirando camarão, todo mundo junto, entendeu? Então a partir do momento que todo mundo se afastou...”* (Neide).

Se antes as famílias compartilhavam um cotidiano em comum, morando e trabalhando no mesmo território, com os pescadores saindo para pescar, as marisqueiras esperando o pescado a ser tratado e os vendedores na balança, enquanto as crianças circulavam e brincavam pelo espaço, junto de suas famílias, agora as rotinas estão diferentes e as famílias têm de lidar com um convívio reduzido e com uma relação diferente com o lugar. *“Mudou. Mudou completamente, mudou tudo, pra pior, mudou. O que a gente fazia lá, aqui não tem. Uma área de lazer que tem aqui é uma quadra. [...] Uma praça que não tem parquinho pra brincar. Lá em Jaraguá tinha, tinha a beira da praia enorme pra brincar. Na frente tinha o Ponto de Cultura pras crianças, na frente tinha a praça do MISA, as mães ficavam lá sentada com as crianças brincando. A gente ia tirar os camarões, ficava todo mundo lá reunido trabalhando, brincando. E aqui, não tem mais isso. Você não vê mais uma criança brincando que nem lá. Eu não vejo aquela felicidade nessas crianças que vieram pra cá. Os meninos, a minha filha mesmo, os meninos que eu vejo que vieram por último é mais dentro de casa. Se não, quando a mãe vai pra lá, que leva eles, aí eu vejo eles brincando lá, tudo feliz, tomando banho de praia. Pra eles, na cabeça deles, eles ainda não saíram de lá, né. E voltaram a fazer tudo o que eles gostavam de fazer lá, e aqui eles não fazem.”* (Francinete).

Francinete explica que da mesma forma que foi criada em Jaraguá, gostaria de ter criado as filhas e os netos. Para diminuir as modificações na rotina de uma de suas filhas, optou por mantê-la estudando na mesma escola em que estudava quando morava em Jaraguá, mesmo com o gasto a mais com transporte, pois não achava justo tirar a criança do convívio com colegas de escola e professora, já que com a remoção já estava passando pelas mudanças de convívio com as outras crianças da comunidade. Um dos netos, de apenas dois anos, também sente falta de Jaraguá. Mesmo com o pouco tempo que pôde viver ali, já identifica a comunidade como sua, como ‘sua favelinha’, assim como a filha de Francinete, que ainda

hoje deseja voltar também para ‘sua favelinha’, apontando que desde cedo se sentiam fazendo parte do lugar, que as relações de pertencimento entre os moradores e a comunidade começavam desde muito cedo. *“Assim como eu fui criada lá, eu queria ter criado minhas filhas e meus netos, mas não foi possível. Também eu não achei justo além de tirar minha filha do convívio dela, que era a moradia lá, com os coleguinhas... [...] O que já é duro pra uma criança, sair do convívio dela, que ela nasceu e se criou ali. Até hoje ela fala “mamãe, eu quero a minha favelinha, eu quero voltar pra minha favelinha”. Menos de dez minutos ela tava no colégio, andando, e agora não, tem que pagar uma lotação pra levar ela. Aí, tudo isso, Erise... Eu não achei justo além dela perder o convívio lá da moradia, perder o convívio no colégio com os coleguinhas. Como é que deve tá a cabeça dela, o psicológico dela, né? [...] Eu não quero que a minha filha pague pelo erro dos outros não. Aí, eu preferi, pro bem dela, deixar ela lá. [...] O que mais dói é quando [ela] chega pra mim e fala “mamãe, tô com saudade da minha favela, da minha favelinha”. Lá, era barraco? Era. Mas era meu. Tinha uma área só pra ela brincar, pegava as coleguinhas dela e ia brincar. E aqui, ela não tem mais isso. Tanto ela quanto meu neto. Dói, dói muito, né. [...] Pra você ter uma ideia, no telefone da mãe dele tem o YouTube, ele mesmo mexe, ele vai lá, minha filha, só coloca “favela do Jaraguá”. É, dois anos de idade que ele tem, mas os vídeos que ele quer assistir é só sobre a favela do Jaraguá, ele fala “ó, mamãe, minha favelinha”. É, é de partir o coração, só ver pra crer. (Francinete)*

Mães e filhos perderam a possibilidade de compartilhar um dia a dia em comum, as crianças perderam o contato com o território onde cresceram, onde brincavam juntas e sob os olhares de suas famílias. Agora longe de seu território, essas crianças não parecem estar tão felizes como eram em Jaraguá. *“O meu sobrinho de dois anos, até hoje ele fala na favela... Chega me dói o coração quando eu levo ele lá. Ele faz “Eu morava aqui.”, porque a única coisa que sobrou do terreno foi o pé de amêndoa da casa da minha mãe. Quer dizer, então quando eu vejo aquele pé de amêndoa, só Deus sabe como meu coração fica, porque eu sei que ali foi tirado a força, a gente não saiu porque a gente quis. E ele, a criança de dois anos, ela é um computadorzinho, ela lembra. Quer dizer, o psicológico dessa criança de certa forma tá abalado, né? Não só dela, como muitas crianças. Se você perguntar à maioria das crianças aqui se prefere aqui no Trapiche ou lá na favela, muitos, eu acho que 70%, vai dizer que prefere a favela. Que prefere tá lá em Jaraguá.” (Neide)*

Assim, o cotidiano das crianças foi bastante afetado. No novo local de moradia, o dia a dia e as práticas culturais e de lazer mudaram. *“A gente vê os meninos muito soltos aí, sem ter muito o que fazer, sem ter muito... Não ter muito o que acrescentar. Ou eles tão na escola, ou*

*eles tão na quadra ou eles tão fazendo nada. [...] Essa geração tá se perdendo aí. E assim, se não tivessem tirado isso da gente, esse direito, hoje o Ponto [de Cultura] tava aí, tinha crescido*²⁹. *O maracatu, o Dalmo [professor de maracatu que atuava pelo Ponto de Cultura] com os meninos, que é uma pessoa que a gente nunca mais viu, que os meninos não têm mais contato, pra você ter uma ideia das coisas. Tinha a Sil [Sirlene, professora de capoeira], né, que tava com os meninos... E aí... E ia, né, fluindo coisas boas, mas foi se perdendo e hoje eu não vejo essa geração da gente com muito futuro não. Diferente de lá. Muito diferente. Muito, porque eles não têm... Eles ficam ociosos, sem ter o que fazer. Vai pra escola, da escola vai pra casa, vai pra beira da praia jogar bola. Pronto, é isso. Vai pra quadra fazer ‘zuada’ [barulho] de noite. Pronto, mulher, é o que eles têm pra fazer. Na Vila era diferente. Na Vila eles tinham a preocupação de ganhar o dinheiro deles, né, eles tinham a preocupação de ir pra escola, de ir pro ensaio do maracatu, de ir pro ensaio com a Sil. Quando o Dalmo e a Sil não iam, eles ficavam “Nau, cadê o pessoal, não vem não?”, a gente se juntava, saía, ia pra evento. Quantas vezes eu fui com Enaura pra evento fora, né, do Ponto? Era uma coisa que juntava a comunidade. A comunidade tava sempre presente, né? Aí tinha os eventos da praça, você sempre tava por perto participando. Era coisa de longe que vinha, que juntava gente. Teve os eventos na Vila... Quer dizer, tudo era em prol das nossas crianças, era em benefício da Vila, das nossas crianças, dos nossos jovens. E hoje, aqui a gente não vê, né? A gente não vê. Porque foi coisa que acabou e não tem como resgatar. A gente não sabe como resgatar. Porque se a gente conseguisse resgatar, eu acho que ainda dava tempo, viu? Dava tempo, porque eu sei que o Dalmo e a Sil e outras pessoas tariam aí, disposto a dar o apoio. Vocês também, né, enquanto universidade, davam apoio pra gente, suporte pra que a gente chegasse no que a gente realmente quer pra esses jovens e essas crianças nossas.” (Dona Lena).*

Além de perderem as atividades culturais e de lazer, as crianças perderam também a possibilidade da presença das mães em seus cotidianos, já que agora trabalhando longe do lugar de moradia, as mulheres precisam deixar os filhos em casa enquanto vão trabalhar em Jaraguá. *“As mulheres vêm com compromisso de deixar os filhos... Então uma das coisas que eu acho que é uma das piores que aconteceram, é que lá as mães sempre tavam perto dos filhos, e aqui já é diferente. Eles ficam enquanto elas vão. Assim, ser criado solto, sem ninguém e sem nada. Lá a gente ainda tinha o projeto [do Ponto de Cultura]... as mães tavam*

²⁹ Com a remoção da comunidade de Jaraguá, o Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-á-guá parou suas atividades, já que no novo local de moradia não existe um espaço físico para seu funcionamento. Para mais informações: <http://alagoasboreal.com.br/noticia/2113/maceio/depois-de-demolido-ponto-de-cultura-enseada-das-canoas-yar-a-agua-suspende-atividades>

lá e a gente ainda tinha o projeto. Hoje a gente não tem o projeto e eles não tem o projeto e nem tem as mães perto. É uma coisa bem complicada.” (Enaura)

Neide explica como era o dia a dia com seus filhos antes da remoção: *“O dia-a-dia era de uma mãe presente, né? Presente, porque eu acordava de seis horas da manhã, acordava os dois, levava os dois pra a escola, onze e meia ia buscar os dois, trazia, o almoço tava pronto então almoçava, né? Meu filho ia pro Segundo Tempo³⁰, eu ia deixar ele também lá em Jaraguá e sempre tava em casa. O trabalho era perto, né, na beira da praia. Eu morava próximo à pista, mas era na beira da praia o meu depósito. Eu ia pra lá, trabalhava, né, gelava a mercadoria, e voltava pra casa. E eles tavam sempre em casa, o dia todinho eu acompanhando eles, né... Eles tavam brincando com quem... E aqui eu não tenho essa liberdade, porque aqui, a partir do momento que eu saio de sete horas da manhã e eles vão pra escola, né, a outra pessoa vai poder onze e meia/meio dia trazer eles pra casa? Eu não vou ver o que eles tão fazendo até sete horas da noite. Quer dizer, é pedir a Deus que eles não andem com inimizade, né? Mas tem uma das irmãs que eles ficam na casa. Mas nem sempre também ela tá em casa, que ela também trabalha, tem que olhar isso. Como já é adolescente, eu peço pra ele tomar conta da casa até eu chegar, fazer o que? Eu me sinto acuada com esse tipo de relação com meus filhos, né? Porque a Prefeitura fez com que a gente se separasse. Não sou eu não, são muitas mães nessa situação, são muitas crianças nessa situação. Aí eles falaram que ia dar dignidade. Que dignidade é essa? De tirar o lazer, de tirar sua autoridade de mãe? A verdade é essa. Aí eu saio de manhã e fica complicado pra mim. "Olhe, cuidado, meus filhos", né? Responsabilidade eu sei que eu vou ter pro resto da vida, manter eles na escola... Mas assim, além da Prefeitura interferir nessa relação, de amigos, sei lá, que tem muitas pessoas que tá distante... A gente sai de manhã, chega de noite cansada, e entra nos apartamentos, fecha a porta e não vê ninguém. E lá não, lá era o dia-a-dia, a gente conversava, tava sempre na porta conversando, entendeu como é? A gente saía: "olha aí meu filho, vou aqui em tal canto", e aqui não tem isso. Tanto é que as crianças que veio pra cá, tão perdendo o gosto pela pesca, né? Muitos não tão descendo, porque além de ser muito longe (são quarenta e cinco minutos), imagine andando quarenta e cinco minutos. De bicicleta dá vinte/vinte e cinco, dependendo do vento. As crianças não vão sair daqui pra ajudar a lavar uma rede, como ajudava, a catar uma produção, tá difícil, tanto é que tem pessoas procurando outro tipo de emprego.” (Neide)*

³⁰ Segundo Tempo é um Programa do Governo Federal que funciona no contra-turno escolar, dando suporte para o desenvolvimento de atividades esportivas, atuando prioritariamente em áreas consideradas de vulnerabilidade social.

Se antes as crianças aprendiam o ofício através do convívio, agora elas estão cada vez mais distantes das atividades relacionadas a pesca. O que preocupa Enaura, que chama atenção para o risco de se perder a tradicionalidade da atividade pesqueira. *“Olha, a questão da tradicionalidade, ela acaba porque os jovens não estão continuando. Então você chega na comunidade, você não vê... O jovem, eu digo aqueles que têm entre quinze e dezoito anos, que faziam, que tavam sempre por perto dos pais. Agora você vai achar esses meninos entre quinze... Aliás, dos dez aos dezoito anos, eles aqui, sem fazer nada. Então esses adolescentes, eles tão aqui sem fazer nada. Em outros tempos, quando a gente vivia na comunidade em Jaraguá, eles sempre tavam junto com os pais aprendendo o ofício e ajudando os pais, que é uma coisa que é obrigação deles, porque o jovem que morava na comunidade de Jaraguá, e que tinha dezoito anos, entre quinze e dezoito anos, será que o pai vai pegar uma caixa pesada de camarão e o filho não pode ajudar? Então se o filho não tá ajudando o pai hoje a fazer essas coisas, o que é que ele pode tá fazendo? Então a gente sabe que isso vai acabar, porque se os jovens não vão mais pra comunidade pra fazer esse trabalho e os mais idosos, que tem mais de cinquenta [anos], eles não tão aguentando mais, então vai acabar a pesca em Jaraguá. Vai chegar um dia que não vai ter mais.”*

“Os filhos dos pescadores que moravam lá, que vieram pra cá, já não estão mais pescando que nem pescavam lá. Tão fazendo o que? Tão aprendendo a surfar aqui. Por que é o que? Porque aqui é praia de surfista. Praia de surfista tem é o que? Tem mais é que surfar, não pescar. Acabou a tradição, acabou tudo! Não tem mais aquela tradição, de passar de pai pra filho. Acabou. O meu sobrinho mesmo, ele pescava, já não tá pescando mais. Agora, só vejo ele surfando, porque esse mar é para surf, o mar de pesca é lá em Jaraguá.”
(Francinete)

A mudança de território ameaça a continuidade da cultura da pesca, que produzia e era produzido pelos sujeitos no imbricamento do habitar, viver e trabalhar no território. Albuquerque, Albuquerque e Peixoto (2012), apontam para a possibilidade de desarticulação de toda uma cadeia produtiva significativa, essencial à sobrevivência da comunidade e representativa de uma tradição na cidade de Maceió, podendo apagar uma parte da gênese da cidade litorânea, eliminar provas materiais de suas raízes. Apontam, ainda, os riscos relacionados a não manutenção de vínculos afetivos e comunitários. Entendemos, assim, que as consequências da remoção da comunidade de seu território vão muito além de uma mudança de endereço (que já é, por si só, muita coisa). Não só as casas foram destruídas, mas muito da relação de pertencimento com o lugar e, conseqüentemente, com a cultura da pesca.

Mais que uma mudança de endereço, essas famílias tiveram suas vidas modificadas, seu dia a dia e relação com o lugar, com o trabalho, com os vizinhos e familiares.

Compreendendo que os sujeitos e os lugares se constituem mutuamente, numa relação que diz respeito à dimensão do pertencimento, do afeto que se dá no dia a dia, entendemos que o rompimento violento com a continuidade da vida em Jaraguá prejudica a forma como essas pessoas vivenciam e se relacionam com um novo lugar ao qual elas não pertencem, pelo qual não têm afeto. Um lugar que não foi construído por elas, a partir de uma relação espontânea, mas pela força violenta do poder do Estado.

Não à toa, Dona Lena não se sente bem no novo lugar de moradia, não sente que aquele é o seu lugar. *“Eu não me sinto nesse lugar. Eu sou sincera. Por isso que eu digo a você que eu era muito bem no Jaraguá, lá na Vila, e eu não me sinto bem aqui. Porque pra mim, aqui não significa muita coisa, entendeu? Não gosto de tá aqui, tô porque eu não tenho, né, não tenho pra onde ir e tenho que ficar, entendeu? Mas assim, vontade de estar aqui, me sentir bem por tá aqui, também não. E assim, falar do lugar, eu não tenho muito o que falar, né, porque é um lugar que eu não me adaptei, eu não gosto de tá. [...] Eu não me dou bem aqui mesmo, eu não me sinto bem. É horrível dizer isso, mas eu não me sinto bem, aí eu não tenho muito o que falar daqui. Mas da Vila, né? Da Vila, misericórdia, da Vila eu tenho o que falar e muito. [...] Porque assim, sabe, se eu me sentisse bem aqui, eu diria: “Não mulher, graças a Deus eu tô bem”, mas eu não tô, eu não posso dizer aquilo que eu não sinto. Eu não gosto disso. Gosto de dizer a verdade.”* (Dona Lena)

Em outro momento da conversa, ela explica como se sente morando nos apartamentos do Trapiche da Barra: *“É assim, não existe aquela coisa que você não se vê... Não tem roupa que você não se vê vestida? Pois eu não me vejo aqui. Estou aqui, mas é como que o meu coração, a minha mente, tudo, né, vivesse no Jaraguá. Essa semana... Pronto, naquele dia, você é uma das testemunhas daquela noite, essa última noite que a gente se viu, que eu... Quando a gente veio embora, aí quando você foi embora... Enaura sabe disso. Aí eu disse... As meninas subiram, aí eu disse “Já vou pra casa” e não entrei no prédio. As meninas ficaram “Oxe, Lena, vai pra casa?”, “Vou pra casa”, não entrei no prédio. Quer dizer, eu não me vi ali, né? Eu não me vejo aqui, apesar de eu estar, eu não me vejo morando aqui. Aí pra mim, na mudança... A mudança, pra mim, ela não fez... Não foi mudança, não foi mudança. Pra mim, no meu modo de ver, não foi uma mudança. Eu não me sinto bem e aí pra mim, é como se não tivesse acontecido nada. Não tenho muito o que falar sobre esse lugar. Queria falar o contrário, entendeu? Já tá com um ano [a conversa aconteceu em 2016], né, fez agora, que eu tô aqui, mas eu não vejo mudança, porque lá no Jaraguá, ainda que com*

pouco espaço, vamos dizer assim, né, pra gente... Mas a gente se sentia bem, entendeu? A gente se sentia..."

O dia a dia mudou para pior. E em um contexto de grandes e violentas transformações, as relações com o lugar foram afetadas e prejudicadas. Se em Jaraguá as pessoas sentiam e vivenciavam uma forte relação de afeto e pertencimento com o lugar em que trabalhavam e moravam, no novo local, essa relação muda completamente. A configuração do espaço, a verticalidade da moradia, também causam estranhamento e sofrimento. As lógicas de funcionamento do espaço e de seu uso mudam. *"Lá, morando em Jaraguá, era melhor. Aqui eu me sinto sufocada, é um local pequeno. Eu moro no primeiro andar, que pra gente que sempre morou em casa é bastante difícil. Mas... É diferente. Você morando em casa, quando você bota o pé na rua, você vem, sai, você bota o pé na rua, você... e aqui, você desce a escada... É meio complicado e difícil. É difícil as pessoas morarem dessa forma. A gente acha. Você fica mais preso, não consegue... Não tem uma vida... A vida fica diferente."* (Enaura)

Essas pessoas não se sentem parte do novo espaço, não lidam com o dia a dia do mesmo jeito e, colado ao fato de se sentirem não pertencentes ao lugar, não o vivenciam como vivenciavam Jaraguá, não criam raízes. Se deparam diariamente com o sofrimento de estarem num lugar pelo qual não sentem afeto, um lugar com o qual não estabeleceram uma relação de pertencimento. *"Até hoje eu sofro. Não gosto daqui, não vou mentir, todo mundo sabe. Vim pra cá porque fui forçada, forçada pela polícia como a gente vê em último jeito, em último caso. Por pouco, não entrei em depressão. As minhas irmãs tudo em cima de mim porque eu só vivo dentro de casa. Até hoje, eu vou pro trabalho, quando chego, eu me tranco. É difícil eu ver minhas irmãs. Quando elas chegam lá em casa, eu tô dentro do quarto trancada. Essa daqui [apontando pra Marina] fala tanto comigo... Eu não saio pra canto nenhum, é do trabalho pra casa. Quando eu chego em casa, me tranco. Aí, eu fico pensando na minha vida de antes, sabe... Na minha agora. Tem hora que eu peço, pedia tanto a Deus pra minha infância voltar, alguns anos atrás, pra passar lá de volta. Passo por lá e não vejo nada."* (Francinete). Francinete pensa no passado, querendo trazê-lo de volta, vivenciá-lo novamente. A memória do lugar se mantém viva.

Nesse sentido, entendemos que apesar de tantas violências, resta, para essas pessoas, as memórias de uma história que construíram em Jaraguá, em sua comunidade. E foi por isso que decidimos contar um pouco dessas histórias aqui. Porque lembrar é, de certa forma, manter vivo. Manter em circulação as violências e injustiças, para denunciá-las, e manter também os afetos, para seguir existindo. *"Assim, apesar dessa retirada brusca, e tudo que*

aconteceu, mas o que eu tenho em mente é cada bequinho daquele da favela, cada casa... Ainda me lembro onde é a minha casa. Se você me botar hoje e disser assim “Onde é que você morava?”, eu vou dizer: “Eu morava aqui, nesse exato local.”, porque ali na faixa de pedestre era o ponto de encontro de todo mundo, né... Que na frente era a casa da minha irmã, ao lado era a venda do meu pai e em frente mesmo, na segunda casa era a casa da minha outra irmã e na quarta casa era minha, eu sei exatamente cada... Quando eu fecho assim na mente, parece que eu vejo a favela com seus barraquinhos, com seus becos... Tudo, tudo, tudo. Quer dizer, isso daí nem a Prefeitura nem ninguém vai apagar da mente da gente, pelo menos isso. Ele [prefeito] ainda não manda no pensamento da gente, graças a Deus, porque se mandasse, a gente tava lascado, a verdade é essa. Então cada bequinho ali é uma história que tem, uma história de vida, um carinho que a gente tem muito grande por aquele lugar. Muito. Eu mesmo... O povo pergunta “Onde você mora?” eu digo “Em Jaraguá”, juro a você. Eu nunca disse que moro no Trapiche. E a gente foi escorraçado, expulso de Jaraguá, mas ainda moro lá. O pedacinho que restou da favela, ainda tô lá. Que sobrou um pedacinho só, naquele pedacinho que eu me seguro até hoje, pra não esquecer. E nunca vou esquecer... Ah, minha filha, se eu viver cem anos, cem anos eu vou lembrar dessa retirada brusca. Sempre vou lembrar de onde eu morei.” (Neide).

5. Considerações Finais

Ao final dessa dissertação, queremos dizer que essas considerações na verdade não são finais. E dizemos isso porque esperamos que elas não cessem de considerar e reconsiderar, que elas não esgotem os assuntos, as narrativas, as possíveis histórias a serem contadas ou as inquietações acerca das subjetividades e dos territórios.

Buscamos, nessa dissertação, registrar histórias de vida e memórias da comunidade de pescadores de Jaraguá e, através desses registros, problematizar as relações existentes entre território e subjetividade, considerando o contexto histórico e político dessa comunidade. Buscamos, também, investigar como os acontecimentos da remoção e da mudança de território de moradia afetaram e tem afetado as vidas dos moradores. Para isso, trouxemos as narrativas de Enaura, dona Lena, Francinete e Neide, que nos conduziram por uma história sobre a comunidade.

A partir do diálogo com Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter Benjamin, nos relacionamos com essas narrativas assumindo o compromisso ético e político de construir uma história do presente, que se ocupou em problematizar as narrativas dos vencedores, apontando para a possibilidade (e necessidade) de contarmos uma outra história, agora, trazendo para a superfície os destroços que foram deixados para traz na edificação de uma história falsamente universal. Apostamos na potência de contar uma narrativa dos vencidos para interrompermos a falsa linearidade e unanimidade da história contada pelos vencedores e assim, fazer justiça a essas vidas infames, vencidas, nuas e matáveis.

No primeiro capítulo, apresentamos os aspectos teórico-metodológicos que atravessaram a construção da pesquisa, situando a escolha pelo trabalho a partir do diálogo com os autores supracitados e a escolha de trabalhar com narrativas, explicitando o posicionamento ético, político e epistemológico adotado. Posteriormente, contamos brevemente sobre como as conversas com as narradoras aconteceram e sobre o tratamento que as narrativas receberiam na dissertação, como seriam apresentadas no texto e o porquê do formato escolhido.

No segundo capítulo, buscamos contar um pouco da história da comunidade, sobre seu surgimento, sobre o dia a dia dos moradores e sobre as relações que construíram e vivenciaram com o lugar e com as atividades relacionadas à pesca. Nas narrativas de Enaura, dona Lena, Neide e Francinete sobre a comunidade, e sobre o cotidiano está presente a dimensão de afeto e de pertencimento com o território, de subjetivação através da relação com o lugar e com as pessoas que ali viviam e trabalhavam. Elas falam de um modo de existência

que se constitui e se desenvolve na relação direta e diária com o lugar ao qual se sentem pertencentes. Ainda nesse capítulo sinalizamos que em dado momento, devido a uma compreensão da cidade como um produto a ser vendido, como cidade-mercadoria, esses modos de existência passam a ser considerados pelo Estado como incompatíveis com o cenário de ‘avanço’ local, já que não possuem riqueza e poder suficiente para estar ali.

Nessa direção, no terceiro capítulo, contamos como no cenário de uma cidade-mercadoria a comunidade passou a ser alvo de uma série de tentativas de remoção do local onde fincou suas raízes e, nesse ínterim, passou a ser alvo de uma série de discursos e práticas que buscaram desqualificá-la e descaracterizá-la, com o objetivo de construir a imagem de que os pescadores e as marisqueiras atrapalhavam o desenvolvimento urbano do bairro de Jaraguá e, por esse motivo, deveriam ser removidos dali, para seu próprio bem e para o bem da cidade. Assim, o Estado e suas tecnologias de poder se ocupam em exercer sobre esses modos de vida uma série de violências que tem como fim a remoção de um grupo de pessoas que são encaradas como vidas menos importantes e como empecilhos ao progresso. Ainda nesse capítulo, contamos sobre a resistência e a luta dos pescadores e das marisqueiras pela permanência no território, e para reafirmar e fortalecer sua identidade, suas relações comunitárias uns com os outros e com o lugar, seus modos de vida. Porque, se por um lado o Estado agia desqualificando suas existências, por outro, a comunidade resistia e lutava, já que segundo Enaura: “diz o ditado que “Quem pode, manda; quem tem juízo, obedece”, no nosso caso, na nossa comunidade, “Quem pode, manda, mas quem tem juízo resiste e luta.””³¹ E contar essas histórias, trazer à tona essas memórias e narrativas é uma forma de ainda seguir resistindo e lutando.

Posteriormente, ainda no capítulo três, falamos sobre as consequências da remoção da comunidade e da transferência para as novas moradias, no bairro do Trapiche da Barra. Esse novo território é como uma roupa que não cabe, que não serve, porque aqueles corpos, aqueles modos de vida têm o formato que se molda à comunidade em Jaraguá, se constituíram e configuraram para caber no território pelo qual têm afeto, onde se sentem pertencentes.

Mas a história que contamos não falou somente daquele pedaço de terra ou daquelas pessoas que ali viviam, de suas memórias, lutas e de sua relação com o lugar. Falou e fala também de nós e do modelo de cidade que vivemos e nos interroga: É isso que queremos? Quanto mais de violência e injustiça seguiremos tolerando? Continuaremos construindo uma

³¹ Fala extraída do documentário “Quem tem juízo resiste e luta”, realizado através do edital PIBIP-AÇÃO 2014 (PROEX/PROPEP/UFAL), coordenado pelos professores Marcos Ribeiro Mesquita e Simone Maria Hüning. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERTismF3kHg&t=1122s>

cidade que expulsa seus habitantes de seus lares? Que levanta santos e derruba terreiros? Esperamos que não. E esperamos que essa dissertação tenha alcançado e afetado os leitores tanto quanto nos afetou, que tenha doído e feito sangrar, como um dedo numa ferida aberta que nunca vai cicatrizar. Que tenha proporcionado a experiência potente que é o encontro com o outro e possibilitado uma aproximação com uma história de violência e injustiça, mas também de afetos e de resistência. Esperamos, ainda, que Enaura, dona Lena, Neide e Francinete, sejam encaradas como exemplos de luta e empoderamento e que aprendamos a olhar para tantas outras pessoas que estão espalhadas pelas cidades, às vezes por trás dos muros invisíveis que criamos cotidianamente. Pessoas que devem ter suas vozes ouvidas e ecoadas.

Gostaríamos de ter contado um outro desfecho para essa história. Mas afinal, o desfecho que contamos é, infelizmente, o mais comum e esperado em uma sociedade e em um modelo de cidade que focam no progresso econômico para alguns em detrimento do progresso humano para outros. Um progresso que produz escombros, que se constrói e mantém em cima dos destroços e das ruínas dos vencidos. Que produz expulsões, restos, sombras e mortes, e que precisa deles para se manter em funcionamento. Mas aqui, é importante pontuar que se por um lado produzimos restos, por outro, produzimos possibilidades de resistências. Nos restos existe vida, potência, memória. E através do resgate desses restos, do eco das vozes, memórias e narrativas dos vencidos, é possível resistir, lutar e construir uma nova história. História que mantenha viva a Vila dos Pescadores de Jaraguá, que mantenha viva nossa própria história e humanidade.

E o que mais falar, então? “E viveram felizes para sempre”? Acredito que não. Enquanto a partida de futebol narrada por Primo Levi (1990) seguir acontecendo, enquanto continuarmos assistindo à ela e permitindo que dela saiam vencedores e vencidos, essas histórias não vão ter finais felizes. A partida de futebol aconteceu e segue acontecendo. Com essa comunidade e com outras tantas espalhadas pelo país. O massacre acontece diariamente com determinados grupos, com determinados modos de vida. Vidas nuas, vidas matáveis, vidas infames e vencidas. Esperamos que deixemos de assistir a esse espetáculo. Que enfim entendamos aquela partida de futebol e a expulsão da comunidade de pescadores de seu território, que nos inquietemos e incomodemos, para, aí sim, acabarmos com sua continuidade. Do contrário, “nunca mais haverá esperança” (AGAMBEN, 2008, p. 35).

REFERÊNCIAS

ABRACE A VILA. **Um ano sem Vila**. Maceió: FB, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abraceavila/photos/a.1454549081472130.1073741828.1454090561517982/1724760911117611/?type=3&theater>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

ABRACE A VILA. **Mais um ato de intolerância**. Maceió: FB, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abraceavila/photos/a.1454549081472130.1073741828.1454090561517982/1609041646022872/?type=3&theater>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

AGAMBEN, G. A potência do pensamento. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v. 18, n. 1, p. 11-28, jan/jun. 2006.

_____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In BRAGA, C.; MORELLI G.; LAGES, V. N. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004, Vol. 1, ed. 1, p. 23-69.

ALBUQUERQUE, A. M. G. DE; ALBUQUERQUE, A. A. DE; PEIXOTO, G. V. Jaraguá, uma vila de pescadores ameaçada: a Violência Simbólica do Poder Público contra as comunidades periféricas. In: **Anais do XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**. Montevideú, 2012. Disponível em: <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt15_albuquerque_andrea__0.pdf> Acesso em: 22 fev. 2015.

ALBUQUERQUE, A. A. DE; PEIXOTO, G. V.; ALBUQUERQUE, A. M. G. DE.. Uma demonstração do vigor da cidade: a resistência dos pescadores do Jaraguá, Maceió-AL. In: **Anais do III Seminário Internacional Urbicentros**. Salvador, 2012, p.1-20. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/anais/wpcontent/uploads/2012/10/ST175.pdf>> Acesso em: 17 set. 2015.

AMAJAR. **Antes de tudo, conheça-nos...** Disponível em: <<http://amajar.blogspot.com.br/2009/10/antes-de-tudo-conheca-nos.html>> Acesso em: 14 mar. de 2017.

AMORIM, K. **Famílias deixam Vila dos Pescadores no Jaraguá após decisão da Justiça Federal**. Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/270523/2015/06/17/familias-deixam-vila-dos-pescadoresno-jaragua-apos-decisao-da-justica-federal>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

AUGÉ, M. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 7ª edição. Campinas: Papyrus, 2008.

BAPTISTA, L. A. Silêncio e tempestade no Rio de Janeiro. Insolências da arte à cidade. In: RHEINGATZ, P. A.; RIBEIRO, R. M. L.; SZAPIRO, A. M. (Org). **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: modos de ser e habitar a cidade**. (1ª edição). Porto Alegre: Editora Sulina, 2016. cap 2, p. 27-48.

BARROS, Raquel Rocha de Almeida. Apropriações de espaços naturais e exclusão turística: o caso da Vila de Pescadores de Jaraguá, Maceió (AL) in Anais da II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste. In: **II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste**, 2009, Natal-RN. Anais da II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste, 2009

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. **Charles Baudelaire – Um lírico no auge do capitalismo**. In: Obras escolhidas; v.3, São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. Escritos sobre mito e linguagem. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156.

_____. **Passagens**. Org. Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BNB. **Prodetur**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/prodetur>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BEZERRA, J.; DENISSON, E. **Famílias retiradas da Vila dos Pescadores ocupam galpão da CBTU**. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=396932&e=13>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. Decreto 6.040 de 7 fevereiro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 14 nov. 2016.

BRUM, M. **Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CAVALCANTE, F. M. L. **O direito à moradia adequada e à segurança jurídica da posse – um estudo das normas internacionais e brasileiras aplicadas ao caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá, em Maceió.** 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió, 2016.

CAVALCANTI, I. P. de H. **Levada à Margem: A importância do lugar na memória da cidade de Maceió.** 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

CINARA, G.; AMORIM, K. Moradores resistentes lamentam desocupação após décadas de existência da Vila dos Pecadores. Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/270524/2015/06/17/moradores-resistentes-lamentam-desocupacao-apos-decadas-de-existencia-da-vila-dos-pecadores>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CINARA, G.; JR., P. C. **Famílias retiradas da Vila dos Pescadores serão colocados na escola Rui Palmeira.** Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/270528/2015/06/17/diretora-de-escola-diz-que-nao-tem-condicoes-de-receber-familias-do-jaragua>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas** – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COSTA, C. **Maceió.** 2ª edição. Maceió: SERGASA, 1981. (original de 1939)

DIDI-HUBERMAN, G. Cascas. Tradução de André Telles. Serrote: Uma Revista de Ensaio, Artes Visuais, Ideias e Literatura, São Paulo, n. 13, p. 99-133, mar. 2013.

DOSSIÊ VILA DE PESCADORES DO JARAGUÁ, 2011. Disponível em:
<<http://amajar.blogspot.com.br/2012/02/inscricao-no-livro-de-registro-oficios.html>> Acesso em: 4 mai. 2015

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v. 8. Disponível em: <https://projeto-phronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-historia-da-sexualidade-2-o-uso-dos-prazeres.pdf> Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Verdade, Poder e Si Mesmo. In: _____. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HOOK D.; HÜNING, S. M. Genealogia, Contra-Saberes e Psicologia. In: GUARESCHI, N. M. DE F.; HÜNING, S. M. (Org.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. cap. 3, p. 103-142.

HÜNING, S. M. et al. **Violência, medo e estratégias biopolíticas em Alagoas**. 2017. Relatório de Pesquisa. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

_____. Criminalizing Poverty and Fragmenting the City in Brazil. **Theory, Culture & Society**, v. 32, Issue 7-8, pp. 326 – 331, nov. 2015a. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276415615405> Acesso em: 11 dez. 2016

_____. Psicologia, espaços urbanos e violência. In: LEMOS et al. (Org.). **Psicologia Social, Direitos Humanos e História**: transversalizando acontecimentos do presente. Curitiba: Editora CRV, 2015b, cap. 5, p. 73-90.

_____. Encontros e confrontos entre a vida e o direito. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 491-501, jul/set. 2014a. doi:10.1590/1413-73722229312.

_____. Foucault e o enfrentamento de assimetrias na pesquisa e Psicologia. In: GUARESCHI, N. M. DE F.; HÜNING, S. M.; AZAMBUJA, M. A. DE. (Org.). **Foucault e a**

Psicologia na Produção de Conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014b. cap. 5, p. 125-146.

_____.; GUARESCHI, N. M. DE F. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: GUARESCHI, N. M. DE F.; HÜNING, S. M. (Org.). **Foucault e a Psicologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. cap. 5, p. 159-182.

_____.; MESQUITA, M. R. Esse título todo é pra que eu diga como eu aprendi a lutar? LIMA, F. A.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Org). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil.** Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. p. 19-35. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461>. Acesso em: 11 dez. 2016.

KOGA, D. **Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos.** São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LABORATÓRIO DA CIDADE E DO CONTEMPORÂNEO. **Censo Demográfico e Social da Vila de Pescadores de Jaraguá, Maceio-AL.** Instituto de Ciências Sociais. Pró-Reitoria de Extensão. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2006.

LACC/ICS/PROEX/UFAL. **Declaração da situação da Vila de Pescadores.** Documento entregue ao Ministério Público Federal em Alagoas. Mimeo. 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

LEITE, R.P. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 72, São Paulo, Fev. 2010. ISS 0102-6909. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000100006>>. Acesso em: 15 set. 2016.

LEVI, P. Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** Maceió: Edições Catavento, 2000.

_____. **Interpretação da Província – Estudo da Cultura Alagoana.** 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2005.

MACEIÓ AL. **Conheça a nova estrutura de apoio à pesca no bairro de Jaraguá.**

Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/centropesqueiro/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MATE, R. **Meia-noite na história:** comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

MELO, Wagner. **Jaraguá: do apogeu à decadência.** Disponível em:

<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=223660>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

MIRANDA, F. **Depois de demolido, ponto de cultura Enseada das Canoas Yar-á-água suspende atividades.** Disponível em:

<<http://alagoasboreal.com.br/noticia/2113/maceio/depois-de-demolido-ponto-de-cultura-enseada-das-canoas-yar-a-agua-suspende-atividades>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ. **Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió.**

Lei Municipal Nº 5.593, de 08 de Fevereiro de 2007. Maceió: Câmara de Vereadores, 2007.

Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2013/11/Lei-Municipal-5.593-de-08-de-Fevereiro-de-2007-C%C3%93DIGO-DE-URBANISMO-E-EDIFICA%C3%87%C3%95ES-DO-MUNIC%C3%8DPIO-DE-MACEI%C3%93.pdf>>.

Acesso em 12 de março de 2017.

NARDI, H. C.; SILVA, R. A. N. In: GUARESCHI, N. M. DE F.; HÜNING, S. M; AZAMBUJA, M. A. DE. (Org.). **Foucault e a Psicologia na Produção de Conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, cap. 7, p. 169-179.

OLIVEIRA, W. Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em ‘guerra fria’.

Gazetaweb.com, Maceió, 4 de outubro de 2009. Disponível em:

<<http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=186876&e=13>> Acesso em: 12 fev. de 2015.

OUTTS, J. Disciplining Society through the City: the genesis os city planning in Brazil and Argentina (1894-1945). **Bulletin of Latin American Research**, v. 22, n. 2, p. 137-164, 2003.

PEREIRA, P. J. **Urbano, demasiadamente humano: uma reflexão político-afetiva da remoção de moradores da comunidade Jaraguá.** 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

PEREIRA, P. J. **Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano: a resistência da Vila de Pescadores de Jaraguá.** 361 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015

PINHO, A. Da história como ciência e como forma de rememoração: Construção salvadora e destruição redentora em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**. Ceará: Ed. UECE, jul.-dez. 2008, v. 1, p. 15-34. Disponível em: <<http://www.gewebe.com.br/pdf/historia2.pdf>> Acesso em:

PRADO, M. A. M. Psicologia e comunidade: a utopia dos projetos científicos. In ZANELLA, A. V., et al., (org). **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 210-220. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/886qz/20>> Acesso em: 03 mar. 2016.

PROEX/UFAL. Projeto de Extensão “Identidade cultural e patrimônio imaterial: uma intervenção na comunidade de pescadores do Jaraguá”, 2011-2012.

RÉGIA, P.; TARGINO, I. Vila dos Pescadores: Polícia Militar cumpre reintegração de posse em galpão no Jaraguá. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/901156/vila-dos-pescadores-policia-militar-cumpre-reintegracao-de-posse-em-galpao-jaragua>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

RODRIGUES, A. C.; BAPTISTA, L. A. S. Cidades-Imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, p. 422-429, 2010.

SANCHES, C.; RODRIGUES, C.; MESQUITA, P. Após despejo, moradores da favela de Jaraguá dizem não saber onde ficarão. Disponível em: <<http://tudonominuto.com.br/?p=25513>>. Acesso em: 16 de fev. 2017

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAWAIA, B. B. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In.: CAMPOS, R. H. F. (Org) **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 35-53.

SCARPARO, H. B. K; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**; v. 19, n. 2, p. 100-108, 2007.

SCISLESKI, A; HÜNING, S. M. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, nº 1, 2016.

TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA S.A. - TC/BR. 1996. O PRODETUR-NE e sua importância para o município de Maceió. Maceió: TC/BR, abr.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 75-103.

VASCONCELOS, D. A. L. DE. Espaço Público “Revitalizado” e Contradições: Enobrecimento e Antienobrecimento no Bairro de Jaraguá, Maceió-AL. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 11, 2014, Fortaleza. Anais. Fortaleza, CE, 2014.

_____. Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió - AL, Brasil. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 47-67, mai. 2005.

VEIGA-NETO, A. (Org.). **Crítica Pós-Estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. In. **Cadernos de educação**, n. 34, p. 83-94, setembro de 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Erise/Downloads/1635-2121-1-PB.pdf> Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

VILHENA, J. de. Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. **Pulsional – Revista de Psicanálise**, v. 15, n. 163, p. 48-54, 2012.

ZOAUAL, H. **Nova Economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A / Consulado Geral da França / COPPER-UFRJ, 2006.